DIÁRIO OFICIAL



Prefeitura Municipal
de
Acajutiba

ÍNDICE

RESOLUÇÃO
POLÍTICA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL DE ACAJUTIBA .....

POLÍTICA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL DE ACAJUTIBA



FICHA TÉCNICA

PREFEITO

Jadiel Souza Jesus

SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

Rose Maria Ramos de Souza Moreira

DIRETORA DO PLANEJAMENTO PEDAGÓGICO MUNICIPAL

Graziela Menezes Maia de Oliveira

COORDENADORES TÉCNICO-PEDAGÓGICOS

Jussimara Ferreira dos Santos

Moisés Santos Correia

Valdilene Neres Farias Gomes

Rosângela Maria da Anunciação dos Santos

EQUIPE TÉCNICA DE ELABORAÇÃO DO DOCUMENTO

Danúbia da Costa Santana

Deivson Nascimento da Silva Santos

Graziela Menezes Maia de Oliveira

Maria Dilma Neres Farias

Marigleice de Oliveira Reis

Michele Santos Barbosa

Moisés Santos Correia

Paulina Soares dos Santos Ribeiro

Rosângela Maria da Anunciação dos Santos

Sueli dos Santos Nogueira

Valdilene Neres Farias Gomes

COMITÊ MUNICIPAL DE GOVERNANÇA DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 9
2 BASE LEGAL E NORMATIVA 12
3 DIAGNÓSTICO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE ACAJUTIBA 20
4 CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL NO BRASIL E NO MUNICÍPIO DE ACAJUTIBA 28
1 INTRODUÇÃO 9
2 BASE LEGAL E NORMATIVA 12
3 DIAGNÓSTICO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE ACAJUTIBA 20
4 CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL NO BRASIL E NO MUNICÍPIO DE ACAJUTIBA 28

4.1 A CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL NO MUNICÍPIO DE ACAJUTIBA 31

5 PRINCÍPIOS DA POLÍTICA MUNICIPAL 35
6 FINALIDADES E OBJETIVOS 36

6.1 FINALIDADES 36

6.2 OBJETIVO GERAL 39

6.3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS 39

7 DIRETRIZES DA POLÍTICA MUNICIPAL 41
8 PÚBLICO ATENDIDO 45
9 CRITÉRIOS DE AMPLIAÇÃO E OFERTA DE MATRÍCULAS COM EQUIDADE 48

9.1 CONCEPÇÃO DA AMPLIAÇÃO DA OFERTA 49

9.2 PLANEJAMENTO DA OFERTA E CRITÉRIOS PARA AMPLIAÇÃO 50

9.3 FONTES DE INFORMAÇÃO E DIAGNÓSTICO TERRITORIAL 51

9.4 BUSCA ATIVA ESCOLAR COMO ESTRATÉGIA DE ACESSO E PERMANÊNCIA 53

10 ORGANIZAÇÃO DA JORNADA ESCOLAR 55

10.1 CARGA HORÁRIA E CALENDÁRIO ESCOLAR 56

10.2 ORGANIZAÇÃO DA JORNADA NA EDUCAÇÃO INFANTIL 59

10.3 ORGANIZAÇÃO DA JORNADA NO ENSINO FUNDAMENTAL 60

10.4 COMPONENTES ELETIVOS E PARTICIPAÇÃO 61

10.5 ORGANIZAÇÃO DOS TEMPOS DE ALIMENTAÇÃO, DESCANSO E CONVIVÊNCIA 61

10.6 ESPAÇOS ESCOLARES, TERRITÓRIO E SEGURANÇA 62

10.7 INCLUSÃO, ACESSIBILIDADE E APOIOS INDIVIDUALIZADOS 63

10.8 PLANEJAMENTO INTEGRADO, REGISTROS E ACOMPANHAMENTO DA JORNADA 64

11 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR E CURRÍCULO INTEGRADO 65

11.1 CURRÍCULO INTEGRADO COMO PRINCÍPIO DA EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL 66

11.2 INTERDISCIPLINARIDADE, TRANSDISCIPLINARIDADE E CONTEXTUALIZAÇÃO 66

11.3 BASE NACIONAL COMUM, PARTE DIVERSIFICADA E MATRIZES CURRICULARES 67

11.4 COMPONENTES CURRICULARES, OFICINAS, PROJETOS E ELETIVAS 70

11.5 ORGANIZAÇÃO DO TEMPO E DOS ESPAÇOS NA PERSPECTIVA CURRICULAR 71

11.6 DIRETRIZES PARA A ORGANIZAÇÃO CURRICULAR.....72

12 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E DESENVOLVIMENTO INTEGRAL 72

12.1 PRÁTICAS INTEGRADORAS E DESENVOLVIMENTO INTEGRAL...72

12.2 PROJETOS E OFICINAS COMO ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS ...73

12.3 PERCURSOS FORMATIVOS E PARTICIPAÇÃO 73

12.4 METODOLOGIAS ATIVAS, APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA E INVESTIGAÇÃO 74

12.5 ATUALIZAÇÃO DOS PROJETOS POLÍTICO-PEDAGÓGICOS.....74

12.6 TERRITÓRIO EDUCATIVO E SABERES LOCAIS 75

12.7 AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM E DO DESENVOLVIMENTO INTEGRAL.....75

12.8 SÍNTESE DAS ORIENTAÇÕES PEDAGÓGICAS 77

13 EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS, DIVERSIDADE E DIREITOS HUMANOS 78

14 EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA 84

14.1 EDUCAÇÃO BILÍNGUE DE SURDOS NA EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL 95

15 ARTICULAÇÃO INTERSETORIAL E INTEGRAÇÃO COM O TERRITÓRIO 96

15.1 ARTICULAÇÃO COM O SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE 97

15.2 PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA – PSE E A INTEGRAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO E SAÚDE 98

15.3 GESTÃO INTERSETORIAL MUNICIPAL: EDUCAÇÃO, SAÚDE, AÇÃO SOCIAL E EDUCAÇÃO AMBIENTAL 102

15.4 IDENTIFICAÇÃO, MAPEAMENTO E INCORPORAÇÃO DAS OPORTUNIDADES E SERVIÇOS DISPONÍVEIS NO TERRITÓRIO 106

15.5 CULTURA, ARTE E A CASA DA CULTURA COMO ESPAÇO EDUCATIVO 107

15.6 ESPORTE, LAZER E FLEXIBILIZAÇÃO DA JORNADA ESCOLAR 108

15.7 FLEXIBILIZAÇÃO DA JORNADA ESCOLAR 108

15.8 ARTICULAÇÃO ENTRE CURRÍCULO, TERRITÓRIO E EXPERIÊNCIAS DOS ESTUDANTES 109

15.9 PARTICIPAÇÃO DAS FAMÍLIAS, DA COMUNIDADE E DOS SUJEITOS DO TERRITÓRIO 110

15.10 EQUIDADE, VULNERABILIDADE E ATENÇÃO INTEGRAL 110

15.11 MONITORAMENTO, ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DA INTERSETORIALIDADE 111

16 PRINCÍPIOS ORIENTADORES DA ARTICULAÇÃO INTERSETORIAL EM ACAJUTIBA 112

17 GESTÃO DA POLÍTICA MUNICIPAL 113

17.1 COORDENAÇÃO E RESPONSABILIDADE INSTITUCIONAL 114

17.2 EQUIPE TÉCNICA DA EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL 115

17.3 COMITÊ MUNICIPAL DE GOVERNANÇA DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL 116

17.4 COMPOSIÇÃO DO COMITÊ 117

17.4.1 Atribuições do Comitê 118

17.5 GESTÃO DA POLÍTICA NAS UNIDADES ESCOLARES 119

17.6 ACOMPANHAMENTO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO 120

17.7 FUNCIONAMENTO DO COMITÊ E REGISTRO DAS AÇÕES 121

17.8 RELATÓRIO ANUAL DE ACOMPANHAMENTO DA POLÍTICA 122

17.9 ARTICULAÇÃO ENTRE AS INSTÂNCIAS DE GESTÃO 122

17.10 PARTICIPAÇÃO, TRANSPARÊNCIA E CONTROLE SOCIAL 123

17.11 REVISÃO E APERFEIÇOAMENTO DA POLÍTICA 123

18 GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL 124

18.1 CONCEPÇÃO DE GESTÃO DEMOCRÁTICA 124

18.2 PRINCÍPIOS DA GESTÃO DA POLÍTICA 125

18.3 MECANISMOS DE GESTÃO DEMOCRÁTICA 126

18.3.1 Conselhos Escolares 127
18.3.2 Projeto Político Pedagógico e Plano de Ação 128
18.3.3 Planejamento Coletivo e Integração do Trabalho 129
18.3.4 Conselho de Classe Participativo e Seminário Anual 129
18.3.5 Participação estudantil 130
18.3.6 Participação das famílias e da comunidade local 130
18.3.7 Escolha e avaliação da gestão escolar 131
18.3.8 Conselhos de controle social 132

18.4 GOVERNANÇA DA POLÍTICA 134

19 FORMAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS 135

20 INFRAESTRUTURA, AMBIENTES EDUCATIVOS E RECURSOS PEDAGÓGICOS 144

20.1 PRINCÍPIOS PARA A ORGANIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA E DOS AMBIENTES EDUCATIVOS 144

20.2 ADEQUAÇÃO, AMPLIAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DOS ESPAÇOS ESCOLARES 145

20.3 ACESSIBILIDADE, INCLUSÃO E DESENHO DOS AMBIENTES 147

20.4 AMBIENTES EDUCATIVOS DIVERSIFICADOS E TERRITÓRIO EDUCATIVO 148

20.5 MOBILIÁRIO, EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PEDAGÓGICOS 149

20.6 TECNOLOGIA, CONECTIVIDADE E CULTURA DIGITAL 150

20.7 MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO, SEGURANÇA E FUNCIONAMENTO DOS ESPAÇOS 150

20.8 INFRAESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA DA JORNADA AMPLIADA 151

20.9 INFRAESTRUTURA, PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO E PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE 152

20.10 PLANEJAMENTO DAS NECESSIDADES E PRIORIDADES DE INVESTIMENTO 152

20.11 COMPROMISSOS PARA A CONSOLIDAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DA EDUCAÇÃO INTEGRAL 153

21 ALIMENTAÇÃO ESCOLAR E CONDIÇÕES DE PERMANÊNCIA 154

22 FINANCIAMENTO DA POLÍTICA 161

22.1 DIRETRIZ GERAL DE FINANCIAMENTO 161

22.2 FONTES DE FINANCIAMENTO 162

22.3 APLICAÇÃO DO FUNDEB NA EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL 163

22.4 ESTRUTURA DE CUSTOS DA JORNADA INTEGRAL 165

22.5 TRANSPARÊNCIA E PRESTAÇÃO DE CONTAS 166

23 MONITORAMENTO, AVALIAÇÃO E INDICADORES 167

23.1 FINALIDADE E ABORDAGEM AVALIATIVA 168

23.2 FONTES E QUALIDADE DOS DADOS 169

23.3 CICLO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO 171

23.4 INDICADORES DE ACESSO PERMANÊNCIA E EQUIDADE 172

23.5 INDICADORES DE CURRÍCULO, APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO 173

23.6 INDICADORES DE CONDIÇÕES DE OFERTA 173

23.7 INDICADORES DE GESTÃO, PARTICIPAÇÃO E FINANCIAMENTO 174

23.8 SISTEMATIZAÇÃO DOS RESULTADOS E REVISÃO DA POLÍTICA175

24 DISPOSIÇÕES FINAIS 176

REFERÊNCIAS 180

1 INTRODUÇÃO

A educação constitui direito fundamental de todas as pessoas e dever do Estado, da família e da sociedade, devendo ser promovida e assegurada com vistas ao pleno desenvolvimento da pessoa, ao exercício da cidadania e à preparação para a vida em sociedade. Nessa perspectiva, a Educação Integral em Tempo Integral assume relevância como política pública educacional voltada não apenas à ampliação da permanência dos estudantes nas instituições escolares, mas à garantia de experiências educativas intencionalmente planejadas, capazes de promover o desenvolvimento integral dos sujeitos em suas múltiplas dimensões.

A concepção de Educação Integral em Tempo Integral que orienta esta Política Local compreende o estudante como sujeito de direitos, histórico, social e cultural, reconhecendo que sua formação envolve dimensões cognitivas, físicas, emocionais, sociais, éticas, culturais e ambientais. Desse modo, ampliar o tempo de permanência na escola somente se justifica quando acompanhado da qualificação dos tempos, espaços, currículos, práticas pedagógicas, relações educativas e oportunidades de aprendizagem, assegurando uma formação humana integral, inclusiva, equitativa e socialmente referenciada.

No âmbito nacional, a Educação Integral em Tempo Integral encontra fundamento na Constituição Federal de 1988, na Lei nº 9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no Estatuto da Criança e do Adolescente, no Plano Nacional de Educação vigente e nas demais normas que regulamentam e orientam a oferta da educação em tempo integral. Nesse conjunto, destacam-se a Lei nº 14.640/2023, que institui o Programa Escola em Tempo Integral, e as Diretrizes Operacionais Nacionais para a Educação Integral em Tempo Integral, estabelecidas pela Resolução CNE/CEB nº 7/2025, que fortalecem a compreensão da política como ação estruturante para a garantia do direito à educação com qualidade e equidade.

A implementação da Educação Integral em Tempo Integral no Município de Acajutiba/BA insere-se nesse movimento nacional de fortalecimento das políticas de ampliação e qualificação da jornada escolar. O Município possui uma trajetória própria de construção dessa política, considerando as características de seu território, sua rede de ensino, suas necessidades educacionais e as experiências acumuladas pelas unidades escolares ao longo do processo de implementação.

No âmbito municipal, a Educação Integral em Tempo Integral encontra respaldo no Plano Municipal de Educação, especialmente nas diretrizes e estratégias relacionadas à ampliação da jornada escolar, bem como na legislação específica que instituiu a educação em tempo integral no Município e nas normativas expedidas pelo Conselho Municipal de Educação. A existência desses instrumentos demonstra que a educação em tempo integral não constitui uma ação isolada ou circunstancial, mas uma política que vem sendo construída progressivamente no Sistema Municipal de Ensino de Acajutiba.

A implantação da Educação em Tempo Integral na rede municipal teve início em 2018 e avançou com a adesão do Município ao Programa Escola em Tempo Integral, em 2023. Nesse mesmo ano, a política alcançou a totalidade da rede municipal, abrangendo as etapas da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, de modo que 100% das matrículas passaram a estar vinculadas à oferta em tempo integral. Atualmente, a rede municipal é constituída por 15 (quinze) unidades escolares, sendo 8 (oito) localizadas no centro e 7 (sete) na zona rural, configurando uma experiência abrangente de organização da educação municipal em jornada ampliada.

Esse processo de universalização da oferta representa importante avanço para o Município, mas também impõe novos desafios. A consolidação de uma política de Educação Integral em Tempo Integral exige mais do que a garantia quantitativa da jornada ampliada. Requer a construção de condições pedagógicas, administrativas, financeiras, estruturais e intersetoriais que assegurem que o maior tempo de permanência dos estudantes na escola se converta efetivamente em maior oportunidade de aprendizagem, desenvolvimento, proteção, participação, convivência e formação cidadã.

Nesse sentido, a realidade educacional de Acajutiba demanda uma política capaz de considerar as características sociais, culturais, econômicas e territoriais do Município, bem como as diferentes condições de vida e aprendizagem dos estudantes. A existência de contextos de vulnerabilidade social, desigualdades educacionais, necessidades relacionadas à inclusão, à recomposição das aprendizagens, à permanência escolar e à garantia de direitos evidencia a necessidade de uma ação pública articulada e orientada pela equidade.

A Política Local de Educação Integral em Tempo Integral de Acajutiba/BA parte, portanto, do reconhecimento de que a escola não pode atuar de maneira isolada

diante das múltiplas dimensões que envolvem o desenvolvimento de crianças, adolescentes e demais estudantes. A Educação Integral em Tempo Integral pressupõe a articulação entre educação, saúde, assistência social, cultura, esporte, lazer, meio ambiente, alimentação, proteção e garantia de direitos, fortalecendo a perspectiva intersetorial e a utilização do território como espaço educativo.

Do mesmo modo, a ampliação da jornada escolar deve estar articulada ao currículo e às práticas pedagógicas desenvolvidas nas unidades escolares. Nesse aspecto, o Referencial Curricular Municipal de Acajutiba – RCMA constitui importante instrumento para a construção de uma proposta curricular contextualizada, alinhada às aprendizagens essenciais e às especificidades do Município. A política deverá, portanto, fortalecer a integração entre a Formação Geral Básica e as demais experiências educativas desenvolvidas ao longo da jornada, evitando a fragmentação entre os diferentes tempos e espaços escolares.

A Educação Integral em Tempo Integral também representa oportunidade para fortalecer o protagonismo dos estudantes, a educação para as relações étnico-raciais, a valorização das identidades e culturas locais, a inclusão das pessoas com deficiência, a sustentabilidade socioambiental, os direitos humanos, a convivência democrática, a cultura digital, as práticas artísticas, culturais, esportivas e científicas e a construção dos projetos de vida. Nessa perspectiva, a ampliação do tempo educativo deve estar associada à ampliação das oportunidades de aprendizagem, participação e desenvolvimento.

A construção desta Política Local ocorre, ainda, em um momento de atualização do marco normativo nacional da Educação Integral em Tempo Integral. A Resolução CNE/CEB nº 7/2025 estabelece dimensões estratégicas para a implementação da política, abrangendo o acesso e a permanência com equidade; a gestão da política; a articulação intersetorial e a integração com os territórios e as comunidades; o currículo, as práticas pedagógicas e a avaliação; a valorização e o desenvolvimento profissional dos educadores; e o monitoramento e a avaliação. Tais dimensões constituem referências fundamentais para a organização e o aperfeiçoamento da política municipal.

Assim, esta Política Local não se limita a regulamentar a permanência ampliada dos estudantes nas unidades escolares. Seu propósito é estabelecer uma concepção, princípios, finalidades, objetivos, diretrizes, responsabilidades, mecanismos de gestão, estratégias de implementação, formas de participação social, indicadores e

procedimentos de monitoramento e avaliação que orientem a Educação Integral em Tempo Integral como política pública permanente do Município de Acajutiba.

A presente Política também busca articular as experiências já desenvolvidas pela rede municipal às novas demandas educacionais e aos atuais marcos legais, assegurando continuidade às ações que vêm sendo construídas e, simultaneamente, criando condições para seu aperfeiçoamento. Dessa forma, pretende-se superar uma perspectiva centrada exclusivamente na ampliação quantitativa da jornada e consolidar uma concepção de educação que integre tempo, currículo, território, sujeitos, relações, conhecimentos, experiências e políticas públicas.

Sua elaboração fundamenta-se, portanto, no diálogo entre as normas nacionais, estaduais e municipais, os instrumentos de planejamento educacional, as experiências das unidades escolares, as necessidades identificadas no território e a participação dos diferentes sujeitos que integram o Sistema Municipal de Ensino. Trata-se de uma construção coletiva que reconhece a Educação Integral em Tempo Integral como compromisso de Estado e como instrumento de promoção da equidade e da qualidade social da educação.

Nesse horizonte, a Política Local de Educação Integral em Tempo Integral de Acajutiba/BA constitui instrumento orientador para a consolidação, qualificação, acompanhamento e avaliação da oferta em tempo integral no Município, reafirmando o compromisso da administração pública com a garantia do direito à educação, com a redução das desigualdades educacionais e sociais e com o desenvolvimento integral de todos os estudantes.

A política estabelece, assim, as bases para que a Educação Integral em Tempo Integral se consolide como uma ação permanente, democrática, inclusiva, antirracista, equitativa e articulada às características e potencialidades do território de Acajutiba, garantindo que o tempo ampliado seja acompanhado de maior qualidade das experiências educativas e de melhores condições para que cada estudante aprenda, participe, conviva, desenvolva suas potencialidades e exerça plenamente sua cidadania.

2 BASE LEGAL E NORMATIVA

A Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral de Acajutiba/BA fundamenta-se em um conjunto articulado de normas constitucionais, legais,

regulamentares, curriculares e municipais que reconhecem a educação como direito fundamental e orientam o poder público para a garantia do acesso, da permanência, da aprendizagem, da equidade e do desenvolvimento integral dos estudantes. Sua elaboração considera o ordenamento jurídico educacional brasileiro, as especificidades do território municipal e as normas que integram o Sistema Municipal de Ensino de Acajutiba.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 constitui o primeiro marco jurídico desta Política ao reconhecer a educação como direito de todos e dever do Estado e da família, destinada ao pleno desenvolvimento da pessoa, ao preparo para o exercício da cidadania e à qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988, art. 205). Ao estabelecer os princípios da igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, da gestão democrática do ensino público e da garantia de padrão de qualidade, a Constituição oferece os fundamentos para uma política de Educação Integral em Tempo Integral que ultrapassa a ampliação quantitativa da jornada escolar e se compromete com a formação plena dos sujeitos.

A Constituição também estabelece a colaboração entre os entes federativos na organização dos sistemas de ensino, atribuindo aos Municípios atuação prioritária na educação infantil e no ensino fundamental (BRASIL, 1988, arts. 211 e 214). Nesse sentido, a Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral de Acajutiba insere-se no regime de colaboração e deve articular as responsabilidades municipais às políticas educacionais nacionais e estaduais, considerando as necessidades concretas do território.

A proteção integral de crianças e adolescentes encontra fundamento no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, instituído pela Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. O Estatuto reconhece crianças e adolescentes como sujeitos de direitos e estabelece a prioridade absoluta na efetivação dos direitos fundamentais, entre eles a educação, a saúde, a alimentação, a cultura, o esporte, o lazer e a convivência familiar e comunitária (BRASIL, 1990). Essa perspectiva amplia a compreensão da Educação Integral em Tempo Integral, uma vez que o desenvolvimento dos estudantes depende da articulação entre diferentes dimensões da vida e da atuação integrada das políticas públicas.

A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), constitui marco estruturante para a organização da educação brasileira. A LDB estabelece que a educação escolar deverá vincular-se ao

mundo do trabalho e à prática social e define a Educação Básica como composta pela Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio (BRASIL, 1996). Ao tratar da jornada escolar, a legislação estabelece a ampliação progressiva do período de permanência na escola, constituindo uma das bases legais para a organização da educação em tempo integral.

Na Educação Infantil, a LDB estabelece como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até cinco anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade (BRASIL, 1996, art. 29). Esse dispositivo é particularmente relevante para a Política Municipal de Acajutiba, pois demonstra que a concepção de desenvolvimento integral antecede a própria discussão contemporânea sobre a ampliação da jornada escolar.

No Ensino Fundamental, a LDB estabelece como finalidade a formação básica do cidadão, envolvendo o desenvolvimento da capacidade de aprender, a compreensão do ambiente natural e social, a aquisição de conhecimentos e habilidades, a formação de atitudes e valores e o fortalecimento dos vínculos familiares e sociais (BRASIL, 1996, art. 32). Assim, a ampliação da jornada deve estar vinculada a uma proposta pedagógica capaz de diversificar experiências e oportunidades educativas e de assegurar os direitos de aprendizagem e desenvolvimento.

A LDB também confere aos Municípios responsabilidades fundamentais na organização da educação local, especialmente na oferta da Educação Infantil e do Ensino Fundamental e na organização de seus respectivos sistemas de ensino (BRASIL, 1996, art. 11). Dessa forma, a Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral constitui instrumento de planejamento, regulamentação e organização da ação educacional do Município, respeitada a legislação nacional e as competências do Sistema Municipal de Ensino.

No âmbito do planejamento educacional, a Constituição Federal determina a existência do Plano Nacional de Educação, enquanto instrumento articulador do sistema nacional de educação, com duração decenal e definição de diretrizes, objetivos, metas e estratégias destinadas a assegurar a manutenção e o desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades (BRASIL, 1988, art. 214).

Atualmente, o planejamento nacional encontra-se regulamentado pela Lei nº 15.388, de 14 de abril de 2026, que aprova o Plano Nacional de Educação para o

decênio 2026–2036. O novo PNE estabelece, entre suas diretrizes, a superação das desigualdades educacionais, a melhoria da qualidade da educação, a gestão democrática, a valorização dos profissionais da educação e a promoção dos direitos humanos, da diversidade e da sustentabilidade socioambiental (BRASIL, 2026). O Plano também estabelece objetivo específico relacionado à Educação Integral em Tempo Integral e prevê, entre outras estratégias, a oferta em jornada de no mínimo sete horas diárias ou 35 horas semanais, a garantia de infraestrutura, profissionais, alimentação, transporte e recursos pedagógicos adequados, bem como a prioridade para estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, negros, indígenas, quilombolas, do campo e público da Educação Especial.

No âmbito específico da Educação Integral em Tempo Integral, destaca-se a Lei nº 14.640, de 31 de julho de 2023, que instituiu o Programa Escola em Tempo Integral. A referida Lei estabeleceu mecanismos de assistência técnica e financeira da União destinados a fomentar a criação de matrículas em tempo integral na Educação Básica e definiu como matrícula em tempo integral aquela em que o estudante permanece na escola ou em atividades escolares por período igual ou superior a sete horas diárias ou 35 horas semanais, durante todo o período letivo (BRASIL, 2023).

A Lei nº 14.640/2023 também determina que a criação de matrículas em tempo integral esteja vinculada a propostas pedagógicas alinhadas à Base Nacional Comum Curricular e à LDB e concebidas na perspectiva da Educação Integral em Tempo Integral, priorizando escolas que atendam estudantes em situação de maior vulnerabilidade socioeconômica (BRASIL, 2023).

Como regulamentação do Programa Escola em Tempo Integral, a Portaria MEC nº 1.495, de 2 de agosto de 2023, estabeleceu procedimentos e orientações relacionados à adesão, pactuação e implementação das matrículas em tempo integral. Seu conteúdo deve ser compreendido em articulação com as normas posteriores que atualizaram o Programa e com as Diretrizes Operacionais Nacionais atualmente vigentes.

Nesse percurso normativo, destaca-se ainda a Portaria MEC nº 2.036, de 23 de novembro de 2023, que definiu diretrizes para a ampliação da jornada escolar em tempo integral na perspectiva da Educação Integral e estabeleceu ações estratégicas no âmbito do Programa Escola em Tempo Integral. A norma orienta que a ampliação da jornada esteja associada à equidade, à reorientação curricular, à formação dos

educadores, à articulação intersetorial e ao desenvolvimento de projetos inovadores (BRASIL, 2023).

A concepção adotada nesta Política encontra sua principal referência normativa atual na Resolução CNE/CEB nº 7, de 1º de agosto de 2025, que institui as Diretrizes Operacionais Nacionais para a Educação Integral em Tempo Integral na Educação Básica. A norma estabelece que a Educação Integral em Tempo Integral articula as diferentes etapas e modalidades da Educação Básica, assegurando o desenvolvimento integral dos educandos nas dimensões cognitiva, física, emocional, social, ética, cultural e ambiental (BRASIL, 2025).

A Resolução CNE/CEB nº 7/2025 reconhece a Educação Integral em Tempo Integral como política pública estruturante para a garantia do direito humano à educação, vinculando-a à inclusão educacional, à equidade, à participação, à justiça curricular e à aprendizagem com qualidade social (BRASIL, 2025). Nesse sentido, a presente Política assume que a ampliação da jornada escolar não constitui finalidade em si mesma, mas estratégia para ampliar e diversificar oportunidades educativas, promover o desenvolvimento integral e enfrentar desigualdades educacionais e sociais.

A Resolução CNE/CEB nº 7/2025 organiza a implementação da Educação Integral em Tempo Integral em seis dimensões estratégicas: I – acesso e permanência com equidade; II – gestão da política de Educação Integral em Tempo Integral; III – articulação intersetorial e integração com os territórios e comunidades; IV – currículo, práticas pedagógicas e avaliação da aprendizagem e do desenvolvimento; V – valorização e desenvolvimento profissional de educadores; e VI – monitoramento e avaliação (BRASIL, 2025). Essas dimensões constituem referência estruturante para a organização dos objetivos, diretrizes, estratégias, indicadores e mecanismos de governança desta Política.

Na dimensão curricular, a Resolução determina que o currículo da Educação Integral em Tempo Integral seja fundamentado nos direitos de aprendizagem e desenvolvimento, competências e habilidades expressos na Base Nacional Comum Curricular, nos Temas Transversais Contemporâneos e no currículo de cada sistema de ensino (BRASIL, 2025, art. 16). A norma também determina que os sistemas de ensino estabeleçam orientações pedagógicas específicas, respeitando as características das diferentes etapas e modalidades da Educação Básica.

Para o Ensino Fundamental, a Resolução CNE/CEB nº 7/2025 determina o aprofundamento e a diversificação das aprendizagens em conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais e a BNCC, priorizando atividades que favoreçam o desenvolvimento integral e contemplem as diferentes dimensões do conhecimento, da cultura e da vida social (BRASIL, 2025, art. 19).

A norma nacional também orienta que a organização dos espaços e dos tempos escolares considere a integração permanente das experiências educativas ao longo da jornada, superando a fragmentação entre turno e contraturno e entre componentes curriculares e atividades (BRASIL, 2025). Tal orientação possui especial relevância para Acajutiba, uma vez que a política municipal deverá assegurar que a ampliação da jornada seja acompanhada de intencionalidade pedagógica, integração curricular e diversificação das experiências educativas.

A atualização normativa promovida pela Resolução CNE/CEB nº 2, de 19 de junho de 2026, reforça a responsabilidade dos sistemas de ensino na regulamentação local da Educação Integral em Tempo Integral. A norma determina que os sistemas revisem e atualizem seus atos normativos relacionados à oferta, incluindo resoluções, portarias, orientações pedagógicas, diretrizes curriculares, regimentos escolares e Projetos Político-Pedagógicos. Determina, ainda, que todos os entes federativos elaborem ou revisem ato normativo específico que institua sua Política de Educação Integral em Tempo Integral, com apreciação do respectivo Conselho de Educação, até 31 de outubro de 2026 (BRASIL, 2026).

No que se refere ao financiamento, a Política considera também as normas de financiamento da Educação Básica e, especificamente, as diretrizes estabelecidas em 2026 para a destinação de recursos do Fundeb à criação de matrículas em tempo integral. A Resolução nº 23, de 17 de março de 2026, estabelece que a expansão das matrículas deve observar os princípios do acesso e da permanência com equidade, qualidade e respeito à diversidade, considerando as condições territoriais, demográficas, socioeconômicas e logísticas de cada rede de ensino. A mesma norma prevê que as estimativas anuais de criação de matrículas e as respectivas ações planejadas sejam registradas em instrumento denominado Plano de Expansão da Educação Integral em Tempo Integral (BRASIL, 2026).

No campo curricular, esta Política está alinhada à Base Nacional Comum Curricular – BNCC, documento normativo que define as aprendizagens essenciais a serem asseguradas aos estudantes da Educação Básica e orienta a elaboração dos

currículos dos sistemas de ensino e das propostas pedagógicas das escolas (BRASIL, 2018). A BNCC estabelece competências gerais relacionadas ao conhecimento, pensamento científico, crítico e criativo, repertório cultural, comunicação, cultura digital, trabalho e projeto de vida, argumentação, autoconhecimento e autocuidado, empatia e cooperação, responsabilidade e cidadania. Esses fundamentos dialogam diretamente com a concepção de desenvolvimento integral assumida pela Política Municipal.

A BNCC deve ser compreendida, portanto, como referência comum para garantia dos direitos de aprendizagem, enquanto a Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral deverá promover sua contextualização às características sociais, culturais, ambientais e territoriais de Acajutiba. Essa articulação entre base nacional e realidade local encontra respaldo nas próprias Diretrizes Nacionais para a Educação Integral em Tempo Integral, que atribuem aos sistemas de ensino a responsabilidade de contextualizar suas orientações pedagógicas aos territórios (BRASIL, 2025).

No âmbito municipal, esta Política fundamenta-se na legislação que organiza o Sistema Municipal de Ensino de Acajutiba, especialmente na Lei Municipal nº 033/2011, que disciplina a organização do Sistema Municipal de Ensino, e na legislação que institui e regulamenta o Conselho Municipal de Educação. O Plano Municipal de Educação também constitui referência obrigatória para o planejamento educacional local, considerando que a política municipal deve guardar coerência com os instrumentos de planejamento e com as metas e estratégias estabelecidas para a educação do Município. O próprio PME de Acajutiba foi concebido como instrumento de planejamento de longo prazo, articulado às políticas educacionais nacional e estadual.

O Plano Municipal de Educação de Acajutiba apresenta referência direta à Educação Integral em Tempo Integral em sua Meta 6, estabelecendo a oferta de educação em tempo integral e prevendo a ampliação da jornada para, no mínimo, sete horas diárias, durante todo o ano letivo. Entre suas estratégias, o PME prevê a expansão da oferta em tempo integral, a melhoria da infraestrutura escolar, a ampliação de espaços educativos, a formação de recursos humanos e a articulação entre as áreas de Educação, Cultura, Desenvolvimento Social, Esporte e Lazer, Planejamento Urbano e Meio Ambiente.

O PME também estabelece estratégias voltadas à articulação entre Educação, Saúde, Assistência Social e Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente para o levantamento da demanda e o planejamento da oferta educacional, além de prever o estímulo ao acesso à Educação Infantil em tempo integral (ACAJUTIBA, 2015). Dessa forma, a presente Política não representa ruptura com o planejamento municipal anterior, mas constitui sua atualização e aprofundamento à luz do novo marco normativo nacional.

Outro fundamento municipal é a Lei Municipal nº 01/2018, que instituiu a oferta de educação em tempo integral no Município de Acajutiba. Essa norma representa marco local relevante por demonstrar que a ampliação da jornada escolar já integra a trajetória das políticas educacionais municipais, constituindo antecedente jurídico e institucional para a presente Política.

A Política Municipal também observará as Resoluções do Conselho Municipal de Educação de Acajutiba, especialmente a Resolução CME nº 02/2023 e a Resolução CME nº 01/2025, enquanto normas integrantes do Sistema Municipal de Ensino e referências para a organização da oferta educacional municipal. Tais atos deverão ser analisados e, quando necessário, atualizados ou complementados para garantir sua compatibilidade com a Resolução CNE/CEB nº 7/2025 e suas alterações posteriores, conforme determinação do Conselho Nacional de Educação.

No âmbito curricular municipal, constitui referência o Referencial Curricular Municipal de Acajutiba – RCMA, elaborado pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, em 2020, e homologado em 2021. O documento articula-se à BNCC e orienta a organização curricular da Educação Infantil e do Ensino Fundamental no Município.

A relação entre a Política Municipal e o RCMA deverá assegurar que a Educação Integral em Tempo Integral não seja reduzida à ampliação da permanência física do estudante na escola. Ao contrário, a ampliação da jornada deverá estar integrada ao currículo, às práticas pedagógicas, aos Projetos Político-Pedagógicos das unidades escolares e às experiências educativas desenvolvidas nos diferentes tempos e espaços do território.

Os Projetos Político-Pedagógicos das unidades escolares constituem, igualmente, instrumentos de concretização da Política Municipal. O PPP das Unidades Escolares, por exemplo, apresenta a Educação Integral em Tempo Integral articulada à BNCC, ao RCMA e à gestão democrática e participativa, reconhecendo estudantes,

professores, funcionários e famílias como participantes dos processos educacionais. Essa perspectiva permeia toda a rede municipal, respeitando as características e necessidades de cada unidade escolar.

Assim, a Base Legal e Normativa desta Política estabelece uma relação de complementaridade entre os diferentes níveis normativos. A Constituição Federal assegura o direito à educação e o desenvolvimento pleno da pessoa; o Estatuto da Criança e do Adolescente reafirma a proteção integral e a prioridade absoluta; a LDB organiza a Educação Básica e fundamenta o desenvolvimento integral; o PNE estabelece objetivos e estratégias nacionais; a Lei nº 14.640/2023 institui o Programa Escola em Tempo Integral; as normas do Ministério da Educação regulamentam sua implementação; a Resolução CNE/CEB nº 7/2025 estabelece as Diretrizes Operacionais Nacionais; as normas de 2026 atualizam as exigências de regulamentação, financiamento e expansão; a BNCC e as Diretrizes Curriculares Nacionais orientam os direitos de aprendizagem; e os instrumentos municipais materializam essas orientações no território de Acajutiba.

Desse modo, a Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral de Acajutiba/BA constitui instrumento de Estado e de planejamento educacional permanente, orientado pela garantia do direito à educação com qualidade social, equidade, inclusão, participação democrática e desenvolvimento integral. Sua implementação deverá articular tempo, espaço, currículo, profissionais, infraestrutura, financiamento, gestão, território e políticas públicas, assegurando coerência entre as normas nacionais, os instrumentos municipais de planejamento e as especificidades da realidade acajutibense.

3 DIAGNÓSTICO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE ACAJUTIBA

A Rede de Educação Pública Municipal de Acajutiba está organizada em quinze (15) unidades de ensino, distribuídas entre zona urbana e zona rural. A zona urbana conta com oito (08) unidades escolares, sendo três (03) de Educação Infantil: Creche Municipal em Tempo Integral José dos Reis, Creche Municipal em Tempo Integral Maria Luzia e Centro Municipal de Educação Infantil Dr. Geraldo Vasconcelos de Seixas Pereira; duas (02) de Ensino Fundamental Anos Iniciais: Escola Municipal em Tempo Integral Profª. Raimunda Correia, Escola Municipal Profª. Maria de Lourdes de Oliveira Vasconcelos e duas (02) de Anos Finais: Escola Municipal Profa. Maria

Esperança Lopes de Andrade e Escola Municipal em Tempo Integral Antônio Carlos Magalhães- ACM. Assim, as outras sete (07) unidades escolares estão localizadas na zona rural: Creche Municipal Profa. Corina Correia; Creche Municipal Profa. Matilde Lourenço e Creche Municipal Profa. Maria Calazans; Escola Municipal Valeriano Gomes, Escola Municipal Profa. Maria da Glória Oliveira do Amor, Escola Municipal João Alves, Escola Municipal Antônio Joaquim de Oliveira, além de um Núcleo e Apoio Pedagógico Especializado– NAPE, e seu anexo.

Os recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) são fundamentais para garantir uma alimentação escolar adequada, saudável e de qualidade aos estudantes da rede pública. Sua utilização responsável contribui para a promoção da saúde, do desenvolvimento e da aprendizagem, além de favorecer a permanência dos alunos na escola. O planejamento e a correta aplicação desses recursos fortalecem a alimentação escolar como parte essencial da política educacional do município. Para atender a demanda das Unidades Escolares, em 2026, são ofertadas 6.885, refeições diariamente. Distribuídas da seguinte forma: Educação infantil = 2.394 refeições diárias, Anos iniciais = 2.382 refeições diárias e Anos finais = 2.109.

O cardápio é variado, composto por: lanches, mingaus, frutas (maçã, melancia, banana, manga, mamão) cuscuz, pão, bolo, torta salgada, mungunzá, arroz doce, biscoito, suco, sopa, caldinhos, em todas as modalidades. Nas creches acrescenta-se batata doce e banana cozida. No almoço a alimentação escolar é composta por: arroz, feijão, proteína (suína, bovina, frango, sardinha, ovo) salada crua e cozidas com batata, cenoura, chuchu, beterraba, alface, couve, tomate e cebola.

Ressalta-se que, os recursos do PNATE são importantes para apoiar a manutenção e a continuidade do transporte escolar, contribuindo para que os estudantes tenham condições de acessar e permanecer na escola com segurança, regularidade e dignidade.

A gestão do transporte escolar envolve planejamento das rotas, acompanhamento da frequência dos veículos, manutenção preventiva e corretiva, organização dos itinerários e fiscalização das condições de segurança e qualidade do serviço prestado. Sendo assim, o município dispõe de frota própria com 13 ônibus, 52 veículos terceirizados, para atender a demanda de 1.890 alunos da zona rural e 1.667 alunos da zona urbana, totalizando 3.557 alunos que utilizam o transporte escolar.

O comparativo apresentado na Tabela 1 evidencia que o número de matrículas na rede municipal vem apresentando avanços nos últimos cinco anos.

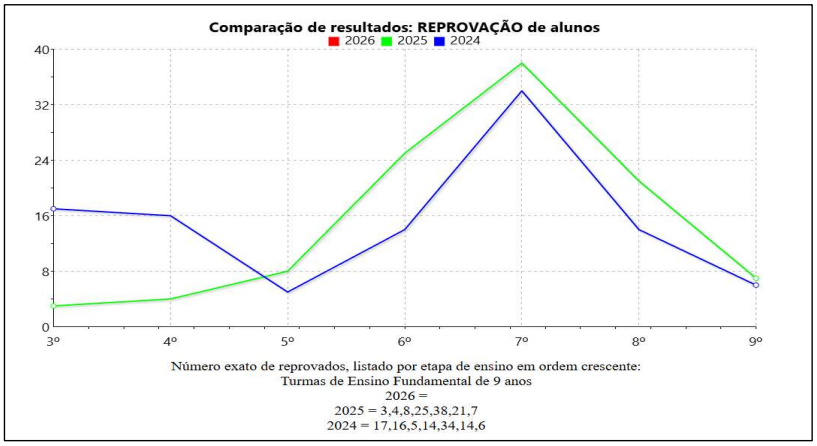
Tabela 1 - Comparativo de Matrículas

ANO	TOTAL DE ALUNOS	CRECHES	PRÉ-ESCOLA	ANOS INICIAIS	ANOS FINAIS	EJA/EPJAI
2023	2.755	296	332	809	691	627
2024	2.726	295	314	815	663	639
2025	3.225	303	329	803	646	1.144
2026	3.704	415	371	792	701	1.425

Fonte: Sistema de Gestão Escolar Bravo (2026).

Também é perceptível que as taxas de aprovação apresentam índices em declínio de aproveitamento, conforme Tabelas 2 e 3 o que reflete que faltou investimento nas escolas da Rede, em especial a formação continuada voltada para os diversos segmentos e diferentes atores: gestores escolares, coordenadores pedagógicos e professores. Observa-se, alguns anos, persistem com índices preocupantes de reprovação, alguns motivos levantados estão diretamente relacionados à vulnerabilidade social: falta de acompanhamento da família, gravidez precoce, desnutrição, alcoolismo, uso de drogas etc.

Gráfico 1 - Taxas de Reprovação da Rede Municipal – Anos Iniciais e Anos Finais



Fonte: Sistema de Gestão Escolar Bravo (2026).

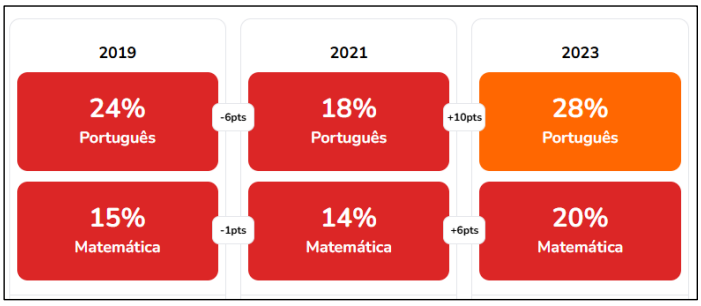
Nestas tabelas, outra situação que serve de alerta refere-se às taxas de reprovação, que ocorre no município especificamente nos 7º Anos do Ensino Fundamental Anos Finais.

A análise dos dados corrobora que implementar e ampliar a Educação em Tempo Integral no município foi uma decisão acertada, pois, passa pela expansão de tempos, espaços e oportunidades educativas, priorizando a formação de crianças e adolescentes mais vulneráveis, buscando promover equidade e inclusão social por meio da educação. É impossível refletir sobre avaliação de aprendizagem e rendimento escolar sem analisar os resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB que é de suma importância, uma vez que o indicador é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e média de desempenho dos estudantes na Prova Brasil, expressando em valores os resultados mais importantes da educação: aprendizagem e fluxo. Por ser divulgado e comparável nacionalmente, o IDEB amplia as possibilidades de mobilização da sociedade em favor da educação. A combinação aprendizagem e fluxo tem também o mérito de equilibrar as duas dimensões: se um sistema de ensino apresentar dados expressivos de reprovação, mesmo que os alunos apresentem níveis adequados de proficiência na Prova Brasil, o fator fluxo será alterado, indicando a necessidade de melhoria do sistema. Por outro lado, se os alunos forem aprovados sem qualidade, o

resultado da avaliação externa também indicará a necessidade de melhoria do sistema.

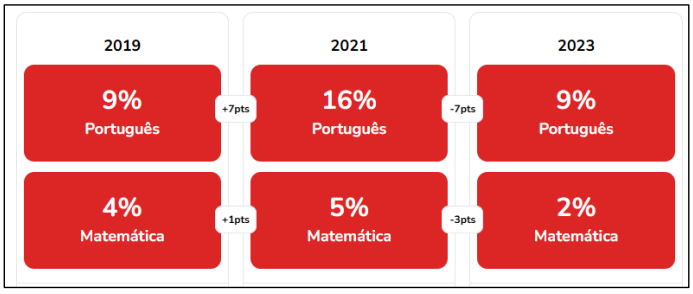
No ano 2024 o IDEB observado no município de Acajutiba nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental já se constatou uma crescente nos resultados e em 2025 observa-se uma diminuição da nota em algumas escolas. Certamente, o avanço alcançado em algumas Unidades de um ponto é bastante significativo, contudo, deve-se considerar que nos anos 2020 e 2021 a pandemia do COVID-19 prejudicou o processo de desenvolvimento da aprendizagem, pois mesmo realizando atividades remotas, fazendo a busca ativa para que ninguém fosse deixado para trás, muitos estudantes não tiveram acesso à internet, contando apenas com as atividades impressas. Durante a linha histórica, uma análise mais minuciosa dos dados de aprendizagem e fluxo evidencia que a retenção expressiva de alunos impactou negativamente o resultado do IDEB, como podemos ver na tabela abaixo:

Tabela 2 - 5º ano – Ensino Fundamental Anos Iniciais



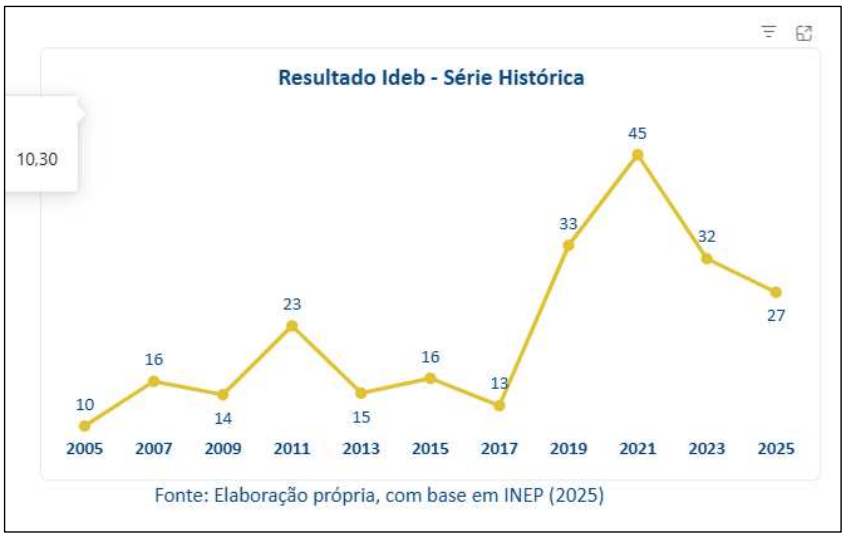
Fonte: Qedu.

Tabela 3 - 9º ano – Ensino Fundamental Anos Finais



Fonte: Qedu.

Gráfico 2 – Evolução do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) em Acajutiba



Fonte: Qedu.

Estes resultados são um convite a prosseguir com a reflexão sobre os investimentos e problemas ainda existentes na Rede para que se possa identificar novas estratégias para o alcance da qualidade da educação no município.

3.1 ORGANIZAÇÃO DO TEMPO E ESPAÇO NAS ESCOLAS EM TEMPO INTEGRAL

A Educação em Tempo Integral no município de Acajutiba, como o próprio nome já diz, tem um significado de expandir, ampliar, alargar, estender algo já existente. Essa expansão do período de aula, além de preservar sua essência, está centrada em um patamar curricular básico, e busca redimensionar e enriquecer sua estrutura organizacional com novos espaços, oferecendo uma permanência maior dentro da escola, sem perder de vista, ganhos já conquistados. A modalidade da Educação Infantil, teve início em 2009, com a integralização nas Creches Municipais. No entanto, o processo inicial da integralização das Unidades Escolares de Ensino Fundamental Anos Iniciais teve início no ano de 2018, com as Escolas: Maria da Glória Oliveira do Amor, Antônio Joaquim e a escola Maria de Lourdes de Oliveira Vasconcelos.

Somente no ano de 2023, toda a rede municipal de ensino da Educação Infantil ao Ensino Fundamental Anos Finais tornou-se em tempo integral.

Falar sobre Educação em Tempo Integral implica, então, considerar a questão das variáveis tempo, com referência à ampliação da jornada escolar, e espaço, com referência aos territórios em que cada escola está situada. Entretanto, observa-se que o grande número de salas de aulas convencionais não favorece a realização das atividades diversificadas que exigem amplitude dos espaços, liberdade de movimento e de criação (música, dança, artesanato, teatro etc.), o que justifica que algumas adequações tenham sido feitas, nas unidades escolares.

Apesar da articulação com o território ser reconhecida como necessária e imprescindível, no modelo de Educação em Tempo Integral adotado, a realização das experiências e vivências de ampliação de jornada nas Unidades Educacionais ocorre quase que totalmente no ambiente escolar, por isso, a maioria das escolas ainda anseia por espaços que favoreçam a convivência harmoniosa, em especial, no que se refere as áreas de lazer. Contudo, além de ampliar os próprios espaços, a escola precisa ampliar os seus limites para além dos seus muros, mapeando os espaços na comunidade e firmando parcerias para que os alunos possam aproveitar as oportunidades educativas do entorno, afinal como diz um ditado africano “É preciso toda uma aldeia para educar uma criança”.

O horário de atendimento nas escolas de Educação Integral em Tempo Integral é de oito (08) horas diárias: quatro horas destinadas a Base Nacional Comum, uma hora e quinze minutos destinada ao almoço, higiene, refeição e descanso; e outras duas horas e quarenta e cinco minutos destinadas às oficinas pedagógicas que abrangem várias áreas de conhecimento e linguagens, incluindo: Língua Portuguesa, Matemática, atividades esportivas, culturais e motoras e atividades de formação pessoal e social. O aluno entra às 8h e sai às 16h, realizando neste período três refeições, com um cardápio orientado por nutricionista.

O desafio maior para implantação da Educação em Tempo Integral é o financiamento da educação para manutenção das necessidades da modalidade; neste viés, é imperioso que o diagnóstico da Educação em Tempo Integral no município apresente reflexões sobre as parcerias existentes e necessárias, é preciso aprofundar o olhar acerca do “território educativo”, conceito que propõe que as políticas públicas sejam articuladas em um determinado território. Nessa dimensão, além de envolver diferentes iniciativas da sociedade civil, como ONGs e empresas, constituindo redes

socioeducativas, o território educativo precisa assegurar a intersetorialidade, articulando diferentes setores da gestão pública – educação, cultura, saúde, agricultura, assistência social – em favor do desenvolvimento local e dos indivíduos.

Infelizmente, os resultados do mapeamento das iniciativas em prol de um território educativo não são muito promissores. As parcerias com a sociedade civil são praticamente inexistentes e nem mesmo a intersetorialidade está garantida, apesar das várias secretarias municipais realizarem ações que fortalecem a Educação em Tempo Integral, estas ações não estão formalmente pactuadas, através de um termo de cooperação, por exemplo, e na maioria das vezes, não aparece nos planos de ação dos Projetos Políticos-Pedagógicos das escolas. Articulação requer planejamento conjunto, definição de prazos e responsáveis. Portanto, é urgente e necessário que a Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer – SEDUC e cada escola de Educação em Tempo Integral reconheça o território educativo como uma possibilidade para que a Educação, agregada a políticas públicas em outros setores, ofereça condições para a efetivação de uma escola de qualidade social.

Finalizando este diagnóstico, é possível elencar diversos avanços desencadeados a partir do trabalho na perspectiva da Educação Integral em Tempo Integral, destacando-se:

- algumas escolas já apresentando melhoria nos resultados de aprendizagem e do IDEB;
- melhor percepção do papel da escola como núcleo social;
- fortalecimento do sentimento de pertença e das relações de convivência;
- relação prazerosa com as atividades de expansão da jornada;
- garantia do tempo de permanência dos educandos na escola de oito horas diárias, sendo sete horas/aulas;
- atendimento ao sistema de garantia de direitos na perspectiva da proteção integral da criança e do adolescente.

No entanto, na incompletude de toda a ação educativa há desafios a serem enfrentados:

- ressignificar o currículo e fortalecer o desenvolvimento de propostas curriculares inovadoras;
- reconhecer e ampliar os territórios educativos;
- potencializar as vivências democráticas;
- fomentar a intersetorialidade;

- aprofundamento da concepção da educação integral;
- ampliação dos recursos humanos e financeiros;
- articulação entre as metodologias e estratégias utilizadas nas disciplinas da base comum e atividades diversificadas, na perspectiva do currículo integrado.

4 CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL NO BRASIL E NO MUNICÍPIO DE ACAJUTIBA

A Educação Integral em Tempo Integral constitui uma concepção de educação e uma política pública orientada pela garantia do direito à educação, pela formação integral dos estudantes e pela construção de condições para que todos tenham acesso a experiências educativas significativas, equitativas, inclusivas e socialmente referenciadas. Nessa perspectiva, a Educação Integral em Tempo Integral não se reduz à ampliação do número de horas de permanência dos estudantes na escola, mas compreende a organização intencional de tempos, espaços, currículos, práticas pedagógicas, relações, profissionais, recursos e territórios em favor do desenvolvimento integral dos sujeitos.

No contexto brasileiro, a concepção de Educação Integral em Tempo Integral vem sendo construída historicamente a partir da compreensão de que o direito à educação envolve não apenas o acesso à escola, mas também a garantia de condições para a aprendizagem, a participação, a convivência, a proteção, o desenvolvimento e o exercício da cidadania. Essa concepção encontra fundamentos na Constituição Federal de 1988, na LDB, no ECA, no Plano Nacional de Educação e em diferentes políticas, programas, diretrizes curriculares e normativas que, ao longo do tempo, contribuíram para ampliar a compreensão da educação como processo de formação humana integral.

A ampliação da jornada escolar passou, progressivamente, a ser compreendida como uma estratégia para ampliar oportunidades educativas e enfrentar desigualdades educacionais e sociais, desde que acompanhada de qualidade, equidade, intencionalidade pedagógica e integração curricular. Essa compreensão diferencia a Educação Integral em Tempo Integral de uma simples extensão do período de permanência do estudante na escola. O tempo ampliado somente adquire sentido educativo quando possibilita novas experiências, aprofundamento das

aprendizagens, diversificação das práticas, fortalecimento das relações, participação, convivência e desenvolvimento das diferentes dimensões humanas.

Esse entendimento foi fortalecido pelo Programa Escola em Tempo Integral, instituído pela Lei nº 14.640, de 31 de julho de 2023, que estabeleceu estratégias de assistência técnica e financeira para fomentar a criação de matrículas em tempo integral na Educação Básica. Para fins do Programa, são consideradas em tempo integral as matrículas em que o estudante permanece na escola ou em atividades escolares por período igual ou superior a sete horas diárias ou trinta e cinco horas semanais, durante todo o período letivo. A legislação também vincula a criação dessas matrículas a propostas pedagógicas alinhadas à BNCC e à LDB e concebidas para a oferta em jornada de tempo integral na perspectiva da educação integral.

A concepção nacional foi posteriormente aprofundada pelas Diretrizes Operacionais Nacionais para a Educação Integral em Tempo Integral na Educação Básica, instituídas pela Resolução CNE/CEB nº 7, de 1º de agosto de 2025. A norma estabelece que a Educação Integral em Tempo Integral articula as diferentes etapas e modalidades da Educação Básica e assegura o desenvolvimento integral dos educandos em seus aspectos cognitivos, físicos, emocionais, sociais, éticos, culturais e ambientais. Dessa forma, a ampliação da jornada deve estar associada a uma proposta educacional que considere o estudante em sua integralidade e reconheça a diversidade dos sujeitos, das etapas, das modalidades e dos territórios.

A mesma concepção orienta a superação da fragmentação entre turno e contraturno, compreendendo a jornada escolar como um percurso educativo integrado. Nessa perspectiva, os diferentes componentes curriculares, atividades, projetos, oficinas, experiências culturais, esportivas, artísticas, científicas, ambientais e tecnológicas devem estabelecer relações com o currículo e com os objetivos formativos da escola. A ampliação do tempo, portanto, não deverá resultar na mera justaposição de atividades, mas na construção de uma experiência educativa coerente, articulada e dotada de intencionalidade pedagógica.

A Educação Integral em Tempo Integral também se fundamenta na compreensão de que a aprendizagem e o desenvolvimento são influenciados pelas condições sociais, culturais, econômicas, ambientais e territoriais em que os estudantes vivem. Por essa razão, a política educacional deve reconhecer o território como espaço educativo e considerar os conhecimentos, as culturas, as identidades, as experiências e os modos de vida das comunidades. A escola, nessa perspectiva,

estabelece relações com outros espaços e atores sociais, ampliando as possibilidades de aprendizagem e fortalecendo a articulação entre educação, cultura, esporte, lazer, saúde, assistência social, meio ambiente, proteção e garantia de direitos.

A equidade constitui elemento estruturante dessa concepção. A Educação Integral em Tempo Integral deve reconhecer que os estudantes não partem das mesmas condições sociais, econômicas, culturais, territoriais e educacionais e, portanto, requer respostas diferenciadas para assegurar igualdade de direitos. A ampliação da oferta deve considerar as desigualdades existentes entre territórios, escolas e grupos sociais, buscando assegurar condições adequadas de acesso, permanência, participação, aprendizagem e desenvolvimento, especialmente para estudantes e comunidades que vivenciam maiores situações de vulnerabilidade ou barreiras educacionais.

Nesse sentido, a Educação Integral em Tempo Integral articula-se à inclusão educacional, à educação das relações étnico-raciais, aos direitos humanos, à valorização das diversidades, à educação ambiental, à acessibilidade e à promoção de uma convivência democrática. A formação integral pressupõe reconhecer os estudantes como sujeitos de direitos, considerando suas identidades, culturas, histórias, potencialidades, necessidades e formas diversas de participação na vida escolar e social.

A qualidade da Educação Integral em Tempo Integral envolve, portanto, um conjunto de condições que ultrapassa a dimensão curricular. Requer infraestrutura adequada, ambientes educativos diversificados, alimentação escolar, transporte, materiais pedagógicos, tecnologias, acessibilidade, profissionais qualificados, formação continuada, gestão democrática, participação social, articulação intersetorial e mecanismos permanentes de acompanhamento e avaliação. Os Parâmetros Nacionais de Qualidade e Equidade da Educação Integral em Tempo Integral, instituídos em 2026, reforçam essa compreensão ao relacionar a qualidade da oferta às condições de participação dos estudantes, à superação de barreiras, à equidade territorial e social, à gestão, ao currículo, à formação profissional e ao monitoramento da política.

Assim, no contexto brasileiro contemporâneo, a Educação Integral em Tempo Integral configura-se como uma política educacional que articula tempo ampliado, formação integral, currículo integrado, equidade, inclusão, território, gestão democrática, intersetorialidade, valorização profissional, condições de oferta e

monitoramento. Esses elementos devem ser compreendidos de maneira articulada, uma vez que nenhum deles, isoladamente, é suficiente para garantir a qualidade social da educação em jornada ampliada.

4.1 A CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL NO MUNICÍPIO DE ACAJUTIBA

A concepção de Educação Integral em Tempo Integral adotada pelo Município de Acajutiba/BA insere-se no processo nacional de fortalecimento dessa política, mas parte de uma trajetória própria, construída ao longo das experiências desenvolvidas pela Rede Municipal de Ensino, das características do território, das necessidades educacionais identificadas e das aprendizagens acumuladas pelas unidades escolares e pelos profissionais da educação.

No Município, a Educação Integral em Tempo Integral não constitui uma iniciativa recente ou isolada. Sua construção está relacionada às políticas educacionais municipais e aos instrumentos de planejamento que, ao longo dos anos, estabeleceram compromissos com a ampliação da jornada escolar e com a diversificação das experiências educativas. O Plano Municipal de Educação de Acajutiba, instituído pela Lei Municipal nº 39, de 18 de junho de 2015, já contemplava, em sua Meta 6, a oferta de educação em tempo integral e estratégias relacionadas à ampliação da jornada, à melhoria da infraestrutura, à criação e qualificação de espaços educativos, à formação dos profissionais e à articulação entre diferentes políticas públicas.

Essa trajetória foi fortalecida pela Lei Municipal nº 01/2018, que instituiu a oferta de educação em tempo integral no Município, constituindo importante marco jurídico e institucional da política municipal. A partir desse processo, a Rede Municipal passou a ampliar progressivamente suas experiências de jornada ampliada, construindo práticas e formas próprias de organização da Educação Integral em Tempo Integral.

A trajetória da Educação em Tempo Integral em Acajutiba teve início em 2009, com a oferta em jornada integral nas creches municipais. Em 2018, o processo foi ampliado para unidades do Ensino Fundamental – Anos Iniciais, consolidando uma nova etapa da política municipal. Posteriormente, com a adesão ao Programa Escola em Tempo Integral, em 2023, a oferta foi ampliada para toda a Rede Municipal de Ensino, abrangendo a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, dos Anos Iniciais

aos Anos Finais. Esse percurso evidencia que a Educação Integral em Tempo Integral no Município resulta de um processo progressivo de construção e ampliação da política educacional.

A universalização da oferta municipal representa uma característica importante da trajetória de Acajutiba e desloca o desafio da política pública: a questão central deixa de ser apenas a ampliação quantitativa da jornada e passa a envolver a consolidação da qualidade, equidade, integração curricular, condições de oferta e sustentabilidade da Educação Integral em Tempo Integral.

Nesse sentido, a concepção municipal compreende que estar em tempo integral não significa simplesmente permanecer mais horas na escola. Significa vivenciar uma jornada educativa intencionalmente organizada, na qual os diferentes tempos, espaços, experiências, relações e práticas pedagógicas estejam articulados ao desenvolvimento integral dos estudantes.

A Educação Integral em Tempo Integral de Acajutiba assume, portanto, uma perspectiva cidadã, autônoma e dialógica, compreendendo o estudante como sujeito de direitos, participante ativo de sua formação e integrante de uma comunidade e de um território. Essa concepção reconhece a escola como espaço de aprendizagem, convivência, participação, proteção, produção de conhecimentos, valorização das culturas e construção da cidadania.

A formação integral dos estudantes deverá contemplar as diferentes dimensões do desenvolvimento humano, articulando aspectos cognitivos, físicos, emocionais, sociais, éticos, culturais, ambientais e cidadãs. Isso implica compreender que aprender não se restringe à aquisição de conteúdos, mas envolve desenvolver capacidades para interpretar a realidade, conviver, participar, criar, comunicar-se, cuidar de si, dos outros e do ambiente, reconhecer identidades e diferenças e atuar de maneira responsável na sociedade.

No contexto de Acajutiba, essa concepção deverá considerar as características sociais, culturais, econômicas e territoriais do Município e as diferentes realidades vivenciadas pelos estudantes e suas famílias. A Rede Municipal possui unidades situadas em contextos urbanos e rurais, com diferentes condições de infraestrutura, acesso a equipamentos públicos, características socioculturais e formas de organização da vida comunitária. A política deverá, portanto, reconhecer essas diferenças e organizar respostas educacionais coerentes com as especificidades de cada território.

A concepção municipal também reconhece que os diferentes espaços existentes no território podem constituir ambientes educativos. Bibliotecas, espaços culturais, equipamentos esportivos, áreas ambientais, espaços comunitários e outros ambientes socialmente significativos poderão ser articulados às experiências escolares, desde que utilizados com planejamento pedagógico, segurança, acessibilidade e coerência com os objetivos formativos da unidade escolar.

O currículo ocupa lugar central nessa concepção. A Educação Integral em Tempo Integral de Acajutiba deverá articular o Referencial Curricular Municipal de Acajutiba – RCMA, a Base Nacional Comum Curricular, as Diretrizes Curriculares Nacionais e os Projetos Político-Pedagógicos das unidades escolares às experiências educativas desenvolvidas ao longo da jornada. A ampliação do tempo deverá favorecer o aprofundamento e a diversificação das aprendizagens, a recomposição e consolidação dos conhecimentos, o desenvolvimento de práticas de leitura, escrita e matemática, a cultura digital, as artes, a cultura, o esporte, a educação ambiental, a educação das relações étnico-raciais, a cidadania e outras experiências formativas.

Nessa perspectiva, a organização curricular deverá evitar a fragmentação entre aquilo que tradicionalmente se compreende como turno e contraturno. Os diferentes momentos da jornada deverão integrar um mesmo projeto educativo, ainda que apresentem diferentes metodologias, linguagens, espaços e formas de organização. O tempo ampliado deverá ser compreendido como oportunidade de ampliar e qualificar as experiências de aprendizagem, e não apenas como extensão da permanência física do estudante.

A concepção municipal reconhece também a importância da recomposição e a consolidação das aprendizagens como dimensão da formação integral. O tempo ampliado deve possibilitar que a escola acompanhe as necessidades de aprendizagem dos estudantes, desenvolva estratégias pedagógicas diferenciadas e ofereça oportunidades de aprofundamento, recuperação e consolidação dos conhecimentos, sem reduzir a Educação Integral em Tempo Integral a ações de reforço escolar.

A equidade constitui igualmente fundamento da concepção municipal. A política deverá considerar as desigualdades educacionais e sociais existentes no território e assegurar atenção às diferentes necessidades dos estudantes, especialmente daqueles que vivenciam situações de vulnerabilidade, defasagem idade-ano,

barreiras à aprendizagem e à participação, desigualdades raciais, condições de deficiência e outras situações que possam interferir no percurso escolar.

A valorização das identidades, das culturas e dos saberes locais também integra a concepção de Educação Integral adotada pelo Município. As experiências dos estudantes, das famílias e das comunidades deverão ser reconhecidas como elementos constitutivos do processo educativo, fortalecendo a relação entre escola, território e comunidade.

A Educação Integral em Tempo Integral de Acajutiba compreende, ainda, a intersetorialidade como estratégia para a garantia do desenvolvimento integral. A escola não atua isoladamente diante das diferentes dimensões que envolvem a vida dos estudantes. A articulação com as políticas de Saúde, Assistência Social, Cultura, Esporte, Lazer, Meio Ambiente, Segurança Alimentar e Nutricional e Proteção e Garantia de Direitos deverá contribuir para ampliar as condições de aprendizagem, participação, proteção e desenvolvimento dos estudantes.

A gestão democrática constitui outra dimensão fundamental da concepção municipal. A construção da Educação Integral em Tempo Integral deverá envolver profissionais da educação, estudantes, famílias, comunidade, órgãos colegiados, diferentes setores da administração pública e demais sujeitos do território. A participação social não deverá ocorrer apenas na consulta sobre a política, mas também em seus processos de implementação, acompanhamento, avaliação e aperfeiçoamento.

A formação e a valorização dos profissionais da educação constituem condições para a materialização dessa concepção. A Educação Integral requer profissionais que compreendam a formação integral, o currículo integrado, a diversidade dos estudantes, a articulação entre diferentes tempos e espaços e as especificidades do território. Por essa razão, a política deverá articular formação continuada, planejamento coletivo, acompanhamento pedagógico e condições de trabalho às necessidades concretas da rede.

A concepção municipal reconhece, ainda, que a qualidade da Educação Integral em Tempo Integral depende das condições objetivas de sua oferta. Infraestrutura, ambientes educativos, alimentação escolar, transporte, materiais pedagógicos, equipamentos, conectividade, acessibilidade, profissionais e financiamento constituem elementos necessários para que o tempo ampliado seja convertido em experiências educativas de qualidade.

Desse modo, a Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral de Acajutiba assume a educação integral como uma concepção de formação humana e de organização da política educacional, enquanto o tempo integral constitui uma forma de organização da jornada escolar destinada a ampliar as oportunidades educativas. As duas dimensões são indissociáveis: a ampliação do tempo somente se justifica quando vinculada à formação integral, o tempo ampliado, quando pedagogicamente qualificado, amplia as possibilidades de diversificação, aprofundamento e qualificação das experiências educativas voltadas à formação integral.

A concepção adotada pelo Município pode, portanto, ser sintetizada na compreensão de que a Educação Integral em Tempo Integral é uma política pública permanente, cidadã, inclusiva, equitativa, democrática e territorialmente contextualizada, que organiza de forma intencional e integrada tempos, espaços, currículo, práticas pedagógicas, profissionais, recursos, políticas públicas e participação social para assegurar o acesso, a permanência, a participação, a aprendizagem, a proteção e o desenvolvimento integral de todos os estudantes. Essa concepção constitui a base para os princípios, finalidades, objetivos, diretrizes e estratégias estabelecidos nas seções seguintes desta Política Municipal, orientando sua implementação, acompanhamento, avaliação e permanente aperfeiçoamento.

5 PRINCÍPIOS DA POLÍTICA MUNICIPAL

A Política Municipal de Educação em Tempo Integral fundamenta-se nos princípios da contemporaneidade, inclusão, sustentabilidade e equidade, compreendidos de forma integrada e indissociável. Constitui-se como uma política pública educacional comprometida com a garantia do direito à educação e com a formação integral dos estudantes, considerando as dimensões intelectual, física, emocional, social, cultural, ética e cidadã do desenvolvimento humano.

A Educação em Tempo Integral compreende a ampliação e a qualificação das oportunidades educativas, articulando os diferentes tempos, espaços, saberes, sujeitos e experiências que contribuem para o desenvolvimento pleno dos estudantes. Nessa perspectiva, a ampliação da jornada escolar não representa apenas maior permanência dos estudantes na escola, mas uma reorganização intencional do trabalho pedagógico, do currículo, dos espaços educativos, das práticas de ensino e das relações estabelecidas entre escola, família, comunidade e território.

Contemporaneidade – A política deverá promover uma educação conectada aos desafios e às transformações da sociedade contemporânea, reconhecendo os avanços científicos, tecnológicos, culturais e sociais e suas implicações para a formação dos estudantes. Nesse sentido, as práticas educativas deverão favorecer o desenvolvimento do pensamento crítico, da criatividade, da autonomia, da cultura digital, da comunicação, da resolução de problemas e da participação cidadã, articulando os conhecimentos escolares aos saberes, experiências e contextos socioculturais dos estudantes.

Inclusão – A Educação em Tempo Integral deverá assegurar o direito de todos os estudantes ao acesso, à permanência, à participação e à aprendizagem, respeitando a diversidade humana e reconhecendo as diferentes necessidades, potencialidades, identidades, culturas e formas de aprender. A inclusão pressupõe a identificação e a superação das barreiras físicas, pedagógicas, comunicacionais, atitudinais e sociais, garantindo condições para que todos os estudantes participem efetivamente das experiências educativas.

Sustentabilidade – A política deverá promover uma educação comprometida com a sustentabilidade ambiental, social, cultural e econômica, fortalecendo a consciência socioambiental, o cuidado com os territórios, a preservação dos recursos naturais, o consumo responsável e a valorização dos patrimônios culturais locais. A escola deverá constituir-se como espaço de construção de conhecimentos e práticas voltadas à responsabilidade individual e coletiva, estimulando os estudantes a compreenderem sua relação com o ambiente e a participarem da construção de comunidades mais sustentáveis.

Equidade – A Política Municipal deverá reconhecer as desigualdades existentes e desenvolver estratégias capazes de assegurar condições diferenciadas para garantir direitos e oportunidades de aprendizagem a todos os estudantes. A equidade deverá orientar a distribuição de recursos, a organização das ações pedagógicas, o acompanhamento das aprendizagens, a busca ativa, a proteção social e a articulação intersetorial, priorizando os estudantes e territórios que apresentem maiores situações de vulnerabilidade.

6 FINALIDADES E OBJETIVOS

6.1 FINALIDADES

A Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral de Acajutiba/BA tem por finalidades:

I – promover o desenvolvimento integral dos estudantes, considerando as dimensões cognitiva, física, emocional, social, ética, cultural e ambiental, reconhecendo-os como sujeitos de direitos, protagonistas de suas aprendizagens e de suas trajetórias educativas;

II – assegurar uma educação pública de qualidade, equitativa, inclusiva e socialmente referenciada, garantindo o acesso, a permanência, a aprendizagem e o desenvolvimento dos estudantes em jornada escolar em tempo integral;

III – ampliar e qualificar a oferta de Educação Integral em Tempo Integral no Sistema Municipal de Ensino, assegurando jornada escolar de, no mínimo, 7 (sete) horas diárias ou 35 (trinta e cinco) horas semanais, com intencionalidade pedagógica e integração entre os diferentes tempos, espaços, experiências e práticas educativas;

IV – garantir a integração entre o currículo, as práticas pedagógicas, os projetos político-pedagógicos das unidades escolares e as características sociais, culturais, econômicas, ambientais e territoriais de Acajutiba;

V – promover a equidade educacional e a redução das desigualdades, assegurando atenção prioritária aos estudantes em situação de vulnerabilidade social, aos que apresentam defasagem idade-ano, aos estudantes negros, às populações do campo e aos estudantes público da Educação Especial, respeitadas as especificidades de cada sujeito e território;

VI – fortalecer a articulação intersetorial entre a educação e as políticas públicas de saúde, assistência social, cultura, esporte, lazer, meio ambiente, segurança alimentar, proteção e garantia dos direitos de crianças e adolescentes, reconhecendo que o desenvolvimento integral demanda a atuação articulada das diferentes áreas;

VII – valorizar os territórios, as comunidades, os saberes locais, as identidades, as culturas e as experiências dos sujeitos que integram a comunidade escolar, utilizando diferentes espaços sociais, culturais, esportivos e comunitários como territórios educativos;

VIII – assegurar a recomposição e a consolidação das aprendizagens, articulando a ampliação da jornada escolar às ações de acompanhamento pedagógico, recuperação e recomposição das aprendizagens, práticas de leitura,

escrita, matemática, iniciação científica, cultura digital, artes, cultura, esporte e demais experiências formativas;

IX – promover práticas pedagógicas interdisciplinares, contextualizadas, inclusivas, inovadoras e participativas, que ampliem as oportunidades de aprendizagem e favoreçam o protagonismo dos estudantes, sua autonomia, criatividade, convivência democrática e participação social;

X – fortalecer a gestão democrática e participativa da política educacional e das unidades escolares, assegurando a participação dos estudantes, profissionais da educação, famílias, comunidades, órgãos colegiados e demais sujeitos sociais na construção, implementação, acompanhamento e avaliação da Educação Integral em Tempo Integral;

XI – valorizar os profissionais da educação e promover sua formação inicial e continuada, fortalecendo competências profissionais relacionadas à concepção, planejamento, implementação, acompanhamento e avaliação da Educação Integral em Tempo Integral;

XII – garantir condições adequadas de infraestrutura, alimentação escolar, transporte, materiais didático-pedagógicos, acessibilidade, equipamentos e espaços educativos necessários ao desenvolvimento da proposta de Educação Integral em Tempo Integral;

XIII – fortalecer a educação para as relações étnico-raciais, a valorização das identidades e diversidades culturais, a sustentabilidade socioambiental, os direitos humanos, a cidadania e o respeito às diferenças, contribuindo para a construção de uma sociedade democrática, inclusiva, antirracista e socialmente justa;

XIV – instituir mecanismos permanentes de monitoramento, avaliação e participação social, utilizando indicadores educacionais e informações produzidas pela rede municipal para acompanhar o acesso, a permanência, a aprendizagem, o desenvolvimento integral, a equidade e a qualidade da Educação Integral em Tempo Integral;

XV – promover a articulação da Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral com o Plano Municipal de Educação, o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, a Lei Orçamentária Anual, o Referencial Curricular Municipal de Acajutiba e os demais instrumentos de planejamento, gestão e normatização educacional do Município;

XVI – consolidar a Educação Integral em Tempo Integral como política pública permanente do Município de Acajutiba, assegurando continuidade institucional, participação social, cooperação entre os diferentes setores da administração pública e compromisso com a garantia do direito à educação de qualidade e ao desenvolvimento integral de todos os estudantes.

6.2 OBJETIVO GERAL

Consolidar e fortalecer a Educação Integral em Tempo Integral como política pública permanente do Município de Acajutiba/BA, garantindo a ampliação qualificada, equitativa, inclusiva e sustentável da jornada escolar, articulada à formação integral dos estudantes em suas múltiplas dimensões e às especificidades dos diferentes sujeitos e territórios, por meio da integração entre currículo, tempos, espaços, práticas pedagógicas, políticas públicas, participação social e gestão democrática, assegurando condições de acesso, permanência, participação, aprendizagem, desenvolvimento integral e qualidade social da educação, com vistas à redução das desigualdades educacionais e sociais e à garantia do direito à educação pública de qualidade para todos.

6.3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Para o cumprimento das finalidades estabelecidas nesta Política Municipal, são definidos os seguintes objetivos específicos:

I – consolidar a Educação Integral em Tempo Integral como política pública permanente do Município de Acajutiba/BA, articulada aos instrumentos de planejamento, gestão e financiamento da educação municipal;

II – garantir a ampliação, a qualificação e a sustentabilidade da oferta de Educação Integral em Tempo Integral nas diferentes etapas e modalidades da Educação Básica, observadas as especificidades dos estudantes e dos territórios;

III – assegurar condições de acesso, permanência, participação, aprendizagem e desenvolvimento integral dos estudantes, com especial atenção às situações de desigualdade e vulnerabilidade educacional e social;

IV – promover a melhoria da qualidade da educação pública municipal, articulando a ampliação do tempo escolar à intencionalidade pedagógica, à garantia das aprendizagens e ao desenvolvimento integral dos estudantes;

V – fortalecer a organização curricular das unidades escolares em tempo integral, articulando a Formação Geral Básica e os componentes e experiências da parte diversificada, de modo integrado, interdisciplinar e contextualizado;

VI – assegurar que os tempos, espaços, ambientes, práticas pedagógicas e experiências educativas sejam organizados de forma integrada, superando a fragmentação entre turno e contraturno;

VII – promover práticas pedagógicas que valorizem o protagonismo dos estudantes, a autonomia, a criatividade, a participação social, a convivência democrática e a construção de projetos de vida;

VIII – implementar estratégias permanentes de recomposição, consolidação e aprofundamento das aprendizagens, fundamentadas em diagnósticos educacionais e evidências pedagógicas;

IX – fortalecer a integração entre escola, família, comunidade e território, reconhecendo os diferentes espaços sociais, culturais, esportivos, ambientais e comunitários como espaços educativos;

X – promover a articulação intersetorial entre educação, saúde, assistência social, cultura, esporte, lazer, meio ambiente, segurança alimentar, proteção e garantia dos direitos de crianças e adolescentes;

XI – assegurar a valorização dos profissionais da educação, mediante condições adequadas de trabalho, formação inicial e continuada e desenvolvimento profissional voltado à concepção e implementação da Educação Integral em Tempo Integral;

XII – garantir condições adequadas de infraestrutura, acessibilidade, alimentação escolar, transporte, equipamentos, materiais pedagógicos, tecnologias e demais recursos necessários à oferta qualificada da Educação Integral em Tempo Integral;

XIII – fortalecer a gestão democrática, a participação social e o funcionamento dos órgãos colegiados na formulação, implementação, acompanhamento e avaliação da Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral;

XIV – promover a educação para as relações étnico-raciais, os direitos humanos, a diversidade, a inclusão, a sustentabilidade socioambiental e a valorização das identidades e culturas presentes no território municipal;

XV – reduzir os índices de abandono, evasão, infrequência, distorção idade-ano e desigualdades de aprendizagem, mediante estratégias de busca ativa, acompanhamento pedagógico e articulação com a rede de proteção;

XVI – estabelecer mecanismos permanentes de monitoramento e avaliação da política, utilizando indicadores de acesso, permanência, participação, aprendizagem, equidade, desenvolvimento integral e qualidade da oferta;

XVII – fortalecer a articulação entre a Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral, o Plano Municipal de Educação, o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, a Lei Orçamentária Anual e os demais instrumentos de planejamento municipal;

XVIII – assegurar a participação das comunidades escolares e dos diferentes segmentos sociais na construção, implementação, acompanhamento, avaliação e revisão da Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral;

XIX – promover a cooperação entre os diferentes órgãos da administração pública municipal, instituições, conselhos, organizações sociais e demais atores do território para o desenvolvimento de ações integradas voltadas à formação integral dos estudantes;

XX – estabelecer mecanismos de acompanhamento e revisão periódica da Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral, garantindo sua atualização diante das necessidades da rede municipal e das alterações nos marcos legais e educacionais.

7 DIRETRIZES DA POLÍTICA MUNICIPAL

A Política Municipal de Educação em Tempo Integral representa um compromisso do poder público com a construção de uma educação que reconheça o estudante em sua integralidade e que compreenda a escola como espaço privilegiado de aprendizagem, convivência, participação, cultura e transformação social.

Ao articular os princípios da contemporaneidade, inclusão, sustentabilidade e equidade às diretrizes municipais, a política busca assegurar que a ampliação do

tempo escolar esteja acompanhada da ampliação das oportunidades educativas, dos direitos, das experiências e das possibilidades de desenvolvimento dos estudantes.

Conforme estabelece o Conselho Municipal de Educação de Acajutiba (2023), a implementação das Políticas de Educação Integral em Escola de Tempo Integral deve ser orientada por diretrizes específicas para o Sistema Municipal de Ensino. Nessa expectativa de organizar ações com intencionalidade político-pedagógica, somos impulsionados a firmar caminhos para a oferta de experiências capazes de desenvolver habilidades cognitivas, intelectuais, afetivas, éticas, motoras e sociais.

Nesse sentido, pontua-se a importância das seguintes diretrizes gerais para a Educação em Tempo Integral:

I – Garantia do direito à educação e à formação integral

Assegurar a todos os estudantes o direito a uma educação pública de qualidade, comprometida com seu desenvolvimento integral e com a ampliação de suas oportunidades de aprendizagem, participação e desenvolvimento humano.

II – Ampliação qualificada da jornada escolar

Promover a ampliação da jornada escolar de forma planejada e pedagogicamente qualificada, garantindo que o tempo adicional seja destinado a experiências educativas diversificadas, significativas e articuladas ao currículo.

III – Integração curricular

Organizar o currículo de forma integrada, interdisciplinar e contextualizada, articulando os componentes curriculares às práticas de cultura, arte, esporte, ciência, tecnologia, leitura, cidadania, educação ambiental e demais experiências formativas.

IV – Valorização dos territórios educativos

Reconhecer o território municipal como espaço educativo, valorizando os saberes, as manifestações culturais, os patrimônios históricos, os espaços comunitários, ambientais, esportivos, culturais e sociais como possibilidades de aprendizagem.

V – Educação inclusiva e respeito à diversidade

Garantir práticas pedagógicas inclusivas e acessíveis, reconhecendo e valorizando as diferenças e promovendo uma cultura escolar baseada no respeito, na convivência democrática, na dignidade humana e na valorização da diversidade.

VI – Promoção da equidade educacional

Desenvolver ações específicas para reduzir desigualdades educacionais e sociais, considerando as condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem dos estudantes, com atenção especial aos grupos em situação de vulnerabilidade.

VII – Articulação intersetorial

Fortalecer a articulação entre a educação e as demais políticas públicas municipais, especialmente as áreas de saúde, assistência social, cultura, esporte, lazer, meio ambiente e proteção dos direitos das crianças e adolescentes. A intersetorialidade deverá contribuir para uma abordagem integral das necessidades dos estudantes e para o fortalecimento das redes de proteção e cuidado.

VIII – Fortalecimento da relação escola, família e comunidade

Promover a participação das famílias e da comunidade nos processos educativos, fortalecendo o diálogo, a corresponsabilidade e a construção coletiva das ações desenvolvidas pelas unidades escolares.

IX – Valorização e formação dos profissionais da educação

Garantir processos permanentes de formação continuada para professores, gestores e demais profissionais da educação, considerando os princípios, fundamentos e especificidades da Educação em Tempo Integral. A formação deverá contemplar práticas pedagógicas integradoras, educação inclusiva, avaliação da aprendizagem, metodologias ativas, cultura digital, educação socioemocional, diversidade, sustentabilidade e demais dimensões relacionadas à formação integral.

X – Organização dos tempos e espaços educativos

Reorganizar os tempos e espaços escolares de maneira a favorecer diferentes experiências de aprendizagem, considerando atividades individuais e coletivas, momentos de estudo, práticas culturais, artísticas, esportivas, científicas, tecnológicas e de convivência.

XI – Protagonismo e participação dos estudantes

Assegurar a participação dos estudantes na construção das experiências educativas, estimulando sua autonomia, criatividade, capacidade de expressão, tomada de decisões, responsabilidade e participação nos processos democráticos da escola e da comunidade.

XII – Cultura, arte, esporte e lazer como dimensões formativas

Reconhecer a cultura, as artes, a literatura, a música, a dança, o esporte, o lazer e as manifestações culturais locais como dimensões essenciais da formação integral, garantindo experiências que ampliem o repertório cultural e as possibilidades de expressão dos estudantes.

XIII – Tecnologia e cultura digital

Promover o desenvolvimento de competências relacionadas à cultura digital, ao uso crítico, ético, seguro e responsável das tecnologias, considerando-as como ferramentas de aprendizagem, comunicação, criação e participação social.

XIV – Educação ambiental e sustentabilidade

Incorporar a educação ambiental e a sustentabilidade às práticas pedagógicas e à organização das unidades escolares, estimulando atitudes de preservação, responsabilidade socioambiental e valorização do território.

XV – Avaliação formativa e acompanhamento das aprendizagens

Implementar processos de avaliação diagnóstica, formativa e somativa, utilizando os resultados para identificar avanços, dificuldades e necessidades dos estudantes e para orientar intervenções pedagógicas. A avaliação deverá considerar não apenas os resultados acadêmicos, mas também os processos de desenvolvimento, participação, autonomia, convivência e demais dimensões da formação integral.

XVI – Monitoramento e avaliação da Política Municipal

Estabelecer mecanismos permanentes de acompanhamento, monitoramento e avaliação da Política Municipal de Educação em Tempo Integral, considerando indicadores de acesso, permanência, participação, aprendizagem, equidade e qualidade das experiências educativas. Os resultados deverão subsidiar o planejamento, a revisão das estratégias e a tomada de decisões da gestão educacional.

XVII – Fortalecimento da Gestão democrática

Assegurar a gestão democrática nas unidades de ensino, compreendendo a escola como espaço no qual a gestão e vivências democráticas podem ser potencializadas, não apenas por meio das atividades acadêmicas e científicas, mas

também pelas atividades nas áreas de acompanhamento pedagógico, cultura, artes, lazer, direitos humanos, educação ambiental, inclusão digital, saúde, investigação científica, educação econômica, comunicação, uso de mídias e outras experiências locais e/ou universais que dialoguem com o Projeto Político Pedagógico da Unidade Educacional.

8 PÚBLICO ATENDIDO

A Rede Municipal de Acajutiba tem como público atendido os estudantes matriculados nas escolas da Rede Pública de Educação Básica do município, considerando as diferentes etapas e modalidades de ensino, suas características, necessidades e especificidades. No âmbito da Política de Educação Integral em Tempo Integral, esse público constitui a referência para o planejamento, a organização e a ampliação progressiva da oferta de jornada ampliada, de acordo com as condições e prioridades da Rede Municipal de Ensino.

A definição do público atendido encontra respaldo no Plano Municipal de Educação – Lei Municipal nº 39, de 18 de junho de 2015, onde diz que a oferta de atividades voltadas à ampliação da jornada escolar será para os estudantes matriculados nas escolas da rede pública de educação básica.

Nesse contexto, a Educação Integral em Tempo Integral não deverá ser compreendida apenas como o aumento do número de horas que o estudante permanece na escola. Trata-se de uma concepção de educação que considera o estudante em sua integralidade, contemplando as dimensões intelectual, física, emocional, social, cultural, ética e cidadã. A ampliação do tempo escolar deverá estar acompanhada de uma proposta pedagógica que ofereça diferentes experiências e oportunidades de aprendizagem, convivência, participação e desenvolvimento.

O atendimento deverá contemplar, de forma progressiva, os estudantes da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, conforme a organização da Rede Municipal de Ensino, as prioridades definidas pela política e a capacidade de oferta de cada unidade escolar. Na Educação Infantil, a proposta deverá respeitar as especificidades da infância, articulando cuidado e educação por meio de experiências que favoreçam as interações, as brincadeiras, a autonomia, a expressão e o desenvolvimento integral das crianças. No Ensino Fundamental, a ampliação da jornada deverá possibilitar o aprofundamento das aprendizagens e a participação em

atividades pedagógicas, culturais, artísticas, esportivas, científicas, tecnológicas e de convivência.

A política deverá contemplar também os princípios da educação inclusiva e da equidade, assegurando a participação dos estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, altas habilidades ou superdotação e demais estudantes que necessitem de apoios específicos. No decorrer da política, deverão ser planejadas e fortalecidas as condições necessárias para garantir acessibilidade, participação, aprendizagem e desenvolvimento, respeitando as singularidades de cada estudante.

Da mesma forma, deverão ser consideradas as diferentes realidades sociais, culturais e territoriais dos estudantes e das comunidades escolares de Acajutiba. A Política deverá contribuir para a redução das desigualdades educacionais, buscando garantir que a ampliação da jornada represente novas oportunidades de aprendizagem, convivência, participação social, acesso à cultura, ao esporte, à arte, à ciência, à tecnologia e a outras experiências formativas.

A ampliação do atendimento deverá continuar ocorrendo de maneira planejada e articulada, considerando as condições de infraestrutura das unidades escolares, a disponibilidade de profissionais, a alimentação escolar, o transporte, os materiais pedagógicos, os espaços educativos e as características de cada comunidade. A Rede Municipal de Ensino deverá utilizar esses elementos como referência para definir prioridades, organizar a expansão da jornada e acompanhar as condições necessárias à oferta com qualidade. A participação das equipes gestoras, profissionais da educação, estudantes, famílias e demais segmentos da comunidade escolar deverá permanecer como elemento fundamental para o aperfeiçoamento da política.

A política deverá assegurar que o maior tempo de permanência na escola esteja associado a mais oportunidades de aprender, conviver, criar, participar e desenvolver-se, fortalecendo uma educação pública inclusiva, equitativa, democrática e de qualidade social. Nesse sentido, a expansão do atendimento deverá ser acompanhada pela melhoria contínua das condições pedagógicas, estruturais e organizacionais da Rede Municipal de Ensino.

Tabela 4 – Distribuição de matrículas por ano

ANO	TOTAL DE ALUNOS	CRECHES	PRÉ-ESCOLA	ANOS INICIAIS	ANOS FINAIS	AEE
2018	2.684	199	331	1.138	955	61
2019	2.621	227	309	1.112	909	64
2020	2.539	243	309	1.038	880	69
2021	2.715	277	322	1.097	942	77
2022	2.501	209	272	953	976	91
2023	2.748	329	332	836	739	512
2024	2.812	298	317	822	695	680
2025	3.519	386	270	839	715	1.309

Fonte: Qedu

Os dados apresentados demonstram a evolução do atendimento educacional da Rede Municipal de Ensino no período de 2018 a 2025, evidenciando mudanças importantes no perfil e no quantitativo de estudantes atendidos. Observa-se que o total de matrículas passou de 2.684 estudantes em 2018 para 3.519 em 2025, representando um crescimento de aproximadamente 31,1% no período. Esse histórico deverá ser considerado como referência para o planejamento da Política de Educação Integral em Tempo Integral.

Destaca-se, ainda, a ampliação do atendimento nas creches, que passou de 199 matrículas em 2018 para 386 em 2025, correspondendo a um crescimento de aproximadamente 94%. Esse movimento reforça a importância de fortalecer, nos próximos ciclos, políticas educacionais voltadas à primeira infância e à ampliação do acesso, da permanência e das experiências educativas em tempo integral na Educação Infantil.

No período analisado, também se observa uma significativa ampliação dos registros relacionados ao Atendimento Educacional Especializado (AEE), que passaram de 61 estudantes em 2018 para 1.309 em 2025. Esse cenário deverá ser considerado no planejamento da Política de Educação Integral em Tempo Integral, fortalecendo progressivamente as estratégias de educação inclusiva, acessibilidade, participação, acompanhamento e condições adequadas de aprendizagem para todos os estudantes.

Embora os dados apresentem oscilações entre os diferentes anos e etapas de ensino, o crescimento do número total de matrículas em 2025 demonstra uma ampliação da demanda educacional atendida pela rede municipal. Para os próximos anos, esse cenário deverá subsidiar o planejamento contínuo da oferta educacional, considerando infraestrutura, recursos humanos, alimentação, transporte, espaços pedagógicos, materiais e formação dos profissionais.

Assim, os dados históricos de matrícula constituem uma importante referência para o planejamento da Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral de Acajutiba-BA. A partir desse diagnóstico, a Rede Municipal deverá estabelecer metas, prioridades e estratégias para a expansão progressiva do atendimento, acompanhando a evolução da demanda e avaliando periodicamente as condições necessárias para a jornada ampliada.

9 CRITÉRIOS DE AMPLIAÇÃO E OFERTA DE MATRÍCULAS COM EQUIDADE

Desde 2023, a Rede Pública Municipal de Ensino de Acajutiba organiza em tempo integral a oferta regular da Educação Infantil e do Ensino Fundamental. Essa realidade modifica o sentido da ampliação das matrículas no Município. A Política Municipal parte, portanto, de uma experiência já construída pelas escolas, pelos profissionais da educação, pelos estudantes e por suas famílias. Seu propósito, nesta etapa, é assegurar continuidade a essa oferta, aperfeiçoar sua organização e enfrentar as diferenças que ainda podem existir entre unidades, etapas de ensino e territórios.

Nesse contexto, ampliar a oferta não significa apenas aumentar o número de matrículas registradas como em tempo integral. Significa garantir capacidade para acolher as crianças que ingressam anualmente na rede, acompanhar aos estudantes identificados pela Busca Ativa Escolar, acompanhar as mudanças da população e preservar a continuidade da jornada nas transições entre a Educação Infantil, os anos iniciais e os anos finais do Ensino Fundamental.

O direito à matrícula somente se realiza plenamente quando o estudante encontra condições para frequentar a escola e participar de toda a jornada. Uma vaga distante da residência, uma rota de transporte incompatível com os horários, a ausência de apoio adequado, as dificuldades de alimentação ou uma rotina pouco integrada podem comprometer a frequência e enfraquecer o vínculo com a escola.

Por essa razão, acesso, permanência e organização da jornada serão tratados de forma articulada nesta Política. Os critérios apresentados a seguir procuram traduzir essa compreensão para a realidade da Rede Municipal de Acajutiba, em conformidade com as diretrizes curriculares em vigor no Sistema Municipal de Ensino.

Assim, ampliar a oferta, significa manter a rede preparada para receber os estudantes que procuram a escola e assegurar a continuidade daqueles que já estão matriculados. Cada nova vaga ou reorganização do atendimento deverá corresponder às condições que a unidade realmente possui para acolher o estudante durante toda a jornada. É com base nessa relação entre demanda e capacidade de atendimento que serão definidos os critérios de planejamento e organização das matrículas.

9.1 CONCEPÇÃO DA AMPLIAÇÃO DA OFERTA

O acesso com equidade significa assegurar a todas as crianças e adolescentes o direito à matrícula, sem seleção por desempenho, comportamento, condição de deficiência, raça ou cor, renda, local de moradia, composição familiar ou participação anterior em atividades escolares. A igualdade de acesso, entretanto, não pressupõe respostas idênticas para situações diferentes. A equidade exige reconhecer as barreiras que atingem determinados estudantes e organizar apoios compatíveis com suas necessidades, de modo que a vaga oferecida possa ser efetivamente ocupada e a jornada integral possa ser cumprida com segurança, dignidade e condições de aprendizagem.

A permanência integra o próprio direito de acesso. Considera-se atendido o estudante que, além de matriculado, participa regularmente da jornada, mantém vínculo com a escola, dispõe das condições necessárias para acompanhar as atividades e encontra respostas quando surgem dificuldades de frequência, convivência, aprendizagem, saúde, transporte ou proteção social. A matrícula, portanto, não se encerra no ato administrativo de sua realização. Ela acompanha o percurso escolar e procura evitar que faltas recorrentes, saídas antecipadas ou afastamentos temporários se transformem em abandono ou exclusão.

Na realidade de Acajutiba, a ampliação deve ser compreendida como a capacidade de preservar a universalização alcançada, absorver novas demandas, corrigir insuficiências e adequar a oferta às mudanças da população. Essa ampliação poderá decorrer do crescimento de matrículas em determinada etapa, da chegada de

novos moradores, de alterações na distribuição das famílias entre a sede e o campo, da progressão dos estudantes entre etapas ou da identificação de crianças e adolescentes que estavam fora da escola. Cada situação deverá ser analisada em conjunto com as condições pedagógicas, físicas, humanas, alimentares, de transporte e financeiras necessárias à jornada integral.

9.2 PLANEJAMENTO DA OFERTA E CRITÉRIOS PARA AMPLIAÇÃO

O planejamento das matrículas partirá de um diagnóstico atualizado da demanda e da capacidade de atendimento da rede. Esse diagnóstico deverá combinar informações educacionais, demográficas e territoriais, evitando que a decisão se baseie somente no número de matrículas do ano anterior. Em uma rede que já funciona em tempo integral, pequenas variações no número de estudantes podem alterar a necessidade de turmas, profissionais, alimentação, transporte, mobiliário e espaços. Por essa razão, a análise deve observar tanto a quantidade de vagas quanto as condições reais em que elas serão ofertadas.

A abertura, reorganização ou redistribuição de vagas considerará, de forma articulada:

- a demanda registrada e estimada por etapa, faixa etária, ano escolar, unidade e território, incluindo solicitações de matrícula, transferências, resultados da busca ativa e projeções de continuidade entre etapas;
- a capacidade dos espaços escolares, com atenção às salas de aula, ambientes de descanso, refeitórios, cozinhas, banheiros, áreas de convivência, espaços externos, acessibilidade e possibilidades de uso pedagógico do território;
- a disponibilidade e a organização dos profissionais necessários ao funcionamento da jornada, incluindo docentes, coordenação e supervisão pedagógica, gestão, apoio, alimentação, transporte, cuidado, atendimento educacional especializado e demais funções existentes na rede;
- a oferta de alimentação escolar compatível com o tempo de permanência, a faixa etária e as necessidades alimentares específicas dos estudantes;
- as rotas, os horários e o tempo de deslocamento do transporte escolar, principalmente para estudantes residentes no campo ou em áreas mais distantes;

- os recursos pedagógicos, tecnológicos, de acessibilidade e de custeio necessários à execução da matriz curricular e à manutenção dos serviços ao longo do ano letivo;
- a continuidade da trajetória escolar, de modo a reduzir rupturas na passagem da creche para a pré-escola, da Educação Infantil para os anos iniciais e destes para os anos finais do Ensino Fundamental.

Quando a demanda indicar necessidade de ajuste, deverão ser examinadas as alternativas possíveis dentro da rede, como reorganização de turmas, adequação de espaços, revisão de rotas, distribuição de profissionais e planejamento gradual de intervenções. A escolha deverá buscar a solução que preserve o direito à matrícula e a qualidade da jornada, sem impor deslocamentos desnecessários ou transferir para as famílias o ônus decorrente de limitações administrativas.

Eventuais restrições físicas ou operacionais serão registradas no planejamento como necessidades a serem enfrentadas, e não como critérios de exclusão de estudantes. Nos casos em que a solução dependa de providência de outra política pública ou de intervenção de maior prazo, poderão ser adotados encaminhamentos progressivos e medidas de organização compatíveis com a capacidade municipal, preservando-se o acompanhamento do caso e a continuidade do vínculo escolar.

9.3 FONTES DE INFORMAÇÃO E DIAGNÓSTICO TERRITORIAL

A qualidade do planejamento depende da capacidade de localizar a demanda que já aparece nos registros escolares e também aquela que não chega espontaneamente à escola. Por esse motivo, serão consideradas fontes internas da educação e informações produzidas por outras políticas públicas. O objetivo não é formar um cadastro paralelo, mas aproximar dados que permitam estimar a população em idade escolar, identificar possíveis ausências de matrícula, compreender as causas da infrequência e organizar respostas adequadas a cada localidade.

Quadro 1 – Fontes de informações que respaldam o diagnóstico

FONTE DE INFORMAÇÃO	CONTRIBUIÇÃO PARA O DIAGNÓSTICO E O ACOMPANHAMENTO
Registros Educacionais	Matrícula e transferência, frequência diária, participação na jornada integral, saídas antecipadas, distorção idade-ano, resultados de aprendizagem, solicitações de vaga e demais registros do sistema de gestão escolar.

Busca Ativa Escolar	Alertas, verificação dos casos, causas da exclusão ou do risco de abandono, encaminhamentos, responsáveis, prazos, situação da matrícula ou rematrícula e acompanhamento da permanência, conforme o fluxo da plataforma.
Saúde	Cadastros territorializados da Atenção Primária à Saúde, registros consolidados de nascidos vivos e informações de acompanhamento de crianças e adolescentes.
Assistência social	Informações produzidas pelos serviços socioassistenciais, pelo Cadastro Único, pelo CRAS e pelos órgãos de proteção podem indicar mudança de endereço, vulnerabilidade, trabalho infantil, violência, ausência de documentação e outras barreiras que interferem no acesso ou na permanência.
Transporte escolar	Rotas, pontos de embarque, tempo de deslocamento, comunidades atendidas, mudanças de residência e dificuldades de acesso.
Dados demográficos (IBGE)	Estimativas populacionais, população por faixa etária, população urbana e rural, taxas de natalidade.

Fonte: elaboração própria (2026).

Os cadastros da saúde merecem tratamento específico. As informações da Atenção Primária podem indicar quantas crianças e adolescentes residem em determinada localidade, suas faixas etárias e a área de referência das equipes. Esses registros, isoladamente, não demonstram que uma pessoa está fora da escola. A identificação de um possível caso ocorrerá pela comparação com os registros de matrícula e pela posterior verificação da situação. Assim, uma criança localizada na base da saúde sem correspondência imediata no cadastro educacional será considerada um caso a conferir, pois poderá estar matriculada em outra rede, ter mudado de município, apresentar diferença cadastral ou realmente encontrar-se fora da escola.

A utilização de dados nominais observará a finalidade pública de garantia do direito à educação, a necessidade de acesso para o trabalho desenvolvido e as regras de proteção de dados pessoais. O compartilhamento entre setores deverá limitar-se às informações necessárias para localizar, verificar e encaminhar cada situação, com acesso restrito às equipes autorizadas. Para fins de planejamento, prestação de contas e divulgação, serão priorizados dados consolidados por faixa etária, etapa, localidade e motivo, sem exposição de crianças, adolescentes ou famílias.

A análise dessas informações permitirá verificar onde se concentram solicitações de vaga, faltas persistentes, dificuldades de transporte, barreiras de acessibilidade ou situações de vulnerabilidade. Essa análise ajudará a distinguir problemas individuais de questões que atingem um conjunto de estudantes. Quando

vários casos apresentarem a mesma causa, como inadequação de rota, ausência de documentação, dificuldade de acesso a serviço de saúde ou necessidade de apoio social, a resposta deverá considerar também a correção do problema coletivo.

9.4 BUSCA ATIVA ESCOLAR COMO ESTRATÉGIA DE ACESSO E PERMANÊNCIA

A adesão de Acajutiba à Busca Ativa Escolar fortalece a capacidade municipal de identificar crianças e adolescentes fora da escola ou em risco de abandono. Desenvolvida pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF, em parceria com a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – Undime e com apoio de organizações representativas da assistência social e da saúde, a estratégia reúne metodologia de trabalho intersetorial e plataforma tecnológica para registrar e acompanhar cada caso.

No âmbito desta Política, a Busca Ativa Escolar será compreendida como uma estratégia permanente de garantia do direito à educação. Sua finalidade não se restringe a localizar o estudante e efetuar a matrícula. O trabalho deverá identificar a causa que produziu a exclusão ou o risco de abandono, mobilizar os serviços necessários para enfrentar a barreira, viabilizar o ingresso ou o retorno e acompanhar a permanência durante o período definido pela metodologia. Essa continuidade é especialmente importante na jornada integral, porque a dificuldade pode estar relacionada não à ausência de vaga, mas ao transporte, ao tempo de permanência, à alimentação, à saúde, à deficiência, à convivência escolar, ao trabalho infantil, à mudança de residência ou a condições familiares e sociais.

A plataforma permite que os casos tenham histórico próprio, com registro do alerta, das informações verificadas, das causas identificadas, dos encaminhamentos, das providências realizadas e da situação do estudante. Também possibilita organizar responsabilidades entre os perfis da equipe, acompanhar prazos e produzir dados consolidados. Esses registros apoiam a gestão, mas não substituem os documentos escolares, os sistemas oficiais de matrícula e frequência nem os procedimentos próprios de cada serviço público.

O fluxo da Busca Ativa Escolar será articulado às rotinas já existentes na rede e poderá compreender as seguintes etapas:

1. Identificação e emissão do alerta: a possível situação de exclusão ou risco de abandono poderá ser percebida pela escola, por agente comunitário de saúde,

profissional da assistência social, conselho tutelar, serviço público, liderança comunitária, família ou outro ator cadastrado e orientado pela estratégia.

2. Análise inicial: o alerta será examinado para verificar se contém informações mínimas, evitar duplicidade e definir a área responsável pela continuidade do atendimento.

3. Verificação da situação: a situação de matrícula, frequência e residência será conferida e, quando necessário, haverá contato ou visita à família, com escuta acolhedora e sem culpabilização, para compreender as causas e confirmar se o estudante está fora da escola ou em risco de abandoná-la.

4. Gestão do caso e encaminhamentos: confirmada a situação, serão registrados os fatores que impedem o acesso ou a permanência e mobilizados os serviços correspondentes. Casos com mais de uma causa poderão exigir atuação conjunta da educação, saúde, assistência social, transporte, proteção e demais áreas competentes.

5. Matrícula, rematrícula ou regularização do vínculo: a solução educacional deverá considerar etapa e ano adequados, proximidade territorial, disponibilidade de transporte, acessibilidade, continuidade do atendimento e condições de participação na jornada integral.

6. Acompanhamento da permanência: após o ingresso ou retorno, a frequência e a participação serão observadas pelo período previsto na metodologia vigente. O reaparecimento das faltas ou da causa que originou o caso deverá provocar nova análise e, quando necessário, reabertura ou continuidade dos encaminhamentos.

A equipe local da estratégia será organizada de acordo com os perfis previstos na metodologia: gestão política, coordenação operacional, supervisão institucional, verificação técnica e agentes comunitários e com as designações adotadas pelo Município. O valor desses perfis está na distribuição clara das tarefas: quem identifica não precisa resolver sozinho; quem verifica reúne elementos para a análise; quem supervisiona articula os serviços; e a coordenação acompanha o funcionamento geral e as situações que exigem resposta conjunta.

As informações produzidas pela Busca Ativa Escolar também serão utilizadas para aperfeiçoar o planejamento da oferta. A repetição de determinados motivos, a concentração territorial de alertas, o tempo gasto para resolução e a ocorrência de novos afastamentos após o retorno ajudam a revelar lacunas que não aparecem apenas no total de matrículas. Dessa forma, a estratégia funcionará simultaneamente

como instrumento de atendimento individual e como fonte para a revisão das políticas de transporte, alimentação, inclusão, convivência, assistência e organização da jornada.

10 ORGANIZAÇÃO DA JORNADA ESCOLAR

A jornada escolar em tempo integral é o período educativo diário em que se articulam aprendizagem, cuidado, alimentação, higiene, descanso, movimento, convivência, cultura, esporte, investigação e participação. Sua organização deve ampliar experiências e oportunidades formativas, e não apenas prolongar a permanência do estudante no prédio escolar. Cada tempo da rotina precisa ter finalidade definida, relação com a etapa atendida e condições adequadas de espaço, material e acompanhamento.

Na rede pública municipal de ensino de Acajutiba, a jornada é compreendida como uma unidade pedagógica. A organização administrativa em períodos, componentes ou profissionais diferentes não poderá produzir duas escolas no mesmo dia: uma destinada à formação geral e outra formada por oficinas ou atividades complementares. A Base Nacional Comum e a parte diversificada compõem o mesmo currículo, conforme o Referencial Curricular Municipal e as matrizes aprovadas pelo Conselho Municipal de Educação em 2025.

A integração curricular não exige que todas as atividades adotem o mesmo formato. A diversidade de linguagens, espaços, agrupamentos e metodologias é parte da educação integral. O que deve existir é coerência entre objetivos, continuidade do trabalho e comunicação entre os profissionais. Uma oficina, uma atividade corporal, uma experiência no território ou um momento de leitura possuem identidade própria, mas devem contribuir para os direitos de aprendizagem e desenvolvimento assumidos pela escola.

No âmbito desta Política, não serão utilizadas as expressões “turno” e “contraturno” para denominar ou diferenciar as atividades da Educação Integral em Tempo Integral, por se tratar de termos que reforçam uma organização fragmentada do trabalho escolar. As referências a esses termos só poderão ser utilizadas para organizar horários, profissionais e espaços, mas não para estabelecer hierarquia, uma vez que todas as atividades integram uma única jornada curricular e, por essa razão,

deverão estar articuladas ao planejamento, aos registros, ao acompanhamento da aprendizagem e ao Projeto Político-Pedagógico da unidade escolar.

10.1 CARGA HORÁRIA E CALENDÁRIO ESCOLAR

A jornada escolar da Educação Integral em Tempo Integral observará o disposto na Resolução CME nº 01/2025 que adequou o Referencial Curricular Municipal de Acajutiba a essa forma de oferta e estabeleceu, para o Ensino Fundamental, carga horária de quarenta horas semanais e mil e seiscentas horas anuais. Essa carga horária será distribuída nos duzentos dias de efetivo trabalho escolar previstos no calendário da Rede Pública Municipal de Ensino.

A elaboração do calendário deverá garantir a correspondência entre os dias letivos, o horário diário de funcionamento das unidades e a carga horária definida nas matrizes curriculares. Também serão previstos os períodos destinados ao planejamento pedagógico, à formação continuada e às reuniões necessárias à organização do trabalho escolar. Caso ocorram suspensões ou outras situações que prejudiquem o cumprimento da jornada, a reorganização do calendário seguirá as normas do Sistema Municipal de Ensino.

A jornada escolar compreende todo o período em que o estudante permanece na unidade escolar e participa da rotina organizada para aquele dia. Por essa razão, a carga horária não se limita às aulas ministradas nos componentes curriculares. Ela também abrange os momentos que tornam possível a permanência diária na escola e que, pela forma como são conduzidos, contribuem para a formação dos estudantes.

A permanência ampliada faz com que a escola compartilhe com os estudantes uma parte significativa de sua vida cotidiana, incluindo momentos destinados à alimentação, à higiene, ao acolhimento, à convivência, ao descanso, às transições entre atividades e ao deslocamento entre os diferentes ambientes da unidade. Esses momentos não estão separados do processo educativo, pois neles também são formados hábitos, atitudes, valores, formas de convivência e capacidades necessárias à autonomia e à participação na vida coletiva.

Esse entendimento encontra respaldo no art. 4º, § 1º, da Resolução CNE/CEB nº 7/2025, segundo o qual “integram a jornada escolar e compõem o processo educativo os tempos dedicados à alimentação, à higiene, à socialização e à convivência”. O § 2º do mesmo artigo estabelece que os momentos de descanso,

deslocamento interno, acolhimento e transição também sejam planejados como parte da rotina escolar. Esses períodos, portanto, serão computados na carga horária escolar porque acontecem dentro da jornada e fazem parte da experiência educativa proporcionada pela escola.

Os estudantes chegam à escola com experiências, hábitos e níveis de autonomia diferentes. Alguns já realizam determinados cuidados pessoais de forma independente; outros ainda necessitam de orientação, demonstração, acompanhamento ou apoio direto. Essas diferenças podem estar relacionadas à idade, às condições de saúde, à deficiência, às características do desenvolvimento, às rotinas familiares, às condições de moradia, ao acesso à água e ao saneamento ou às oportunidades anteriores de aprendizagem. A escola não deverá presumir que todos dominam igualmente os hábitos necessários à vida coletiva, nem atribuir à criança ou à família a responsabilidade exclusiva pelas dificuldades observadas.

Nesse contexto, os momentos de higiene possuem uma função formativa concreta. A lavagem adequada das mãos antes das refeições e após o uso do banheiro, os cuidados com a higiene bucal, o uso correto e responsável dos sanitários, o cuidado com o corpo, com as roupas e com os objetos pessoais, a higiene menstrual e a preservação da limpeza dos ambientes são aprendizagens que precisam ser orientadas, retomadas e consolidadas. Muitos desses hábitos não são adquiridos de uma única vez. Eles dependem da repetição, do exemplo dos adultos, da compreensão de sua importância e da existência de condições materiais para que possam ser praticados.

A atuação da escola nessa dimensão não substitui a responsabilidade das famílias, mas amplia e complementa o processo educativo. Ao ensinar e reforçar práticas de higiene, a unidade escolar contribui para a prevenção de doenças, para o respeito ao próprio corpo e ao corpo do outro, para o desenvolvimento da autonomia e para a utilização responsável dos espaços coletivos. Essa orientação deverá ocorrer de forma respeitosa, sem constrangimento, exposição ou tratamento discriminatório, considerando a idade, a privacidade, as condições de saúde, a deficiência e as necessidades específicas de cada estudante.

Do mesmo modo, a alimentação escolar não será compreendida apenas como o intervalo destinado ao fornecimento da refeição. Esse momento possibilita desenvolver autonomia no uso dos utensílios, cuidado com os alimentos, respeito às necessidades alimentares específicas, disposição para conhecer diferentes

preparações, redução do desperdício, organização do espaço utilizado e convivência respeitosa entre os estudantes. A ação educativa ocorrerá pela orientação, pelo exemplo, pela organização da rotina e pela mediação dos profissionais, sem transformar a refeição em aula expositiva ou retirar dela seu caráter de cuidado, bem-estar e satisfação de uma necessidade básica.

Os tempos de acolhimento e de transição também cumprem uma função importante. A chegada à escola permite observar como o estudante inicia o dia, identificar necessidades imediatas, orientar a organização dos materiais e favorecer sua integração ao grupo. As mudanças entre atividades e espaços ajudam a desenvolver noções de organização, responsabilidade, segurança, respeito ao tempo coletivo e autonomia. Quando esses momentos não são planejados, podem gerar longas esperas, desorganização, conflitos e perda de tempo. Quando bem conduzidos, contribuem para que a jornada transcorra com maior tranquilidade e continuidade.

A socialização e a convivência constituem espaços de aprendizagem das relações humanas. Durante as refeições, brincadeiras, deslocamentos, atividades coletivas e demais situações cotidianas, os estudantes aprendem a compartilhar espaços e materiais, esperar, pedir ajuda, expressar opiniões, ouvir o outro, lidar com frustrações, resolver conflitos e respeitar diferenças. A mediação dos profissionais deverá contribuir para a construção de relações livres de violência, intimidação, racismo, capacitismo, discriminação e outras formas de desrespeito, fortalecendo um ambiente escolar seguro e acolhedor.

O descanso, especialmente na Educação Infantil e para os estudantes que dele necessitem, deverá ser organizado como resposta às necessidades físicas e emocionais decorrentes da permanência prolongada na escola. Descansar não representa ausência de trabalho educativo. Respeitar os limites do corpo, reconhecer sinais de cansaço e dispor de condições para recuperar-se também fazem parte do desenvolvimento e do cuidado. A organização desse período deverá considerar a faixa etária, o ritmo individual, as condições dos espaços, a ventilação, o conforto, a supervisão e a necessidade de alternativas para aqueles que não dormem.

Educar em tempo integral também significa ensinar a viver, cuidar de si, conviver com o outro e participar de forma responsável dos espaços coletivos. Em uma jornada de oito horas diárias, assegurar essas aprendizagens não é uma tarefa secundária: é uma condição para que o estudante permaneça na escola com

dignidade, desenvolva autonomia e encontre, ao longo de todo o dia, oportunidades reais de formação.

10.2 ORGANIZAÇÃO DA JORNADA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Na Educação Infantil, a jornada integral será organizada a partir dos direitos de conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer-se e dos campos de experiência previstos no currículo. O dia da criança não será dividido entre um período de ensinar e outro apenas de cuidar. Educação e cuidado são dimensões indissociáveis, e as situações de alimentação, higiene, descanso, brincadeira e interação integram a proposta pedagógica.

A distribuição dos campos de experiência indicada na matriz curricular orientará o planejamento sem converter a rotina em uma grade rígida de disciplinas. Bebês e crianças pequenas aprendem em tempos distintos e necessitam de alternância entre experiências coletivas, pequenos grupos, escolhas individuais, movimento, exploração, repouso e cuidado. A organização deverá respeitar faixa etária, ritmos de sono e alimentação, autonomia e necessidade de acolhimento.

Os ambientes serão preparados para permitir exploração segura e diversidade de experiências. Sala de referência, espaços externos, áreas de leitura, locais de alimentação e demais ambientes serão utilizados de forma combinada. Os materiais deverão permanecer acessíveis e adequados à idade, favorecendo brincadeira, criação, linguagem, movimento, contato com a natureza e produção de culturas infantis.

A passagem entre profissionais ou períodos do dia será planejada para que informações importantes sobre a criança não se percam. O diálogo entre docentes e demais profissionais deverá considerar alimentação, sono, saúde, participação, interações e experiências realizadas. Os registros pedagógicos ajudarão a assegurar continuidade, evitando repetição de propostas ou ruptura entre manhã e tarde.

A comunicação com as famílias terá atenção especial na jornada em tempo integral, pois a criança permanece grande parte do dia na instituição. Informações sobre adaptação, alimentação, sono, saúde e desenvolvimento serão compartilhadas pelos canais adotados pela unidade escolar. As necessidades apresentadas pela família serão analisadas em diálogo com o planejamento pedagógico e as condições de atendimento.

10.3 ORGANIZAÇÃO DA JORNADA NO ENSINO FUNDAMENTAL

No Ensino Fundamental, a jornada de quarenta horas semanais integra os componentes da formação geral e da parte diversificada. Nos anos iniciais, a matriz vigente combina vinte horas da base comum, dezenove horas da parte diversificada e o tempo previsto para alimentação e descanso. Nos anos finais, reúne vinte e cinco horas da base comum e quinze horas da parte diversificada, incluídos os tempos definidos na própria matriz. Essa distribuição deverá ser compreendida como composição de um único percurso formativo.

A parte diversificada inclui oficinas, componentes interdisciplinares e eletivas introduzidos ou reorganizados pela Resolução CME nº 01/2025. Nos anos iniciais, contempla ações de apoio pedagógico, linguagens, matemática, cultura, cidadania, saberes do território e eletivas. Nos anos finais, incorpora, conforme o ano escolar, apoio pedagógico, Libras, Cultura Popular, Projeto de Vida, Cultura Digital, Educação Ambiental, Educação para as Relações Étnico-Raciais, Saúde, Ética, Cidadania e eletivas. A oferta deverá observar a matriz vigente, o Projeto Político-Pedagógico e as condições de cada unidade.

As atividades de apoio pedagógico não serão mera repetição da aula anterior nem mecanismo permanente de separação entre estudantes. Elas deverão partir de evidências de aprendizagem, retomar conhecimentos por outras estratégias, oferecer acompanhamento e ampliar possibilidades de estudo. O diálogo entre os profissionais da formação geral e da parte diversificada será essencial para definir objetivos, evitar sobreposição de conteúdos e acompanhar os avanços.

Os componentes de caráter cultural, artístico, corporal, tecnológico, ambiental e comunitário não serão tratados como acessórios. Eles ampliam repertórios, fortalecem identidades, aproximam a escola do território e possibilitam outras formas de expressão e produção do conhecimento. Seu planejamento deverá prever objetivos, experiências, recursos, registro e formas adequadas de acompanhamento, sem reduzir sua contribuição a atividades recreativas sem intencionalidade.

A distribuição semanal deverá evitar concentração excessiva de um mesmo tipo de atividade e alternar situações de maior exigência de atenção com experiências corporais, artísticas, práticas, investigativas e de convivência. A organização poderá utilizar aulas, oficinas, projetos, sequências integradas, clubes, rodas, estudo orientado, práticas no território e outras formas compatíveis com o currículo. A

diversidade metodológica deverá responder à idade dos estudantes e aos objetivos de aprendizagem.

10.4 COMPONENTES ELETIVOS E PARTICIPAÇÃO

As eletivas previstas pela Resolução CME nº 01/2025 possuem caráter flexível e serão definidas anualmente com base em consulta aos estudantes, em consonância com as diretrizes pedagógicas da instituição. A consulta não significa que toda sugestão deverá converter-se em componente. Ela permitirá conhecer interesses e necessidades, que serão analisados à luz do currículo e das prioridades formativas da escola.

A unidade poderá organizar a escuta por meio de instrumentos adequados à faixa etária, como rodas de conversa, assembleias, formulários, consulta às turmas ou análise de projetos anteriores. As opções resultantes deverão ser apresentadas com linguagem clara, indicando tema, objetivos e forma de participação. Quando houver limitação de vagas ou necessidade de composição de grupos, os critérios serão informados e buscarão garantir oportunidades equilibradas.

O caráter optativo refere-se à possibilidade de escolha entre as alternativas organizadas pela escola. Depois de formalizada a escolha e incluída no horário do estudante, a eletiva passa a integrar sua jornada curricular, com frequência, participação e acompanhamento. A flexibilidade permite revisar temas e formatos a cada ano, mantendo a coerência com o Projeto Político-Pedagógico e com a matriz aprovada.

A avaliação das eletivas considerará participação, produções, projetos e aprendizagens desenvolvidas, conforme a natureza de cada proposta. Os resultados e a escuta dos estudantes poderão orientar a continuidade, a reformulação ou a substituição das opções no ano seguinte.

10.5 ORGANIZAÇÃO DOS TEMPOS DE ALIMENTAÇÃO, DESCANSO E CONVIVÊNCIA

A permanência prolongada exige que a rotina contemple necessidades físicas, emocionais e sociais. Os horários de refeição serão compatíveis com a faixa etária e com a duração da jornada, evitando intervalos excessivos. O planejamento deverá

considerar o fluxo do refeitório, o tempo necessário para comer sem pressa, a higiene antes e depois das refeições e o atendimento às necessidades alimentares específicas informadas e acompanhadas pela rede.

O descanso terá forma adequada a cada etapa. Na Educação Infantil, poderá envolver sono, repouso ou redução de estímulos, conforme a idade e a necessidade da criança. No Ensino Fundamental, não se confunde necessariamente com dormir; pode compreender pausas, leitura livre, convivência tranquila e atividades de menor intensidade. O objetivo é recuperar a disposição e evitar que a jornada ampliada produza sobrecarga.

Os momentos de convivência serão acompanhados por adultos e organizados para favorecer autonomia, respeito, cooperação e participação. Conflitos ocorridos no refeitório, pátio, transporte ou transições também fazem parte da responsabilidade educativa da escola. As regras de convivência deverão ser conhecidas, coerentes ao longo do dia e construídas com participação dos estudantes sempre que a idade permitir.

A grade de horários funcionará como referência de organização, mas a rotina poderá ser ajustada diante de necessidades pedagógicas, climáticas, de saúde, de uso dos espaços ou de desenvolvimento de projetos, desde que sejam preservadas a carga horária, a segurança e a finalidade pedagógica. Essa flexibilidade deverá ser planejada e comunicada entre os profissionais, evitando improvisação permanente.

10.6 ESPAÇOS ESCOLARES, TERRITÓRIO E SEGURANÇA

A jornada em tempo integral utilizará os diferentes ambientes da escola de acordo com sua finalidade e condição de uso. Salas, pátios, bibliotecas, quadras, áreas verdes, refeitórios, espaços de leitura, laboratórios e demais ambientes poderão compor o planejamento. A distribuição deverá evitar que algumas turmas permaneçam todo o dia no mesmo espaço ou que atividades diversificadas ocorram de forma sistemática em locais improvisados e inadequados.

O território também pode constituir espaço educativo. Equipamentos públicos, manifestações culturais, saberes comunitários, áreas ambientais, espaços esportivos e instituições locais poderão integrar projetos e atividades previstos no Projeto Político-Pedagógico. O uso desses espaços não será entendido como simples

transferência da turma para fora da escola; deverá possuir objetivo pedagógico, planejamento, acompanhamento e condições de segurança.

As atividades externas considerarão idade, acessibilidade, deslocamento, autorização, acompanhamento e riscos do percurso. Parcerias e cessões de espaço deverão preservar a responsabilidade pedagógica da escola e não poderão substituir de modo precário estruturas indispensáveis ao funcionamento regular da unidade.

O mapeamento dos espaços ajudará a distribuir as atividades e a reconhecer necessidades de manutenção ou adequação. Quando um ambiente não estiver disponível, o planejamento buscará alternativa compatível, sem descaracterizar permanentemente a proposta. Necessidades estruturais que afetem a qualidade ou a segurança deverão integrar as prioridades de planejamento da rede.

10.7 INCLUSÃO, ACESSIBILIDADE E APOIOS INDIVIDUALIZADOS

A jornada será organizada para que estudantes com deficiência, transtorno do espectro autista, altas habilidades ou superdotação e outras necessidades específicas participem de todas as experiências curriculares. A acessibilidade será considerada nos espaços, na comunicação, nos materiais, nas tecnologias, no transporte, na alimentação e nas formas de participação. O planejamento deve antecipar barreiras, em vez de aguardar que o estudante deixe de frequentar determinada atividade.

O Atendimento Educacional Especializado possui caráter complementar ou suplementar e será articulado à escolarização, sem substituir a participação na classe comum ou nas atividades diversificadas. Seus horários e estratégias deverão evitar a retirada recorrente do estudante dos mesmos componentes e buscar compatibilidade com a jornada, os profissionais e as necessidades identificadas.

A necessidade de apoio individual, adaptação de material, comunicação alternativa, recurso de tecnologia assistiva, cuidado pessoal ou acompanhamento de saúde será analisada no contexto do estudante. As soluções poderão envolver organização dos profissionais, adequação de espaços, articulação com a família e orientação de outros serviços, respeitadas as atribuições da educação e as condições legalmente estabelecidas.

Saídas antecipadas ou redução de jornada não serão adotadas como resposta automática à deficiência, ao comportamento ou à dificuldade de adaptação. Quando uma situação excepcional exigir ajuste temporário, a decisão deverá ser dialogada,

registrada, acompanhada e revista, com preservação do objetivo de participação plena.

10.8 PLANEJAMENTO INTEGRADO, REGISTROS E ACOMPANHAMENTO DA JORNADA

A integração da jornada dependerá de tempos e instrumentos de planejamento que aproximem os profissionais. O planejamento coletivo deverá relacionar as aprendizagens da formação geral às oficinas, aos componentes interdisciplinares, às eletivas e aos projetos, sem exigir que todas as atividades abordem simultaneamente o mesmo tema. A articulação será demonstrada pela coerência dos objetivos, pela circulação de informações sobre as turmas e pela continuidade das experiências.

O Projeto Político-Pedagógico explicitará a concepção de Educação Integral em Tempo Integral da unidade, a forma de organização da jornada, os critérios de uso dos espaços, a relação com o território, as estratégias de participação e os procedimentos de acompanhamento. O plano de ação e os horários transformarão essas orientações em organização anual, permitindo ajustes conforme as condições reais da escola.

O acompanhamento da jornada será realizado a partir das informações e situações identificadas no cotidiano das unidades escolares. Diários de classe, registros de frequência, horários, atividades desenvolvidas, ocorrências relacionadas à alimentação e ao transporte, reuniões pedagógicas e diálogo com estudantes e famílias permitirão verificar se a organização prevista está funcionando na prática. Também serão observadas faltas recorrentes, saídas antecipadas e situações registradas pela Busca Ativa Escolar que possam estar relacionadas a algum período ou atividade da jornada.

As dificuldades que puderem ser resolvidas pela própria unidade, como ajustes na distribuição dos horários, no uso dos espaços, nas transições entre atividades ou na comunicação entre os profissionais, serão incorporadas ao planejamento escolar. As questões que dependerem de providências mais amplas, como alteração de rotas, adequação da infraestrutura, disponibilidade de pessoal, acessibilidade ou revisão da organização curricular, serão registradas e tratadas pelas instâncias responsáveis, de acordo com sua natureza e possibilidade de atendimento.

Dessa forma, a jornada poderá ser ajustada sempre que a experiência das escolas demonstrar essa necessidade, sem depender exclusivamente de mudança na legislação. As adequações deverão respeitar a matriz curricular vigente, o Projeto Político-Pedagógico e as normas do Sistema Municipal de Ensino, mantendo como referência as condições reais de funcionamento de cada unidade e o atendimento aos estudantes.

11 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR E CURRÍCULO INTEGRADO

A organização curricular da Educação Integral em Tempo Integral no Sistema Municipal de Ensino de Acajutiba fundamenta-se na compreensão de que a ampliação da jornada escolar deve estar articulada à ampliação das oportunidades de aprendizagem, à diversificação das experiências educativas e à promoção do desenvolvimento integral dos estudantes. A escola de tempo integral constitui forma de organização da jornada que deve criar condições para a efetivação da educação integral, compreendida como formação do sujeito em suas dimensões física, cognitiva, intelectual, afetiva, social e ética.

A LDB estabelece como finalidade da educação o pleno desenvolvimento do educando e determina que os currículos da Educação Infantil e do Ensino Fundamental sejam constituídos por uma base nacional comum, complementada por uma parte diversificada, relacionada às características regionais e locais, às necessidades dos educandos e ao contexto de cada sistema e escola. A mesma lei prevê a progressiva ampliação da jornada escolar e a oferta progressiva do Ensino Fundamental em tempo integral.

A BNCC estabelece as aprendizagens essenciais que devem orientar os currículos e as propostas pedagógicas da Educação Básica e reconhece que sua implementação deve considerar as especificidades dos contextos locais. Assim, no Município de Acajutiba, a BNCC constitui referência comum, articulada ao Referencial Curricular Municipal e às decisões curriculares do Sistema Municipal de Ensino.

As Diretrizes Operacionais Nacionais para a Educação Integral em Tempo Integral, instituídas pela Resolução CNE/CEB nº 7, de 1º de agosto de 2025, reforçam a articulação entre a jornada em tempo integral, a proposta curricular e o desenvolvimento integral dos educandos. Essa diretriz nacional deve ser considerada

na atualização e implementação da política municipal, em diálogo com as normas locais vigentes.

11.1 CURRÍCULO INTEGRADO COMO PRINCÍPIO DA EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL

No Sistema Municipal de Ensino de Acajutiba, o currículo integrado constitui princípio organizador da Educação Integral em Tempo Integral. A integração curricular deverá relacionar os componentes curriculares, as áreas do conhecimento, as práticas socioculturais e as experiências diversificadas, preservando a especificidade dos conhecimentos e, simultaneamente, criando relações entre eles.

A Resolução CME nº 02/2023 determina que o currículo contemple atividades educativas diferenciadas nos campos das ciências, da cultura, da arte, do esporte e lazer, das tecnologias, do multiculturalismo, da preservação do meio ambiente e da promoção da saúde, entre outras possibilidades, articuladas às áreas do conhecimento, aos componentes curriculares e às vivências e práticas socioculturais.

Currículo integrado, portanto, não corresponde à simples reunião de disciplinas e atividades na mesma jornada. Pressupõe intencionalidade curricular, articulação entre conhecimentos e continuidade das aprendizagens, de modo que os diferentes componentes e experiências formativas contribuam para objetivos comuns de aprendizagem e desenvolvimento.

11.2 INTERDISCIPLINARIDADE, TRANSDISCIPLINARIDADE E CONTEXTUALIZAÇÃO

A organização do currículo integrado deverá orientar-se pelas abordagens interdisciplinar e transdisciplinar. A Resolução CME nº 02/2023 estabelece que os componentes curriculares, as áreas do conhecimento e os temas ou projetos contribuam para uma proposta pedagógica orientada por essas perspectivas e que tal orientação esteja presente no planejamento do trabalho pedagógico e na organização dos tempos e espaços escolares.

A interdisciplinaridade deverá favorecer o diálogo entre diferentes componentes e áreas na abordagem de temas, fenômenos, situações e problemas, sem eliminar suas especificidades. A transdisciplinaridade poderá ampliar essas

relações para além dos limites disciplinares, articulando conhecimentos escolares, experiências culturais e questões presentes no território.

A contextualização curricular deverá considerar as características, os interesses e as necessidades dos estudantes e as especificidades socioculturais da comunidade. Os saberes locais constituem referência para a problematização e a construção de conhecimentos, sem restringir o currículo ao cotidiano imediato, garantindo o acesso aos conhecimentos científicos, culturais e historicamente produzidos.

11.3 BASE NACIONAL COMUM, PARTE DIVERSIFICADA E MATRIZES CURRICULARES

A organização curricular deverá assegurar a articulação entre a Base Nacional Comum e a Parte Diversificada, em consonância com o disposto no Art. 26 da LDB e com as normas do Sistema Municipal de Ensino. A Parte Diversificada deverá considerar as características regionais e locais, bem como as especificidades, necessidades e interesses dos estudantes, ampliando e contextualizando as oportunidades de aprendizagem, sem perder de vista as aprendizagens essenciais e as orientações estabelecidas no Referencial Curricular Municipal.

A Resolução CME nº 01/2025 atualiza as matrizes curriculares do Referencial Curricular Municipal para contemplar o ensino em tempo integral e estabelece a ampliação da carga horária e a inclusão de oficinas, componentes interdisciplinares e disciplinas eletivas, com vistas ao fortalecimento da formação integral. As eletivas possuem caráter optativo e flexível e devem ser definidas anualmente mediante consulta aos estudantes, em consonância com as diretrizes pedagógicas da instituição.

Quadro 2 – Organização da matriz curricular municipal da Educação Infantil

BERÇÁRIO	CRECHE	PRÉ	
		Pré I	Pré II
(06 meses a 1 ano e 11 meses)	(2 a 3 anos e 11 meses)	(4 anos)	(5 anos)

CAMPOS DE EXPERIÊNCIA	CARGA HORÁRIA SEMANAL
O eu, o outro e o nós	03
Corpo, gestos e movimentos	03
Traços, sons, cores e formas	02
Escuta, fala, pensamento e imaginação	06
Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações	06
CARGA HORÁRIA SEMANAL	**20 HORAS**
CARGA HORÁRIA ANUAL TOTAL	**800 HORAS**

Fonte: Resolução CME nº 01/2025.

Quadro 3 - Organização da matriz curricular municipal do Ensino Fundamental Anos Iniciais

Legislação		Área de Conhecimento	Disciplinas	ANO										CH TOTAL
				Ciclo Alfabético						Anos Finais				
				1º		2º		3º		4º		5º		
				S	A	S	A	S	A	S	A	S	A	
Base Nacional Comum Curricular		**Linguagem**	Língua Portuguesa	06	240	06	240	06	240	06	240	06	240	1200
			Artes	01	40	01	40	01	40	01	40	01	40	200
			Educação Física	01	40	01	40	01	40	01	40	01	40	200
Lei Federal Nº 9.394/96 Resolução CNE Nº 7/2010 Resolução CNE/CP Nº 02/2017		**Matemática**	Matemática	05	200	05	200	05	200	05	200	05	200	1000
		Ciências Humanas	História	02	80	02	80	02	80	02	80	02	80	400
			Geografia	02	80	02	80	02	80	02	80	02	80	400
		Ciências da Natureza	Ciências	02	80	02	80	02	80	02	80	02	80	400
		Ensino Religioso	Ensino Religioso	01	40	01	40	01	40	01	40	01	40	200
		CARGA HORÁRIA ANUAL		**20**	**800**	**20**	**800**	**200**	**800**	**20**	**800**	**20**	**800**	**4000**
Parte diversificada - Oficinas curriculares		**Linguagem e Matemática**	Apoio Pedagógico Língua Portuguesa	02	80	02	80	02	80	02	80	02	80	*Cada oficina curricular terá 50 minutos de duração*
			Língua Estrangeira Moderna	01	40	01	40	01	40	01	40	01	40	
			Libras	01	40	01	40	01	40	01	40	01	40	
			Apoio Pedagógico Matemática	02	80	02	80	02	80	02	80	02	80	
			Orientação Doméstica	01	40	01	40	01	40	01	40	01	40	

	Orientação, Pessoal e Social	Artesanato Popular	01	40	01	40	01	40	01	40	01	40	
		Manifestações Culturais	01	40	01	40	01	40	01	40	01	40	
		Ética e Cidadania	01	40	01	40	01	40	01	40	01	40	
		Cooperativismo e Agricultura Familiar	01	40	01	40	01	40	01	40	01	40	
	Eletivas	Eletiva I	02	80	02	80	02	80	02	80	02	80	
		Eletiva II	02	80	02	80	02	80	02	80	02	80	
		Eletiva III	02	80	02	80	02	80	02	80	02	80	
		Eletiva IV	02	80	02	80	02	80	02	80	02	80	
	CARGA HORÁRIA PARTE DIVERSIFICADA		**19**	**760**	**19**	**760**	**19**	**760**	**19**	**760**	**19**	**760**	**3800**
	Alimentação e descanso		**01**	**40**	**01**	**40**	**01**	**40**	**01**	**40**	**01**	**40**	**200**
	CARGA HORÁRIA TOTAL		**40**	**1600**	**40**	**1600**	**40**	**1600**	**40**	**1600**	**40**	**1600**	**8000**

Fonte: Resolução CME nº 01/2025.

Quadro 4 - *Organização da matriz curricular municipal do Ensino Fundamental Anos Finais*

		ÁREA DO CONHECIMENTO	COMPONENTE CURRICULAR	6º Ano		7º ano		8º ano		9º ano	
				S	A	S	A	S	A	S	A
Legislação	Base Nacional Comum Curricular	**Linguagem**	Língua Portuguesa	04	160	04	160	04	160	04	160
			Artes	02	80	02	80	02	80	02	80
			Educação Física	02	80	02	80	02	80	02	80
			Língua Inglesa	02	80	02	80	02	80	02	80
Lei Federal Nº 9394/96 Resolução CNE Nº 07/2010 Resolução CNE/CP Nº 02/2017		**Matemática**	Matemática	04	160	04	160	04	160	04	160
		Ciências da Natureza	Ciências	03	120	03	120	03	120	03	120
		Ciências Humanas	História	03	120	03	120	03	120	03	120
			Geografia	03	120	03	120	03	120	03	120
		Ensino Religioso	Ensino Religioso	01	40	01	40	01	40	01	40
		Tema Intercurricular		01	40	01	40	01	40	01	40
		CARGA HORÁRIA BASE COMUM		**25**	**1000**	**25**	**1000**	**25**	**1000**	**25**	**1000**

	ÁREA DO CONHECIMENTO	OFICINAS	6º Ano		7º ano		8º ano		9º ano	
			S	A	S	A	S	A	S	A
Oficinas Curriculares Parte Diversificada	**Linguagem e Matemática**	Apoio Pedagógico Língua Portuguesa	03	120	03	120	03	120	03	120
		Apoio Pedagógico Matemática	02	80	02	80	02	80	02	80
		Libras	01	40	-	-	-	-	-	-
	Orientação Pessoal e Social	Artesanato Popular	01	40	01	40	01	40	01	40
		Projeto de Vida	-	-	-	-	-	-	01	40
		Cultura Digital	-	-	-	-	01	40	01	40
		Educação Ambiental	-	-	01	40	01	40	-	-
		Educação das Relações Étnico-raciais	01	40	01	40	01	40	01	40
		Saúde na Escola	01	40	01	40	-	-	-	-
		Ética e Cidadania	01	40	01	40	01	40	01	40

	Eletivas	Eletiva I	01	40	01	40	01	40	01	40
		Eletiva II	01	40	01	40	01	40	01	40
		Eletiva III	01	40	01	40	01	40	01	40
		Eletiva IV	01	40	01	40	01	40	01	40
	Alimentação e descanso		01	40	01	40	01	40	01	40
	CARGA HORÁRIA PARTE DIVERSIFICADA		15	600	15	600	15	600	15	600
CARGA HORÁRIA TOTAL			**40**	**1600**	**40**	**1600**	**40**	**1600**	**40**	**1600**

Fonte: Resolução CME nº 01/2025.

Na Educação Infantil, a matriz curricular organiza-se por campos de experiência — O eu, o outro e o nós; Corpo, gestos e movimentos; Traços, sons, cores e imagens; Escuta, fala, linguagem e pensamento; e Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações — com 20 horas semanais e 800 horas anuais.

Nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, a matriz prevê 20 horas semanais de Base Comum, 19 horas de parte diversificada e 1 hora para alimentação e descanso, totalizando 40 horas semanais e 1.600 horas anuais em cada ano escolar. A parte diversificada compreende oficinas curriculares e quatro disciplinas eletivas.

Nos Anos Finais do Ensino Fundamental, a matriz prevê 25 horas semanais de Base Comum e 15 horas de parte diversificada, totalizando 40 horas semanais e 1.600 horas anuais em cada ano escolar. A parte diversificada compreende oficinas curriculares e quatro disciplinas eletivas, com distribuição de determinados componentes conforme o ano escolar.

11.4 COMPONENTES CURRICULARES, OFICINAS, PROJETOS E ELETIVAS

Os componentes curriculares constituem a base do processo de ensino e aprendizagem e deverão manter articulação com as experiências diversificadas que integram a jornada. A parte diversificada deverá ampliar, aprofundar e contextualizar as aprendizagens, sem substituir os conhecimentos e objetivos previstos para cada etapa.

Nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, a matriz curricular contempla um conjunto de oficinas curriculares voltadas à ampliação e diversificação das experiências de aprendizagem, compreendendo: Apoio Pedagógico em Língua Portuguesa; Apoio Pedagógico em Matemática; Língua Estrangeira Moderna; Libras; Orientação Doméstica; Artesanato Popular; Manifestações Culturais; Ética e Cidadania; Cooperativismo e Agricultura Familiar. Integram, ainda, a Parte

Diversificada da matriz curricular as disciplinas eletivas de Educação Financeira, Esporte e Cultura Digital, que ampliam as oportunidades formativas dos estudantes e possibilitam o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e experiências articulados às demandas contemporâneas e à formação integral.

Nos Anos Finais do Ensino Fundamental, as oficinas e os componentes da Parte Diversificada contemplam: Apoio Pedagógico em Língua Portuguesa; Apoio Pedagógico em Matemática; Libras; Artesanato Popular; Projeto de Vida; Cultura Digital; Educação Ambiental; Educação das Relações Étnico-Raciais; Saúde na Escola; e Ética e Cidadania. Integram, ainda, essa dimensão curricular as disciplinas eletivas de Esportes; Jogos de Tabuleiro; Mídias Digitais; Desenho, Música e Dança, que ampliam e diversificam as experiências formativas dos estudantes, favorecendo o desenvolvimento de habilidades, interesses, criatividade, expressão, convivência e participação. A distribuição dos componentes e das eletivas poderá variar de acordo com o ano escolar, considerando a organização da matriz curricular e as especificidades e necessidades formativas dos estudantes.

Os projetos e temas integradores deverão estabelecer relações entre componentes e áreas do conhecimento, ampliando as possibilidades de contextualização e aprofundamento das aprendizagens. As oficinas deverão possuir objetivos definidos, relação com o currículo e planejamento articulado, evitando sua organização como atividades paralelas ou de mera ocupação do tempo ampliado.

11.5 ORGANIZAÇÃO DO TEMPO E DOS ESPAÇOS NA PERSPECTIVA CURRICULAR

A Resolução CME nº 02/2023 estabelece que a escola de tempo integral deve assegurar jornada mínima de sete horas diárias, em tempo contínuo e sem fragmentação dos turnos, incluindo as atividades didático-pedagógicas, a alimentação, a higienização, os passeios e outros momentos da rotina escolar.

No currículo integrado, o tempo ampliado deverá ser compreendido como um percurso formativo único. Os diferentes momentos da jornada deverão guardar relação com as finalidades educativas da escola e contribuir para o desenvolvimento e as aprendizagens dos estudantes. A alimentação e os demais momentos de convivência poderão assumir função educativa quando planejados de acordo com as finalidades da proposta pedagógica.

Os espaços escolares e territoriais também integram essa organização. A Resolução CME nº 02/2023 reconhece atividades realizadas em parques, museus, clubes, organizações e outros espaços como continuidade das atividades escolares, quando planejadas e vinculadas às finalidades pedagógicas. Essa perspectiva fundamenta a constituição de territórios educativos.

11.6 DIRETRIZES PARA A ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

I – garantir as aprendizagens essenciais previstas na BNCC e no Referencial Curricular Municipal;

II – articular Base Nacional Comum e parte diversificada;

III – integrar componentes curriculares, oficinas, projetos, temas interdisciplinares e eletivas;

IV – adotar as abordagens interdisciplinar e transdisciplinar, preservando as especificidades dos conhecimentos;

V – considerar características, interesses e necessidades dos estudantes e as especificidades do território;

VI – organizar a jornada como percurso formativo contínuo;

VII – ampliar as experiências educativas por meio de práticas científicas, culturais, artísticas, esportivas, tecnológicas, ambientais e socioculturais;

VIII – assegurar coerência entre currículo, Projeto Político-Pedagógico e práticas pedagógicas.

12 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E DESENVOLVIMENTO INTEGRAL

As práticas pedagógicas da Educação Integral em Tempo Integral deverão concretizar a concepção de formação integral assumida pelo Sistema Municipal de Ensino, articulando conhecimentos, experiências, relações, linguagens e situações de aprendizagem. A prática pedagógica deverá colocar em relação o currículo prescrito, o contexto dos estudantes e as possibilidades educativas do território, assegurando intencionalidade, participação e continuidade das aprendizagens.

12.1 PRÁTICAS INTEGRADORAS E DESENVOLVIMENTO INTEGRAL

As práticas integradoras deverão articular diferentes componentes curriculares, experiências e linguagens em torno de objetivos de aprendizagem e desenvolvimento. Deverão favorecer relações entre conhecimentos, experiências dos estudantes e situações concretas, promovendo participação, colaboração, autoria e ampliação de repertórios.

A integração deverá considerar as dimensões cognitiva, física, afetiva, social, cultural e ética do desenvolvimento, em consonância com a concepção multidimensional. O desenvolvimento integral não implica reduzir o currículo aos aspectos socioemocionais, mas ampliar o processo educativo de modo a articular aprendizagem acadêmica, convivência, participação, autonomia e formação cidadã.

12.2 PROJETOS E OFICINAS COMO ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS

Os projetos pedagógicos e integradores deverão ser utilizados para articular conhecimentos e desenvolver aprendizagens a partir de temas, questões ou problemas relevantes. Poderão envolver investigação, produção, experimentação, expressão artística, práticas corporais, uso de tecnologias, questões ambientais, culturais e sociais, entre outras possibilidades previstas no currículo.

As oficinas deverão desenvolver atividades práticas, lúdicas, investigativas e desafiadoras, articuladas aos objetivos de aprendizagem. Nos Anos Iniciais e Finais, sua execução deverá observar as oficinas e componentes definidos nas matrizes municipais, sem perder a relação com os componentes curriculares da Base Comum.

Os projetos e oficinas deverão integrar o planejamento da escola e ser acompanhados quanto aos objetivos, participação e aprendizagens produzidas. Não deverão funcionar como atividades desvinculadas do currículo ou apenas como extensão do período escolar.

12.3 PERCURSOS FORMATIVOS E PARTICIPAÇÃO

Os percursos formativos, entendidos nesta política como a organização articulada de experiências ao longo da jornada, deverão possibilitar continuidade, progressão e diversificação das aprendizagens. Poderão reunir componentes curriculares, projetos, oficinas e experiências eletivas em sequências coerentes com os objetivos de cada etapa.

A participação dos estudantes deverá integrar a organização pedagógica, especialmente na definição das disciplinas eletivas, que possuem caráter optativo e flexível e devem ser definidas anualmente mediante consulta aos estudantes. A participação deverá ser orientada por objetivos pedagógicos e não substituir as aprendizagens essenciais previstas para cada etapa.

12.4 METODOLOGIAS ATIVAS, APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA E INVESTIGAÇÃO

As práticas pedagógicas deverão utilizar estratégias que favoreçam a participação ativa dos estudantes na construção das aprendizagens. Metodologias como problematização, aprendizagem baseada em projetos, investigação, experimentação, resolução de problemas, produção colaborativa e uso pedagógico de tecnologias poderão ser utilizadas de acordo com os objetivos curriculares e as características dos estudantes.

A aprendizagem significativa deverá ser favorecida pela articulação entre conhecimentos prévios, novos conhecimentos e contextos de aprendizagem. A investigação deverá incentivar a formulação de perguntas, levantamento e análise de informações, construção de hipóteses, experimentação, argumentação e comunicação de resultados, garantindo rigor e intencionalidade pedagógica.

A escolha das metodologias deverá estar subordinada aos objetivos de aprendizagem e às especificidades de cada etapa. Metodologias ativas não constituem um fim em si mesmas, mas estratégias para ampliar o envolvimento, a autonomia e a capacidade dos estudantes de mobilizar conhecimentos em diferentes situações.

12.5 ATUALIZAÇÃO DOS PROJETOS POLÍTICO-PEDAGÓGICOS

Os PPPs das unidades escolares deverão ser atualizados para incorporar a concepção de Educação Integral em Tempo Integral e explicitar como o currículo será desenvolvido no cotidiano escolar. A Resolução CME nº 02/2023 determina que a proposta pedagógica integre a Base Nacional Comum e a parte diversificada, os temas e projetos, os planos de estudo e as metodologias adotadas.

Na atualização dos PPPs, deverão ser explicitados: a concepção de formação integral; a articulação entre componentes curriculares e parte diversificada; a organização das práticas integradoras; os critérios para desenvolvimento de projetos e oficinas; as metodologias utilizadas; as formas de participação dos estudantes; e a articulação com o território e com os saberes locais. O PPP deverá constituir referência para o planejamento e para a coerência entre currículo, práticas pedagógicas e organização da jornada.

12.6 TERRITÓRIO EDUCATIVO E SABERES LOCAIS

As práticas pedagógicas deverão reconhecer o território como espaço educativo e incorporar, de forma crítica e pedagógica, seus saberes, manifestações culturais, experiências, instituições e características. A constituição de territórios educativos e a articulação das disciplinas com diferentes campos do conhecimento e práticas socioculturais é inerente ao processo educativo.

Os saberes locais deverão dialogar com os conhecimentos sistematizados pela escola, possibilitando aos estudantes conhecer, investigar, registrar, interpretar e valorizar aspectos de sua comunidade. Atividades em espaços externos poderão ampliar as oportunidades de aprendizagem, desde que planejadas e vinculadas aos objetivos pedagógicos.

12.7 AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM E DO DESENVOLVIMENTO INTEGRAL

A avaliação da aprendizagem e do desenvolvimento integral constitui parte integrante do processo pedagógico da Educação Integral em Tempo Integral e deverá estar articulada aos objetivos de aprendizagem, à organização curricular, às práticas pedagógicas e aos diferentes tempos, espaços e experiências educativas desenvolvidos pela escola. A avaliação deverá contribuir para o acompanhamento contínuo das aprendizagens dos estudantes, para a identificação de avanços e necessidades de intervenção pedagógica e para o replanejamento das ações educativas.

A avaliação deverá considerar a formação integral do estudante em sua condição multidimensional, envolvendo as dimensões física, cognitiva, intelectual, afetiva, social e ética, conforme a concepção de educação integral estabelecida no

Sistema Municipal de Ensino de Acajutiba. Isso não significa substituir a avaliação das aprendizagens escolares por aspectos comportamentais ou socioemocionais, mas ampliar o olhar pedagógico sobre o percurso formativo dos estudantes, articulando aprendizagem, participação, convivência, autonomia, autoria e desenvolvimento.

O processo avaliativo deverá considerar as aprendizagens previstas na Base Nacional Comum Curricular, no Referencial Curricular Municipal e na Parte Diversificada, bem como os objetivos definidos nos projetos, oficinas, componentes interdisciplinares e demais experiências que integram o currículo. Dessa forma, as diferentes atividades desenvolvidas ao longo da jornada deverão possuir intencionalidade pedagógica e possibilitar o acompanhamento das aprendizagens produzidas.

A avaliação deverá assumir caráter diagnóstico, formativo e somativo, utilizando diferentes estratégias e instrumentos de acompanhamento, de acordo com os objetivos de aprendizagem e as características de cada etapa de ensino. Poderão ser utilizados, entre outros recursos, registros pedagógicos, produções dos estudantes, atividades individuais e coletivas, projetos, portfólios, observações sistemáticas, trabalhos de investigação, apresentações, práticas experimentais e demais instrumentos definidos pela escola em seu Projeto Político-Pedagógico.

Os resultados das avaliações deverão ser utilizados para orientar o planejamento e o replanejamento pedagógico, permitindo aos professores e à equipe escolar identificar aprendizagens consolidadas, dificuldades e necessidades de intervenção, bem como organizar estratégias de recuperação e aprofundamento das aprendizagens. A avaliação, nesse sentido, deverá constituir instrumento de acompanhamento e tomada de decisão pedagógica, e não apenas mecanismo de registro ou classificação.

Nas práticas integradoras, projetos e oficinas, o acompanhamento deverá considerar a relação entre os objetivos propostos, a participação dos estudantes, os conhecimentos mobilizados e as aprendizagens produzidas. As experiências desenvolvidas em espaços educativos externos à escola, quando vinculadas ao currículo e aos objetivos pedagógicos, também deverão integrar os processos de acompanhamento e avaliação das aprendizagens.

A avaliação da aprendizagem dos estudantes e a avaliação da proposta pedagógica deverão ser compreendidas como processos distintos, porém complementares. A avaliação da aprendizagem deverá acompanhar o

desenvolvimento dos estudantes, enquanto a avaliação da proposta pedagógica deverá possibilitar à escola analisar a organização curricular, as práticas pedagógicas, os projetos, as oficinas, os tempos e espaços educativos e as condições de realização da jornada em tempo integral, utilizando os resultados para aperfeiçoar continuamente o trabalho desenvolvido.

Em consonância com as diretrizes do Sistema Municipal de Ensino, deverão ser construídos e utilizados instrumentos de acompanhamento da aprendizagem e do desenvolvimento dos estudantes, articulados aos registros escolares e ao planejamento pedagógico. Ao final de cada ano letivo, a escola deverá promover processos de avaliação abrangente e participativa, envolvendo os diferentes segmentos da comunidade escolar, com o objetivo de analisar as aprendizagens, as metas estabelecidas, as práticas desenvolvidas e os resultados alcançados, subsidiando o planejamento do período seguinte.

A avaliação deverá, portanto, manter relação permanente com o currículo integrado: enquanto o currículo organiza conhecimentos, componentes, projetos, oficinas e experiências formativas, a avaliação acompanha as aprendizagens decorrentes dessas experiências e produz informações para a continuidade e a reorientação do trabalho pedagógico. Dessa forma, avaliar constitui parte do próprio processo de ensinar e aprender e contribui para assegurar que a ampliação da jornada escolar represente efetiva ampliação das oportunidades de aprendizagem e desenvolvimento integral dos estudantes.

12.8 SÍNTESE DAS ORIENTAÇÕES PEDAGÓGICAS

I – planejar práticas pedagógicas articuladas ao currículo e aos objetivos de aprendizagem;

II – integrar componentes curriculares, projetos, oficinas e percursos formativos;

III – priorizar metodologias ativas, investigação, problematização, experimentação e colaboração, conforme a finalidade pedagógica de cada proposta;

IV – valorizar os conhecimentos prévios e as experiências dos estudantes, promovendo aprendizagens contextualizadas e significativas;

V – assegurar participação e autoria dos estudantes, respeitando as especificidades de cada etapa;

VI – articular as práticas pedagógicas aos espaços da escola e do território;

VII – manter as práticas integradoras vinculadas aos Projetos Político-Pedagógicos e ao planejamento curricular;

VIII – acompanhar as aprendizagens produzidas pelas diferentes experiências e utilizar os resultados para reorientar o planejamento pedagógico.

IX – utilizar os processos e resultados da avaliação da aprendizagem e do desenvolvimento integral para acompanhar os percursos formativos, reorientar o planejamento pedagógico e aperfeiçoar continuamente as práticas curriculares.

As práticas pedagógicas e o currículo deverão, assim, funcionar de maneira articulada: enquanto a organização curricular define os conhecimentos, componentes e experiências que compõem a jornada, as práticas pedagógicas estabelecem as formas de concretizar essas aprendizagens em situações contextualizadas, investigativas e significativas. Dessa integração depende a efetivação de uma Educação Integral em Tempo Integral que amplie não apenas o tempo de permanência na escola, mas as oportunidades de aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes.

13 EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS, DIVERSIDADE E DIREITOS HUMANOS

A Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER), a valorização da diversidade e a promoção dos direitos humanos constituem dimensões estruturantes da Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral de Acajutiba-BA. Fundamentam-se na compreensão da educação como direito humano fundamental e como processo de formação integral dos sujeitos em suas dimensões intelectual, física, social, cultural, ética, afetiva e cidadã.

A implementação da Educação das Relações Étnico-Raciais encontra fundamento, especialmente, na Lei Federal nº 10.639/2003 e na Lei Federal nº 11.645/2008, que alteraram a Lei nº 9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – e estabeleceram a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena na Educação Básica. Integram esse marco normativo o Parecer CNE/CP nº 3/2004, a Resolução CNE/CP nº 1/2004 e o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação

das Relações Étnico-Raciais. Soma-se a esse conjunto a Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola (PNEERQ), instituída pelo Ministério da Educação, que fortalece as ações destinadas à promoção da equidade e ao enfrentamento das desigualdades raciais no âmbito educacional.

No contexto da Educação Integral em Tempo Integral, a ERER deve ser compreendida de maneira articulada à formação integral e à garantia da equidade, contribuindo para que os estudantes tenham assegurado o direito de aprender, de reconhecer e valorizar suas identidades, de conviver com a diversidade e de participar de uma sociedade democrática. A ampliação do tempo escolar, portanto, deve estar associada à ampliação das oportunidades educativas, de modo que os diferentes tempos, espaços, conhecimentos e experiências que constituem a jornada escolar contribuam para o reconhecimento da pluralidade dos sujeitos e para o enfrentamento das desigualdades educacionais e sociais.

A Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral de Acajutiba reconhece que a educação antirracista não constitui ação complementar ou pontual, mas compromisso permanente de toda a política educacional. Dessa forma, a perspectiva da equidade étnico-racial deverá perpassar o currículo, os Projetos Político-Pedagógicos, as práticas pedagógicas, a formação e valorização dos profissionais da educação, os materiais didáticos e paradidáticos, os processos avaliativos, a organização dos ambientes educativos, a gestão democrática, a participação da comunidade e o planejamento das ações da SEDUC.

Nesse sentido, a política tem como finalidade assegurar uma educação pública de qualidade social, equitativa, inclusiva, democrática e antirracista, promovendo o reconhecimento e a valorização das diferentes identidades, histórias, culturas, saberes e formas de conhecimento que constituem a sociedade brasileira e o território de Acajutiba. Busca, ainda, contribuir para a prevenção e o enfrentamento de todas as formas de preconceito, discriminação, racismo, intolerância e violência, fortalecendo nos estudantes valores, conhecimentos, atitudes e práticas orientados pelos direitos humanos, pela justiça social, pela convivência democrática e pelo respeito à diversidade.

Para o alcance dessa finalidade, a Educação das Relações Étnico-Raciais será orientada pelos princípios da equidade e da justiça educacional, do reconhecimento e da valorização das identidades, da educação antirracista, da inclusão, da participação

social, da territorialidade, da interdisciplinaridade e da garantia de direitos. Esses princípios deverão orientar as decisões da gestão educacional e as práticas desenvolvidas pelas unidades escolares, considerando as desigualdades históricas e estruturais que afetam diferentes grupos sociais e reconhecendo a necessidade de ações específicas para assegurar condições equitativas de acesso, permanência, aprendizagem, participação e desenvolvimento integral.

A ERER deverá integrar o currículo da Rede Municipal de Ensino de forma contínua, sistemática, interdisciplinar e contextualizada, articulando-se aos diferentes componentes curriculares, áreas do conhecimento, projetos, práticas integradoras e demais experiências educativas que compõem a jornada escolar em tempo integral. A abordagem da temática deverá superar ações restritas a datas comemorativas, eventos isolados ou projetos pontuais, assegurando que os conhecimentos relacionados à História da África, dos africanos, da população afro-brasileira e dos povos indígenas constituam parte efetiva do currículo e da formação dos estudantes.

A organização curricular deverá valorizar as contribuições históricas, sociais, culturais, científicas, artísticas, filosóficas, tecnológicas e políticas dos povos africanos, afro-brasileiros e indígenas para a formação da sociedade brasileira, contemplando também suas formas de resistência, organização, produção de conhecimentos e participação na construção do país. Deverá, igualmente, promover a superação de abordagens estereotipadas, folclorizadas ou exclusivamente associadas à escravização, possibilitando aos estudantes construir referências positivas acerca das diferentes identidades e reconhecer a diversidade como elemento constitutivo da sociedade.

Na perspectiva do currículo integrado, as experiências educativas desenvolvidas no tempo integral deverão favorecer a articulação da ERER com práticas de leitura e literatura, artes, música, dança, esporte, cultura digital, ciência, tecnologia, projeto de vida, cultura popular, educação ambiental e demais campos de experiência e áreas do conhecimento. As práticas pedagógicas deverão considerar o território como espaço educativo, possibilitando aos estudantes investigar histórias, memórias, manifestações culturais, saberes comunitários, personalidades e diferentes formas de participação dos grupos que contribuem para a constituição da identidade local.

Nas diferentes etapas e modalidades de ensino, a abordagem da ERER deverá respeitar as características, necessidades, experiências e processos de

desenvolvimento dos estudantes. Na Educação Infantil, deverão ser priorizadas experiências que favoreçam a construção positiva da identidade, da autoestima e do pertencimento, o reconhecimento e a valorização das diferenças, o respeito às características físicas, culturais e familiares e a convivência com diferentes formas de ser e viver. Os ambientes educativos, brinquedos, livros, imagens, músicas, histórias e demais recursos deverão contemplar representações positivas e diversificadas de crianças, famílias e culturas negras, indígenas e de diferentes grupos sociais.

No Ensino Fundamental Anos Iniciais, as práticas pedagógicas deverão possibilitar o reconhecimento e a valorização da diversidade cultural e étnico-racial, fortalecendo o respeito às diferenças e ampliando o conhecimento dos estudantes sobre as contribuições dos povos africanos, afro-brasileiros e indígenas para a formação da sociedade brasileira. As práticas de leitura, literatura, história, geografia, artes e demais áreas deverão contribuir para a construção de referências positivas, para o desenvolvimento da autoestima e do pertencimento e para a formação de atitudes de respeito, solidariedade e convivência democrática.

No Ensino Fundamental Anos Finais, as ações deverão ampliar a capacidade crítica dos estudantes para compreender o racismo, o preconceito, a discriminação e as desigualdades sociais e raciais em suas dimensões históricas e contemporâneas. Serão estimuladas pesquisas, debates, projetos interdisciplinares, produções culturais, análise de diferentes fontes e outras práticas que possibilitem aos estudantes interpretar criticamente a realidade, reconhecer diferentes formas históricas e contemporâneas de resistência e participação social e desenvolver atitudes de enfrentamento às situações de injustiça e discriminação.

Na Educação de Jovens e Adultos – EJA, a ERER deverá considerar as experiências, trajetórias, saberes e conhecimentos dos sujeitos, promovendo o diálogo sobre identidade, diversidade, desigualdades, racismo e direitos humanos. As práticas pedagógicas deverão valorizar as experiências de vida dos estudantes, suas comunidades e territórios, fortalecendo a cidadania, o pertencimento, a participação social e o reconhecimento da diversidade cultural.

A implementação da ERER deverá estar articulada à formação continuada dos profissionais da educação, compreendida como condição necessária para a consolidação de práticas pedagógicas e institucionais antirracistas. A SEDUC promoverá processos formativos destinados a gestores, coordenadores pedagógicos, professores, oficineiros e demais profissionais da educação, contemplando, entre

outros temas, educação antirracista, relações étnico-raciais, História da África, História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, racismo estrutural e institucional, preconceito, discriminação racial, diversidade, direitos humanos, currículo, práticas pedagógicas e estratégias de prevenção e enfrentamento ao racismo no cotidiano escolar. A formação deverá articular conhecimentos teóricos e situações concretas da realidade da rede, possibilitando a construção coletiva de estratégias de intervenção e transformação.

A SEDUC e as unidades escolares deverão assegurar a disponibilidade e a utilização de materiais didáticos, paradidáticos, literários, audiovisuais, tecnológicos e demais recursos pedagógicos que representem a diversidade étnico-racial brasileira de maneira positiva, plural e contextualizada. A seleção desses materiais deverá considerar a diversidade de autores, sujeitos, histórias, culturas e formas de produção do conhecimento, bem como a necessidade de superar representações estereotipadas, racistas ou discriminatórias, garantindo referências que contribuam para a construção da autoestima, do pertencimento e da valorização das identidades dos estudantes.

A Rede Municipal de Ensino deverá desenvolver ações permanentes de prevenção e enfrentamento ao racismo e às demais formas de discriminação no ambiente educacional. Para tanto, as unidades escolares deverão contar com orientações institucionais para identificação, acolhimento, registro, encaminhamento, acompanhamento e resposta às situações de racismo e discriminação racial, observando a legislação vigente e os Protocolos de Identificação e Resposta ao Racismo disponibilizados pelo Ministério da Educação no âmbito da Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola (PNEERQ). Esses procedimentos deverão assegurar a proteção dos estudantes, o acolhimento das pessoas envolvidas, o registro adequado das ocorrências, os encaminhamentos necessários e o acompanhamento pedagógico e institucional dos casos, respeitadas as atribuições dos diferentes órgãos e serviços da rede de proteção.

A gestão democrática e a participação social constituem elementos fundamentais para a implementação da ERER. Nesse sentido, deverão ser fortalecidos os espaços de participação de estudantes, famílias, profissionais da educação, Conselhos Escolares, Conselho Municipal de Educação, organizações da sociedade civil, movimentos sociais, grupos e coletivos culturais e demais sujeitos do

território que possam contribuir para a promoção da equidade e da educação antirracista. A participação deverá ocorrer nos processos de planejamento, execução, acompanhamento e avaliação das ações, favorecendo a construção de uma política educacional contextualizada e socialmente referenciada.

A implementação da ERER deverá ser articulada às demais políticas, programas e projetos desenvolvidos pela SEDUC, evitando a fragmentação das ações e fortalecendo sua integração ao conjunto da política educacional. No âmbito da Rede Municipal de Ensino de Acajutiba, deverão ser consideradas e fortalecidas as iniciativas voltadas à valorização da identidade, da cultura e da diversidade, articulando suas ações ao currículo, aos Projetos Político-Pedagógicos, à formação dos profissionais e às experiências educativas desenvolvidas nas unidades escolares.

A SEDUC deverá assegurar condições institucionais para a implementação, acompanhamento e avaliação das ações relacionadas à Educação das Relações Étnico-Raciais, promovendo a articulação entre a equipe técnica responsável pela temática, as equipes gestoras, as coordenações pedagógicas e os demais profissionais da rede. A institucionalização da ERER deverá contemplar a definição de responsabilidades, a garantia de formação, a disponibilização de recursos e a integração das ações aos instrumentos de planejamento da educação municipal, incluindo os Projetos Político-Pedagógicos, o planejamento anual das unidades escolares e os instrumentos de planejamento e orçamento do Município, quando pertinente.

O acompanhamento da implementação da ERER integrará o processo de monitoramento e avaliação da Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral. Para isso, deverão ser considerados indicadores relacionados à presença da temática nos Projetos Político-Pedagógicos, currículos e planejamentos; à participação dos profissionais em processos formativos; à disponibilidade e utilização de materiais pedagógicos; ao desenvolvimento de práticas e projetos; à participação da comunidade escolar; aos registros e encaminhamentos de situações de racismo e discriminação; e, quando disponíveis, aos indicadores educacionais desagregados por raça/cor e outros marcadores relevantes para a análise das desigualdades.

Os resultados do monitoramento deverão subsidiar a avaliação das ações, a identificação de avanços e desafios, a correção de rotas, a definição de prioridades e o planejamento de novas estratégias. Dessa forma, o acompanhamento deverá considerar não apenas a realização das atividades previstas, mas também as

condições institucionais de implementação e seus efeitos na promoção da equidade, no fortalecimento do pertencimento, na prevenção e no enfrentamento do racismo e na garantia do direito à educação de qualidade social.

A Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral reafirma, portanto, o compromisso do Município de Acajutiba com uma educação pública de qualidade social, inclusiva, equitativa, democrática e antirracista. A valorização da diversidade, a promoção dos direitos humanos, o reconhecimento das identidades e o enfrentamento das desigualdades deverão constituir compromissos permanentes da gestão educacional e das unidades escolares, materializando-se no currículo, nas práticas pedagógicas, na formação dos profissionais, nos materiais e recursos educativos, na gestão democrática, na organização dos ambientes escolares, na participação social, no planejamento e no monitoramento da política.

Nesse sentido, a Educação das Relações Étnico-Raciais, a valorização da diversidade e a promoção dos direitos humanos constituem compromissos indissociáveis da concepção de Educação Integral adotada pelo Município de Acajutiba, contribuindo para a formação de sujeitos capazes de reconhecer a pluralidade humana, valorizar suas identidades e as dos outros, exercer a cidadania, conviver democraticamente e participar da construção de uma sociedade mais justa, equitativa e livre de todas as formas de discriminação.

14 EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA

A Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral de Acajutiba/BA reconhece a Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva como dimensão indissociável do direito à educação, devendo estar presente em todas as etapas e modalidades da Educação Básica, assegurando aos estudantes público da Educação Especial condições de acesso, permanência, participação, aprendizagem e desenvolvimento integral, com equidade e respeito às suas singularidades.

Nesse sentido, a ampliação da jornada escolar deverá ser acompanhada da eliminação progressiva das barreiras físicas, arquitetônicas, comunicacionais, pedagógicas, atitudinais, organizacionais e sociais que possam limitar a participação dos estudantes nas experiências educativas. A Educação Integral em Tempo Integral deverá, portanto, assegurar que a ampliação do tempo escolar represente também

ampliação das oportunidades de aprendizagem, convivência, participação, cuidado, desenvolvimento e exercício da cidadania.

A política reconhece, ainda, que a garantia da inclusão requer articulação entre diferentes dimensões da oferta educacional, envolvendo gestão, currículo, práticas pedagógicas, Atendimento Educacional Especializado, formação e valorização dos profissionais, acessibilidade, infraestrutura, recursos pedagógicos e de tecnologia assistiva, participação das famílias, articulação intersetorial e acompanhamento sistemático das condições de acesso, permanência, aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes.

Dimensão I – Acesso e permanência com equidade

A Rede Municipal de Ensino de Acajutiba assegura o direito de acesso dos estudantes público da Educação Especial à Educação em Tempo Integral, observando os princípios da igualdade de condições de acesso e permanência, da não discriminação, da equidade, da inclusão e do respeito às especificidades dos estudantes. Os processos de matrícula deverão contemplar mecanismos de identificação das necessidades educacionais e dos apoios requeridos, sem que tais informações constituam qualquer forma de impedimento ou restrição ao direito de matrícula.

A política deverá fortalecer estratégias de divulgação da oferta educacional, busca ativa, acompanhamento da frequência e articulação com as famílias e com a rede de proteção, de modo a prevenir situações de exclusão, infrequência ou abandono e assegurar que nenhum estudante tenha seu direito à educação comprometido por barreiras relacionadas à deficiência, às condições de desenvolvimento, à situação socioeconômica, ao território ou a outras características individuais e sociais.

Embora a rede municipal tenha avançado na garantia do acesso, a permanência com equidade ainda demanda o enfrentamento de diferentes barreiras. Entre os aspectos identificados encontram-se barreiras atitudinais e limitações relacionadas à infraestrutura das unidades escolares, especialmente quanto à disponibilidade de espaços que favoreçam descanso, acolhimento e autorregulação, bem como à existência de ambientes sanitários acessíveis e adequados às necessidades de estudantes que necessitam de apoio para cuidados de higiene, inclusive aqueles que fazem uso de fraldas, sondas ou outros dispositivos.

A estrutura atualmente disponível no município também apresenta necessidades de adequação para assegurar condições de permanência e participação de estudantes que demandam maior intensidade ou continuidade de apoio. Nesse contexto, a política deverá considerar as diferentes necessidades de apoio apresentadas pelos estudantes, evitando práticas generalizantes e assegurando que as respostas educacionais sejam definidas a partir das características individuais, das barreiras identificadas e dos apoios necessários à participação e à aprendizagem.

A rede municipal também reconhece que alguns estudantes ainda apresentam dificuldades para permanecer durante toda a jornada escolar em tempo integral. Essa realidade evidencia a necessidade de aperfeiçoamento dos tempos, espaços, estratégias pedagógicas e formas de apoio, em articulação com as famílias e, quando necessário, com os diferentes serviços que integram a rede de proteção, de modo a favorecer a participação progressiva e qualificada dos estudantes na jornada escolar, observadas suas necessidades educacionais e as condições institucionais de atendimento.

Nesse contexto, o Município dispõe do Núcleo de Apoio Pedagógico Especializado – NAPE, anteriormente denominado Centro de Atendimento Educacional Especializado – CAEE, como importante estratégia de apoio à rede municipal, contribuindo para o acompanhamento de estudantes que apresentam necessidades específicas de apoio e dificuldades acentuadas no processo de aprendizagem, em articulação com as unidades escolares e com os demais serviços educacionais.

A atuação dos Assistentes Sociais nas unidades escolares constitui importante estratégia de busca ativa, articulação com as famílias e identificação de situações que possam interferir no acesso, na frequência, na permanência e na participação dos estudantes. Essa atuação deverá ser articulada às demais ações de acompanhamento da rede, respeitando as atribuições profissionais e institucionais de cada área.

A rede municipal dispõe de espaços destinados à oferta do Atendimento Educacional Especializado – AEE na maioria das unidades escolares. Entretanto, reconhece-se a existência de necessidades de adequação de algumas Salas de Recursos Multifuncionais às condições e recursos recomendados pelas normativas vigentes. No Ensino Fundamental, a oferta do AEE está presente nas unidades da

rede, enquanto, na Educação Infantil, ainda existem desafios relacionados à disponibilidade de profissionais especializados, especialmente em algumas creches, constituindo uma lacuna que deverá ser progressivamente enfrentada pela política.

As unidades escolares também contam com equipes multiprofissionais e multidisciplinares, envolvendo profissionais como Assistentes Sociais, Psicólogos e Psicopedagogos, que desenvolvem ações de orientação, sensibilização e acompanhamento junto à comunidade escolar. Essas ações contribuem para a prevenção de situações de discriminação, violência e outras barreiras atitudinais, fortalecendo uma cultura escolar baseada no respeito à diversidade, na convivência democrática, na inclusão e na garantia de direitos.

Dimensão II – Gestão da Educação Especial e Inclusiva na Política de Educação em Tempo Integral

A gestão da Educação Especial e Inclusiva deverá estar integrada à gestão da Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral, articulando planejamento, acompanhamento, orientação, formação, organização dos serviços e monitoramento das condições de oferta em todas as etapas e modalidades da Educação Básica.

A Coordenação de Educação Especial e Inclusiva da Secretaria Municipal de Educação constitui referência técnica para a organização e o acompanhamento das ações da Educação Especial na rede, contribuindo para a elaboração e implementação do planejamento da área, a orientação das unidades escolares, a formação dos profissionais e o acompanhamento dos serviços educacionais especializados e dos diferentes profissionais que atuam no atendimento aos estudantes.

Essa atuação deverá contemplar, de forma articulada, os professores do Atendimento Educacional Especializado, os Profissionais de Apoio Escolar, as equipes multiprofissionais e multidisciplinares, os profissionais vinculados ao NAPE e demais estratégias e serviços existentes na rede, incluindo as ações relacionadas à acessibilidade linguística e à Libras.

O Serviço de Itinerância constitui estratégia de apoio técnico-pedagógico às unidades escolares, contribuindo para a orientação e o acompanhamento do trabalho desenvolvido pelos professores do AEE e para a articulação entre os serviços ofertados nas unidades escolares e aqueles desenvolvidos pelo NAPE. A política deverá fortalecer progressivamente essa estratégia, ampliando sua abrangência para

as diferentes etapas e unidades da rede, conforme as necessidades identificadas e as condições institucionais disponíveis.

A garantia do acesso e da permanência dos estudantes público da Educação Especial também requer condições adequadas de transporte escolar, acessibilidade, segurança e acompanhamento durante os deslocamentos. Nesse sentido, a política deverá assegurar a organização do transporte escolar considerando as necessidades específicas dos estudantes, inclusive o deslocamento entre a unidade escolar e os serviços educacionais especializados, quando necessário, observadas as normas de segurança e acessibilidade.

A alimentação escolar deverá considerar, sempre que identificadas e devidamente caracterizadas, necessidades específicas dos estudantes, incluindo situações relacionadas à seletividade alimentar, respeitando as orientações e os parâmetros aplicáveis à alimentação escolar e articulando-se às condições de saúde e às necessidades educacionais dos estudantes.

A oferta do Atendimento Educacional Especializado deverá ser progressivamente ampliada e qualificada em todas as etapas e modalidades atendidas pela rede municipal, com especial atenção às lacunas existentes na Educação Infantil. Para tanto, deverão ser consideradas a disponibilidade e a formação dos profissionais, as condições das Salas de Recursos Multifuncionais, os materiais pedagógicos, os recursos de acessibilidade e de tecnologia assistiva e as necessidades identificadas nos diferentes territórios escolares.

No contexto da Educação Integral em Tempo Integral, a organização do AEE deverá considerar os tempos e espaços da jornada ampliada, assegurando sua articulação com o currículo e evitando que o atendimento resulte em exclusão, fragmentação ou redução das oportunidades de participação dos estudantes nas experiências educativas. A organização dos horários deverá buscar equilíbrio entre o atendimento educacional especializado, os componentes curriculares, as atividades diversificadas e demais experiências que compõem a jornada escolar.

Os Profissionais de Apoio Escolar constituem importante estratégia de apoio à participação e à permanência de estudantes que necessitam de suporte específico, devendo sua atuação observar as atribuições definidas pelas normativas vigentes e estar articulada ao trabalho pedagógico desenvolvido pela unidade escolar.

A política deverá fortalecer os processos de seleção, orientação, formação, acompanhamento e organização do trabalho desses profissionais, assegurando

clareza quanto às suas atribuições e limites de atuação. O Profissional de Apoio Escolar não deverá substituir o professor regente, assumir atribuições pedagógicas próprias da docência ou ser utilizado como mecanismo de contenção de comportamentos, devendo sua atuação estar vinculada às necessidades específicas de apoio do estudante e à garantia de sua participação, autonomia, segurança e permanência na escola.

A gestão da Educação Especial deverá também fortalecer mecanismos permanentes de escuta e participação dos estudantes, considerando suas diferentes formas de comunicação e expressão. A voz dos estudantes público da Educação Especial deverá ser considerada nos processos de planejamento, acompanhamento e avaliação das ações e serviços que integram a política, com os apoios necessários para assegurar sua participação efetiva.

Dimensão III – Articulação intersetorial e integração com os territórios e a comunidade

A Educação Especial e Inclusiva deverá ser desenvolvida em articulação com as demais políticas públicas e com os serviços existentes no território, reconhecendo que determinadas necessidades educacionais e sociais demandam atuação integrada entre Educação, Saúde, Assistência Social, Cultura, Esporte, Lazer, proteção e garantia de direitos e outras áreas pertinentes.

O Município dispõe de um grupo de trabalho intersetorial voltado à discussão e organização da articulação dos serviços psicossociais. A Política Municipal deverá fortalecer essa articulação, especialmente por meio da definição e aperfeiçoamento de protocolos de encaminhamento, comunicação e acompanhamento, de modo a favorecer maior integração entre os serviços e ampliar o acesso dos estudantes e de suas famílias às políticas públicas disponíveis.

As equipes das unidades escolares poderão realizar encaminhamentos aos serviços de saúde, assistência social e demais áreas da rede de proteção, observando as atribuições institucionais de cada setor, a participação das famílias, a proteção das informações pessoais e a necessidade de acompanhamento dos encaminhamentos realizados.

A articulação com os serviços de saúde deverá considerar as situações em que o acompanhamento terapêutico, consultas ou outros procedimentos relacionados à saúde interfiram na frequência e na organização da jornada escolar. Nesses casos,

deverão ser buscadas, de forma articulada com as famílias e os serviços envolvidos, estratégias que favoreçam a continuidade do percurso educacional e a participação do estudante, evitando prejuízos desnecessários à sua escolarização.

A Política Municipal deverá fortalecer a articulação sistemática com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA e com os demais órgãos, equipamentos e serviços do território que integram a rede de proteção e garantia de direitos, ampliando a capacidade de resposta intersetorial às situações que possam comprometer o acesso, a permanência, a participação, a aprendizagem e o desenvolvimento integral dos estudantes.

A participação dos estudantes público da Educação Especial em atividades culturais, esportivas, de lazer e de convivência comunitária também constitui dimensão da formação integral. A rede municipal deverá ampliar progressivamente as oportunidades de participação desses estudantes nas atividades desenvolvidas pelas unidades escolares, pela Casa da Cultura e por outros espaços e iniciativas educativas, culturais e esportivas existentes no município, assegurando condições de acessibilidade e participação.

Dimensão IV – Currículo, práticas pedagógicas e avaliação da aprendizagem e do desenvolvimento

A Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral reconhece que a inclusão educacional requer práticas pedagógicas capazes de considerar a diversidade dos estudantes e suas diferentes formas de aprender, participar, comunicar-se e desenvolver-se. Nesse sentido, deverão ser asseguradas estratégias pedagógicas diferenciadas, recursos de acessibilidade curricular e formas de organização do ensino que respondam às necessidades específicas dos estudantes público da Educação Especial.

A organização pedagógica deverá considerar os instrumentos de planejamento e acompanhamento educacional utilizados pela rede, incluindo, conforme sua finalidade e regulamentação, o Plano Educacional Individualizado – PEI, o Plano de Atendimento Educacional Especializado – PAEE, o Plano de Desenvolvimento Individual – PDI e outros instrumentos adotados institucionalmente. Esses documentos deverão dialogar com o currículo, o Projeto Político-Pedagógico da unidade escolar, as características individuais dos estudantes e as estratégias

necessárias à promoção da aprendizagem, da participação e do desenvolvimento integral.

Na perspectiva da Educação Integral em Tempo Integral, os instrumentos de acompanhamento individual deverão considerar não apenas as dificuldades apresentadas pelos estudantes, mas também suas potencialidades, interesses, formas de comunicação, experiências, necessidades de apoio e possibilidades de desenvolvimento. Nos Anos Finais do Ensino Fundamental, poderão ser organizadas estratégias e projetos de estudo individualizados para estudantes que necessitem de formas diferenciadas de acesso ao currículo e de acompanhamento pedagógico.

O Núcleo de Apoio Pedagógico Especializado – NAPE constitui importante suporte às unidades escolares e aos estudantes que apresentam necessidades específicas de apoio. A rede também dispõe de estratégias de acolhimento e orientação às famílias, buscando fortalecer sua participação no percurso educacional dos estudantes.

Quando houver situações devidamente caracterizadas que impossibilitem temporariamente a frequência do estudante à unidade escolar ou aos serviços especializados, poderão ser adotadas estratégias de atendimento domiciliar, observadas as condições do estudante, as orientações pedagógicas, as normas educacionais vigentes e a articulação com a família e os demais serviços envolvidos.

O Atendimento Educacional Especializado deverá estar progressivamente incorporado aos Projetos Político-Pedagógicos das unidades escolares, aos planejamentos pedagógicos e à organização da jornada escolar, assegurando a institucionalização de tempos, espaços, recursos e estratégias que favoreçam a inclusão e a participação dos estudantes.

A articulação entre o professor do AEE e o professor regente constitui elemento fundamental para a efetivação de práticas pedagógicas inclusivas. A política deverá fortalecer o planejamento colaborativo, o acompanhamento conjunto dos estudantes, a troca de informações pedagógicas e a definição compartilhada de estratégias, respeitando as atribuições específicas de cada profissional.

Deverão também ser ampliadas as oportunidades de formação dos professores regentes e dos demais profissionais da educação, especialmente quanto às metodologias, estratégias e recursos pedagógicos capazes de contemplar a diversidade e as especificidades dos estudantes público da Educação Especial.

A avaliação da aprendizagem e do desenvolvimento deverá assumir caráter processual, formativo, inclusivo e contextualizado, considerando os conhecimentos construídos, os avanços individuais, as potencialidades, as formas de participação e o percurso de desenvolvimento de cada estudante. A política deverá superar práticas avaliativas padronizadas que não considerem as especificidades dos estudantes e fortalecer procedimentos capazes de produzir informações para orientar o planejamento e a intervenção pedagógica.

Como parte das estratégias de recomposição das aprendizagens, os profissionais de Neuropsicopedagogia e Psicopedagogia que integram as equipes da rede poderão contribuir para o acompanhamento dos processos de alfabetização, letramento e enfrentamento das barreiras à aprendizagem, em articulação com os profissionais responsáveis pelo trabalho pedagógico e respeitando as atribuições de cada área.

A política deverá, ainda, instituir mecanismos permanentes de escuta dos estudantes público da Educação Especial, garantindo condições de acessibilidade comunicacional e os apoios necessários para que possam expressar suas percepções, necessidades, interesses e experiências relacionadas à Educação Especial e à Educação Integral em Tempo Integral.

A consolidação da Educação Especial na rede municipal será compreendida como processo permanente de organização, qualificação e aperfeiçoamento das políticas, serviços, práticas pedagógicas e condições de oferta, considerando as necessidades dos estudantes e os resultados do acompanhamento e da avaliação institucional.

Dimensão V – Valorização e desenvolvimento profissional dos educadores

A valorização e o desenvolvimento profissional constituem condições fundamentais para a efetivação da Educação Especial e Inclusiva na Educação Integral em Tempo Integral. Nesse sentido, o Município deverá fortalecer e sistematizar a formação continuada dos profissionais da educação, articulando-a às necessidades da rede, ao Projeto Político-Pedagógico das unidades escolares e aos princípios da política municipal.

A Coordenação de Educação Especial e Inclusiva desenvolve o projeto Encontros Formativos: Educação Especial em Pauta, envolvendo profissionais de diferentes segmentos da educação e abordando temáticas relacionadas à inclusão, à

diversidade e à organização dos serviços da Educação Especial. Essa experiência constitui uma estratégia formativa da rede e poderá ser fortalecida e articulada ao planejamento permanente de formação continuada.

A Política Municipal deverá avançar na consolidação de um plano permanente de formação continuada, contemplando especialmente os professores regentes, professores do AEE, Profissionais de Apoio Escolar, equipes gestoras, profissionais das equipes multiprofissionais e demais trabalhadores que atuam diretamente com estudantes público da Educação Especial.

A formação deverá abordar, entre outros aspectos, educação inclusiva, acessibilidade, desenho pedagógico inclusivo, estratégias diferenciadas de ensino, avaliação da aprendizagem, tecnologia assistiva, comunicação acessível, relações interpessoais, direitos humanos, diversidade, participação dos estudantes e articulação entre os diferentes profissionais e serviços.

Deverão ser asseguradas condições institucionais para o planejamento coletivo, o estudo, o acompanhamento e a avaliação das práticas pedagógicas, fortalecendo o trabalho colaborativo entre professores regentes, professores do AEE, equipes gestoras, Profissionais de Apoio Escolar e demais profissionais envolvidos no atendimento aos estudantes.

A política deverá também contribuir para a ampliação das oportunidades de formação e qualificação dos profissionais que atuam na Educação Especial, considerando as exigências legais, as necessidades identificadas na rede e as especificidades das diferentes etapas e modalidades de ensino.

As atribuições dos profissionais da Educação e dos serviços de Saúde deverão ser compreendidas e respeitadas em uma perspectiva de cooperação intersetorial. A atuação articulada deverá preservar a especificidade de cada área, distinguindo as funções pedagógicas e educacionais das funções clínicas e terapêuticas, sem prejuízo da construção de estratégias conjuntas voltadas à garantia de direitos e ao desenvolvimento integral dos estudantes.

O acompanhamento técnico-pedagógico deverá ser fortalecido, de modo a apoiar as equipes gestoras, os professores do AEE, os professores regentes e os demais profissionais na compreensão de suas atribuições e na organização das práticas inclusivas. A coordenação pedagógica deverá ser fortalecida para orientar, acompanhar e promover processos de reflexão coletiva sobre o trabalho desenvolvido com os estudantes público da Educação Especial.

As condições de trabalho também constituem dimensão da valorização profissional. Nesse sentido, a política deverá buscar a melhoria progressiva das condições de infraestrutura, dos materiais pedagógicos, dos recursos de acessibilidade, dos equipamentos e das tecnologias assistivas necessárias ao desenvolvimento das atividades educacionais e à participação dos estudantes.

Dimensão VI – Monitoramento e avaliação

O monitoramento da Educação Especial e Inclusiva deverá integrar o sistema de acompanhamento da Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral, permitindo identificar avanços, desafios, barreiras e necessidades de aperfeiçoamento da oferta educacional.

O Município deverá desenvolver e consolidar, progressivamente, indicadores específicos para acompanhamento da Educação Especial, considerando, entre outros aspectos, acesso, matrícula, frequência, permanência, participação, aprendizagem, desenvolvimento, oferta e utilização do AEE, acessibilidade, recursos pedagógicos e de tecnologia assistiva, formação profissional e condições de infraestrutura.

O acompanhamento da frequência escolar deverá contar com a participação dos profissionais responsáveis pelo acompanhamento social e pedagógico, contribuindo para a identificação de situações de infrequência e dos fatores que possam interferir na permanência dos estudantes, possibilitando a adoção de estratégias de busca ativa e articulação com as famílias e a rede de proteção.

Os dados educacionais dos estudantes deverão ser registrados nos sistemas de gestão utilizados pela rede municipal, buscando assegurar qualidade, atualização, sistematização e utilização pedagógica das informações. O acompanhamento dos dados referentes à Educação Especial, inclusive aqueles produzidos no âmbito do AEE, deverá ser progressivamente qualificado, respeitando as normas de proteção de dados pessoais e o caráter educacional das informações.

O Serviço de Itinerância e a Coordenação de Educação Especial e Inclusiva deverão manter registros das ações realizadas, dos acompanhamentos e das necessidades identificadas, contribuindo para a produção de evidências que subsidiem o planejamento, a formação dos profissionais e a tomada de decisões da rede.

A gestão dos recursos materiais destinados à Educação Especial deverá observar planejamento, adequação às necessidades identificadas, correta aplicação,

manutenção e acompanhamento de sua utilização, assegurando condições para o funcionamento adequado das Salas de Recursos Multifuncionais e dos demais espaços e serviços especializados.

A política deverá promover a ampliação progressiva dos recursos de Tecnologia Assistiva e de outros recursos de acessibilidade, considerando as necessidades específicas dos estudantes e sua contribuição para a autonomia, participação, comunicação e aprendizagem.

A avaliação institucional da Educação Especial e Inclusiva deverá ocorrer periodicamente, envolvendo os diferentes profissionais que atuam na área e, sempre que possível e adequado, estudantes e famílias, de modo a identificar necessidades da rede, avaliar as condições de oferta e subsidiar a definição de prioridades e estratégias de aperfeiçoamento.

Os resultados do monitoramento deverão subsidiar o planejamento da Secretaria Municipal de Educação, das unidades escolares e do Comitê Municipal de Governança da Política de Educação Integral em Tempo Integral, contribuindo para a definição de prioridades, o acompanhamento dos objetivos da política e a revisão das estratégias adotadas.

14.1 EDUCAÇÃO BILÍNGUE DE SURDOS NA EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL

A Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral reconhece a importância da acessibilidade linguística e da valorização da Língua Brasileira de Sinais – Libras para a construção de ambientes educacionais inclusivos e para a promoção dos direitos linguísticos das pessoas surdas.

No momento de elaboração desta Política, não há registro de estudantes surdos usuários de Libras ou estudantes surdocegos matriculados nas unidades escolares da rede municipal. Essa condição deverá ser compreendida como um diagnóstico circunstancial, sujeito a alterações conforme a dinâmica das matrículas e das características da população atendida, não constituindo impedimento para a organização prévia de condições de acessibilidade e atendimento.

Como estratégia de valorização da Libras e de ampliação da acessibilidade linguística, o Município inseriu a Oficina de Libras para estudantes ouvintes do 1º ao 6º ano como parte diversificada da proposta de Educação Integral em Tempo Integral.

A política deverá considerar a possibilidade de ampliação progressiva dessa oferta para as diferentes etapas da Educação Básica, de acordo com o planejamento da rede, as necessidades identificadas e as condições de implementação.

A oferta de Libras para estudantes ouvintes constitui estratégia de sensibilização para a diversidade linguística e cultural, podendo contribuir para a ampliação das possibilidades de comunicação, convivência e reconhecimento dos direitos das pessoas surdas. Essa iniciativa deverá ser compreendida como ação de acessibilidade e inclusão, não se confundindo com a oferta da Educação Bilíngue de Surdos destinada aos estudantes surdos, que deverá observar as normas educacionais específicas e as condições linguísticas e educacionais de seus sujeitos.

O Município também oferece anualmente, de forma gratuita, curso de Língua Brasileira de Sinais – Libras aberto à comunidade. Essa iniciativa contribui para ampliar o conhecimento da Libras no território municipal e fortalecer uma cultura de acessibilidade, respeito à diversidade linguística e inclusão.

A Política Municipal deverá assegurar que, diante da matrícula de estudantes surdos, usuários de Libras, ou surdocegos, sejam organizadas as condições educacionais, linguísticas, pedagógicas e de acessibilidade necessárias à garantia de seus direitos, observando a legislação e as diretrizes nacionais aplicáveis à Educação Bilíngue de Surdos e à educação inclusiva.

Nesse sentido, a acessibilidade linguística deverá ser compreendida como compromisso permanente da rede municipal, articulando formação profissional, disponibilidade de recursos, organização curricular, comunicação acessível, participação das famílias e adequação das práticas pedagógicas às necessidades dos estudantes.

15 ARTICULAÇÃO INTERSETORIAL E INTEGRAÇÃO COM O TERRITÓRIO

A Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral do Município de Acajutiba compreende a educação como uma responsabilidade compartilhada entre o poder público, a escola, as famílias, a comunidade e os diferentes setores que integram a rede de proteção, promoção dos direitos e desenvolvimento social. Nessa perspectiva, a ampliação da jornada escolar não se restringe ao aumento do tempo de permanência na escola, mas constitui uma estratégia de ampliação de tempos,

espaços, experiências e oportunidades educativas, orientada para o desenvolvimento integral dos estudantes em suas múltiplas dimensões.

Essa concepção encontra respaldo na trajetória educacional do município, que, desde 2017, vem desenvolvendo experiências de Educação Integral em Tempo Integral e, a partir de 2018, ampliou sua oferta para diferentes unidades da rede municipal. A Política já considera as especificidades dos diferentes espaços em que as escolas estão inseridas, a diversidade sociocultural dos estudantes, suas famílias e comunidades, fortalecendo a relação entre escola e comunidade. A proposta municipal também estabelece a utilização pedagógica de espaços educativos, culturais e esportivos existentes no território.

No contexto atual, essa concepção é reafirmada e ampliada pelas Diretrizes Operacionais Nacionais para a Educação Integral em Tempo Integral, instituídas pela Resolução CNE/CEB nº 7, de 1º de agosto de 2025, e atualizadas pela Resolução CNE/CEB nº 2, de 19 de junho de 2026, conforme os referenciais adotados pela Política Municipal. A normativa nacional compreende a Educação Integral em Tempo Integral como política pública estruturante do direito à educação e orienta os sistemas de ensino a assegurar o desenvolvimento integral dos estudantes, articulando diferentes dimensões da formação humana e considerando as especificidades das etapas, modalidades, sujeitos e territórios.

Nesse sentido, a Política Municipal estabelece a articulação intersetorial como dimensão permanente da gestão da Educação Integral em Tempo Integral, superando ações fragmentadas e fortalecendo mecanismos de cooperação entre a Secretaria Municipal de Educação e as demais políticas públicas municipais, especialmente as áreas de saúde, assistência social, cultura, esporte, lazer, meio ambiente, desenvolvimento social, proteção e garantia de direitos, além de outros setores e instituições que possam contribuir para o desenvolvimento integral dos estudantes e das comunidades.

15.1 ARTICULAÇÃO COM O SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

A Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral reconhece que a garantia do direito à educação está diretamente relacionada à efetivação de outros direitos fundamentais. Dessa forma, a escola integra uma rede mais ampla de

proteção e garantia de direitos, articulando-se com os órgãos, serviços, políticas públicas e instituições que compõem o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente, no âmbito municipal.

Essa articulação deverá possibilitar o fortalecimento dos mecanismos de prevenção, identificação, encaminhamento, acompanhamento e enfrentamento de situações que possam comprometer o acesso, a permanência, a participação, a aprendizagem, a convivência e o desenvolvimento integral dos estudantes.

A atuação da rede deverá observar uma perspectiva de proteção integral, corresponsabilidade e atuação articulada, evitando que situações de vulnerabilidade sejam tratadas de maneira isolada ou exclusivamente pela escola. Assim, quando identificadas situações que demandem intervenção de outras políticas públicas, deverão ser estabelecidos fluxos de comunicação e encaminhamento, respeitando as atribuições legais de cada órgão e serviço e garantindo o acompanhamento dos casos.

A escola, nesse processo, constitui importante espaço de identificação de demandas, uma vez que acompanha cotidianamente os estudantes e possui contato direto com suas famílias e comunidades. Entretanto, a identificação de uma situação de vulnerabilidade deverá resultar em articulação com os demais serviços da rede, de modo que a família e o estudante possam receber atendimento integrado e adequado às suas necessidades.

A perspectiva adotada pela Política Municipal é, portanto, a de que nenhuma política pública atua isoladamente quando o objetivo é garantir o desenvolvimento integral e a proteção dos sujeitos. Educação, Saúde, Assistência Social, Cultura, Esporte e demais áreas deverão estabelecer relações de cooperação, respeitando suas competências e responsabilidades institucionais.

15.2 PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA – PSE E A INTEGRAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO E SAÚDE

O Programa Saúde na Escola (PSE) constitui uma importante estratégia de articulação intersetorial da Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral, ao promover a integração entre as políticas públicas de Educação e Saúde, tendo como finalidade contribuir para a promoção e atenção à saúde e para a prevenção de doenças e agravos relacionados à saúde dos estudantes da Rede Pública de

Educação Básica. Instituído pelo Decreto Presidencial nº 6.286, de 5 de dezembro de 2007, o Programa fundamenta-se na atuação articulada entre a rede de Atenção Primária à Saúde e a rede pública de Educação Básica. O Termo de Compromisso Municipal do PSE estabelece essa conjugação de esforços como compromisso para o desenvolvimento das ações nos territórios pactuados.

No âmbito da Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral, o PSE deve ser compreendido como uma ação estruturante de cuidado e proteção, não se limitando à realização de atividades pontuais nas unidades escolares. Sua implementação deve estar vinculada ao planejamento das escolas, às características do território, ao diagnóstico das necessidades de saúde e às condições sociais que interferem no desenvolvimento, na aprendizagem, na permanência e na participação dos estudantes na vida escolar.

O Termo de Compromisso do PSE estabelece que a política deve contemplar todas as modalidades da Educação Básica pactuadas, incluindo Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação Profissional Técnica de Nível Médio e Educação de Jovens e Adultos (EJA). Dessa forma, a articulação entre Educação e Saúde deverá considerar as especificidades dos diferentes públicos atendidos pela rede municipal, reconhecendo que o cuidado integral precisa acompanhar as diferentes etapas e modalidades de ensino.

Para assegurar a efetividade dessa articulação, o município deverá fortalecer o Grupo de Trabalho Intersetorial Municipal (GTIM), responsável pela gestão do PSE no território. Conforme estabelecido no Termo de Compromisso, o GTIM deverá contar, minimamente, com representantes da Atenção Primária à Saúde e da Educação Básica, podendo incorporar outros atores de acordo com a análise situacional e com as vulnerabilidades identificadas no território. Nesse contexto, destaca-se também o Grupo de Trabalho em Saúde Mental, iniciativa da Secretaria Municipal de Saúde, que propõe a atuação integrada entre Educação, Saúde e Assistência Social, por meio da articulação dos serviços de atenção psicossocial, da discussão de demandas complexas e da construção de estratégias intersetoriais de cuidado e acompanhamento. Essas iniciativas, respeitadas suas finalidades e competências específicas, contribuem para fortalecer a atuação planejada e corresponsável entre os diferentes setores envolvidos na proteção, no bem-estar e no desenvolvimento integral dos estudantes.

A implementação do PSE deverá ocorrer de forma articulada aos processos de planejamento, execução, monitoramento e avaliação, considerando as diretrizes e os materiais de apoio do Programa, bem como a realidade local e a capacidade operativa da rede. O Termo de Compromisso também estabelece como responsabilidade municipal a articulação das ações do PSE com as propostas pedagógicas das escolas pactuadas, fortalecendo a integração entre as ações de saúde e o processo educativo.

Nesse sentido, as ações de saúde deverão ser planejadas de maneira integrada ao cotidiano escolar e às experiências formativas dos estudantes, contribuindo para o desenvolvimento de conhecimentos, atitudes, valores e práticas relacionados ao autocuidado, à prevenção, à qualidade de vida, à convivência respeitosa e à participação social. A perspectiva adotada é a de que educar e cuidar constituem dimensões complementares da formação integral, especialmente quando se consideram os fatores sociais, ambientais e de saúde que podem repercutir sobre a trajetória escolar.

No ciclo pactuado, o Termo de Compromisso contempla treze ações a serem desenvolvidas nas escolas pactuadas, considerando o planejamento local, o contexto escolar e social, o diagnóstico local em saúde e a capacidade operativa do município. Entre as ações previstas estão: Saúde Ambiental; Promoção da Atividade Física; Alimentação Saudável e Prevenção da Obesidade; Promoção da Cultura de Paz e Direitos Humanos; Prevenção das Violências e dos Acidentes; Prevenção de Doenças Negligenciadas; Verificação da Situação Vacinal; Saúde Sexual e Reprodutiva e Prevenção do HIV/IST; Prevenção ao Uso de Álcool, Tabaco e Outras Drogas; Saúde Bucal; Saúde Auditiva; Saúde Ocular; e Prevenção à Covid-19 nas escolas.

A organização dessas ações deverá considerar as demandas identificadas no território e priorizar estratégias de promoção, prevenção, orientação, acompanhamento e encaminhamento, quando necessário. Nesse processo, a escola assume papel fundamental na identificação de situações que possam comprometer o bem-estar, a aprendizagem, a frequência e a permanência dos estudantes, enquanto os serviços de saúde contribuem com os conhecimentos técnicos e os cuidados específicos de sua área de atuação. Nas situações que envolvam demandas de saúde mental e vulnerabilidades psicossociais, a articulação com o Grupo de Trabalho em Saúde Mental poderá favorecer a discussão intersetorial das necessidades identificadas e a construção de planos de ação compartilhados entre Educação,

Saúde e Assistência Social, respeitando as atribuições institucionais, o sigilo profissional e a proteção das informações pessoais dos estudantes e de suas famílias.

Outro aspecto fundamental consiste na definição de estratégias de cooperação entre as equipes de Educação e Saúde para o cuidado dos estudantes identificados com necessidades de saúde. O Termo de Compromisso prevê expressamente essa responsabilidade, reforçando a necessidade de estabelecer fluxos de comunicação, encaminhamento, acompanhamento e retorno entre os serviços envolvidos. Nesse sentido, a articulação com o Grupo de Trabalho em Saúde Mental deverá contribuir para a construção e o aperfeiçoamento de fluxos intersetoriais de encaminhamento e acompanhamento das demandas psicossociais, fortalecendo a comunicação entre os profissionais da Educação, Saúde e Assistência Social, a continuidade do cuidado e a corresponsabilidade dos serviços, observadas as competências de cada setor e a proteção dos dados pessoais.

Essa articulação deverá contribuir para a construção de uma rede de proteção e cuidado, capaz de reconhecer os estudantes em sua integralidade e de responder às necessidades que ultrapassam os limites da atuação exclusivamente pedagógica. Situações relacionadas à alimentação, vacinação, saúde bucal, saúde ocular e auditiva, atividade física, prevenção das violências, cultura de paz, saúde sexual e reprodutiva, uso de álcool, tabaco e outras drogas, entre outras previstas no Programa, deverão ser abordadas de forma educativa, preventiva e intersetorial, respeitando os direitos, a dignidade e as especificidades dos estudantes.

No contexto da Educação Integral em Tempo Integral, o PSE também se articula à compreensão ampliada do território como espaço educativo e de proteção. Assim, a atuação conjunta das equipes de Educação e Saúde poderá fortalecer ações que envolvam estudantes, profissionais, famílias e comunidade, favorecendo a construção de ambientes escolares mais seguros, acolhedores, saudáveis e favoráveis à aprendizagem.

A implementação do Programa deverá, ainda, ser acompanhada por processos sistemáticos de monitoramento e avaliação, possibilitando verificar a execução das ações pactuadas, identificar necessidades de reorientação e subsidiar a tomada de decisões pelas Secretarias Municipais de Educação e Saúde. O planejamento deverá considerar as informações produzidas no território e a capacidade de resposta das redes, garantindo maior coerência entre as necessidades identificadas e as ações desenvolvidas.

Dessa forma, o PSE, integra-se à Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral como uma importante estratégia de promoção do desenvolvimento integral, articulando educação, saúde, proteção e participação social. A atuação intersetorial possibilita ampliar a capacidade do município de responder às necessidades dos estudantes e de suas comunidades, consolidando uma perspectiva de educação que reconhece que aprender, conviver, cuidar, proteger e desenvolver-se constituem dimensões indissociáveis da formação integral.

Assim, a efetivação do PSE no município deverá estar sustentada pelo compromisso compartilhado entre Educação e Saúde, pela atuação do Grupo intersetorial, pela integração das ações às propostas pedagógicas das escolas e pelo planejamento baseado nas características e necessidades do território. Com isso, a Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral fortalece uma concepção de escola como espaço de aprendizagem, cuidado, proteção, promoção da saúde e garantia de direitos, contribuindo para trajetórias escolares mais qualificadas e para o desenvolvimento integral dos estudantes.

15.3 GESTÃO INTERSETORIAL MUNICIPAL: EDUCAÇÃO, SAÚDE, AÇÃO SOCIAL E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Acajutiba vem fortalecendo uma estratégia de gestão intersetorial por meio da realização de reuniões intersetoriais coordenadas pela Secretaria Municipal de Administração, com a constituição de uma equipe composta por representantes das áreas de Educação, Saúde e Ação Social.

Essa iniciativa representa um importante mecanismo municipal de integração das políticas públicas, especialmente no acompanhamento de famílias em situação de vulnerabilidade que são identificadas inicialmente pela rede educacional ou por outros serviços públicos.

A dinâmica de trabalho proposta busca superar a lógica de encaminhamentos isolados, na qual cada secretaria atua separadamente sobre uma parte do problema. Em seu lugar, estabelece-se uma perspectiva de análise conjunta dos casos, diálogo entre os profissionais, definição compartilhada de estratégias e acompanhamento articulado das famílias.

Quando uma situação de vulnerabilidade é identificada na Educação, por exemplo, a demanda poderá ser discutida com os representantes da Saúde e da Ação

Social, permitindo uma leitura mais ampla da realidade familiar. Da mesma forma, situações identificadas pelos serviços de Saúde ou de Ação Social poderão ser articuladas com a Educação quando houver repercussões na frequência, participação, aprendizagem, convivência ou permanência escolar.

Essa metodologia possibilita que a família seja compreendida em sua integralidade, considerando suas diferentes necessidades e potencialidades. A equipe intersetorial poderá, conjuntamente, analisar cada situação, identificar os serviços disponíveis, estabelecer encaminhamentos, definir responsabilidades e acompanhar a evolução do atendimento.

A estratégia também amplia o olhar para além da criança ou do estudante individualmente, considerando a família e o território como unidades de cuidado e intervenção intersetorial. Nesse sentido, a mesma lógica de proteção e acompanhamento poderá alcançar outros sujeitos integrantes da rede municipal, quando suas necessidades demandarem articulação entre as políticas públicas.

A gestão intersetorial não se restringe ao atendimento de situações de vulnerabilidade. Ela também se concretiza por meio do desenvolvimento de ações educativas integradas ao território, capazes de aproximar a escola das famílias, dos equipamentos públicos, das organizações comunitárias. Entre as iniciativas que materializam essa concepção encontra-se o Projeto Hortas Escolares, que constitui uma estratégia pedagógica de integração entre escola, comunidade e território, articulando educação ambiental, alimentação saudável, sustentabilidade, conhecimentos científicos e valorização dos saberes relacionados à agricultura, transformando os espaços escolares em ambientes de aprendizagem, convivência, experimentação e participação, possibilitando aos estudantes vivenciar, de forma prática, diferentes etapas relacionadas à produção de alimentos. As atividades envolvem a implantação e manutenção de hortas em leiras, canteiros e vasos; preparação dos canteiros; produção e manejo de mudas; semeadura; transplante; adubação; cuidados com a fertilidade do solo; irrigação; monitoramento do desenvolvimento das plantas; identificação das fases de crescimento; controle de plantas espontâneas; manutenção dos canteiros e colheita.

Entre as culturas plantadas estão coentro, alface, couve, cebolinha, quiabo, tomate, pimentão, entre outras espécies adequadas às condições locais e às possibilidades de cada unidade escolar.

As atividades são conduzidas pelas Oficineiras de Agricultura, com acompanhamento da equipe técnica, garantindo que os estudantes conheçam, na prática, as diferentes etapas do cultivo, desde a preparação do solo e semeadura até o manejo e a colheita, utilizando técnicas adequadas de produção de hortaliças.

A iniciativa possibilita estabelecer relações com diferentes áreas da política pública municipal. No campo da Educação, fortalece a aprendizagem interdisciplinar e contextualizada. Na área da Saúde, contribui para ações de promoção da alimentação adequada e saudável e para a construção de hábitos de vida mais saudáveis. Na perspectiva da Ação Social, pode fortalecer vínculos, participação comunitária e valorização dos saberes e das experiências das famílias e do território. Já na dimensão ambiental, promove o cuidado com o solo, a água, as plantas e os demais recursos naturais.

A horta também possibilita a valorização dos conhecimentos e experiências relacionados à agricultura presentes no território de Acajutiba, aproximando os estudantes de práticas culturais e produtivas existentes na comunidade. Dessa forma, os conhecimentos escolares dialogam com os saberes comunitários, fortalecendo o sentimento de pertencimento e a compreensão da relação entre território, produção de alimentos, meio ambiente, saúde e qualidade de vida.

As experiências proporcionadas pelo Projeto Hortas Escolares contribuem para o desenvolvimento de diferentes competências e habilidades, incluindo educação ambiental, coordenação motora, responsabilidade, autonomia, trabalho em equipe, comunicação, cooperação e conhecimento científico.

Os estudantes são estimulados a compreender o ciclo de vida das plantas e as relações entre solo, água, luz, nutrientes e produção de alimentos, estabelecendo conexões entre teoria e prática.

A horta também favorece experiências sensoriais por meio da observação das cores e formas das plantas, do contato com o solo, sementes e folhas, da percepção dos aromas das hortaliças e da experimentação dos alimentos produzidos, quando pertinente. Essas experiências ampliam as possibilidades de aprendizagem e contribuem para uma formação que considera diferentes dimensões do desenvolvimento humano.

A proposta favorece ainda a interdisciplinaridade, possibilitando que conteúdos de Ciências, Matemática, Língua Portuguesa, Geografia, História e Arte, entre outros

componentes curriculares, sejam trabalhados a partir de situações concretas vivenciadas pelos estudantes.

Assim, a horta escolar constitui mais do que um espaço de cultivo: configura-se como um ambiente pedagógico, ambiental, social e comunitário, no qual os estudantes aprendem, participam, colaboram, cuidam e desenvolvem conhecimentos relacionados à realidade em que estão inseridos. A integração entre as diferentes áreas também permite fortalecer mecanismos de acompanhamento das ações desenvolvidas no território. A partir das reuniões intersetoriais, poderão ser identificadas demandas, potencialidades e necessidades de intervenção, possibilitando a construção de estratégias compartilhadas e o acompanhamento dos resultados.

Essa perspectiva pressupõe corresponsabilidade entre os setores, sem retirar de cada política pública suas atribuições específicas. Ao contrário, busca potencializar a atuação de cada área por meio do diálogo, do compartilhamento de informações pertinentes, da definição de responsabilidades e da articulação dos serviços existentes.

Nesse sentido, a intersetorialidade contribui para evitar a fragmentação das ações, reduzir sobreposições, ampliar o acesso aos serviços e favorecer maior continuidade no acompanhamento das situações identificadas.

A consolidação da gestão intersetorial e das ações integradas ao território busca contribuir para:

- fortalecer a articulação entre Educação, Saúde, Ação Social e demais setores municipais;
- ampliar a capacidade de identificação e acompanhamento das situações de vulnerabilidade;
- fortalecer a proteção e a garantia de direitos dos estudantes e de suas famílias;
- promover ações preventivas e integradas;
- aproximar escola, família, comunidade e serviços públicos;
- ampliar as oportunidades de aprendizagem para além da sala de aula;
- fortalecer a educação ambiental e a sustentabilidade;
- incentivar hábitos de alimentação saudável;
- valorizar os saberes e as práticas presentes no território;

- estimular a autonomia, o protagonismo e a responsabilidade dos estudantes;
- promover experiências educativas interdisciplinares e contextualizadas;
- fortalecer o sentimento de pertencimento à escola e à comunidade;
- potencializar a utilização dos espaços e recursos existentes no território;
- favorecer o desenvolvimento integral dos estudantes.

Dessa forma, a Gestão Intersetorial Municipal e as ações de Integração com o Território constituem dimensões complementares da Política Local de Educação Integral em Tempo Integral de Acajutiba. Enquanto a gestão intersetorial organiza o diálogo, a corresponsabilidade e a articulação entre as políticas públicas, as ações desenvolvidas no território materializam essa articulação em experiências concretas de aprendizagem, cuidado, participação e desenvolvimento humano.

Nesse processo, a escola assume papel estratégico como espaço de articulação, mas não atua isoladamente. A Educação, em diálogo permanente com a Saúde, a Ação Social, a Administração Municipal, as famílias, as comunidades e os demais atores do território, contribui para a construção de uma rede integrada de proteção, cuidado, aprendizagem e promoção do desenvolvimento integral, fortalecendo uma política pública municipal comprometida com a formação dos estudantes e com a melhoria das condições de vida da população de Acajutiba.

15.4 IDENTIFICAÇÃO, MAPEAMENTO E INCORPORAÇÃO DAS OPORTUNIDADES E SERVIÇOS DISPONÍVEIS NO TERRITÓRIO

A integração territorial constitui princípio estruturante da Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral. O território educativo de Acajutiba deverá ser compreendido para além dos limites físicos das unidades escolares, considerando suas características sociais, culturais, ambientais, históricas e econômicas, bem como os equipamentos públicos, serviços, instituições, organizações comunitárias e demais oportunidades educativas existentes.

Nesse sentido, a Política Municipal prevê a identificação, o mapeamento e a incorporação das oportunidades e dos serviços disponíveis nos territórios, de modo que os equipamentos existentes no município possam ser reconhecidos como parte da rede de oportunidades de aprendizagem, convivência, cultura, esporte, lazer, proteção e desenvolvimento humano.

Esse mapeamento deverá considerar, entre outros elementos, unidades de saúde, equipamentos de assistência social, espaços culturais, quadras esportivas, espaços comunitários, associações, bibliotecas, praças, ambientes naturais, equipamentos públicos e projetos desenvolvidos por diferentes setores e instituições.

A identificação desses espaços deverá subsidiar o planejamento das escolas e permitir que os projetos pedagógicos estabeleçam conexões entre os conteúdos escolares e as experiências concretas vivenciadas pelos estudantes em seus territórios.

Dessa maneira, a cidade, suas comunidades e seus equipamentos passam a ser compreendidos como territórios educativos, sem retirar da escola sua centralidade pedagógica, mas ampliando as possibilidades de aprendizagem e de desenvolvimento integral.

15.5 CULTURA, ARTE E A CASA DA CULTURA COMO ESPAÇO EDUCATIVO

A Política Municipal reconhece a cultura e a arte como dimensões fundamentais do desenvolvimento integral. Nesse contexto, destaca-se o trabalho desenvolvido pela Casa da Cultura de Acajutiba, que disponibiliza para a rede oportunidades de participação em oficinas gratuitas de Kickboxing dança, música, costura e artesanato, ampliando o acesso dos estudantes e da comunidade a experiências culturais, artísticas, corporais e formativas.

A atuação da Casa da Cultura constitui importante recurso para a construção de uma política educacional integrada ao território, uma vez que amplia as possibilidades de desenvolvimento de habilidades, expressão, criatividade, convivência, participação e valorização dos saberes culturais.

A incorporação dessas oportunidades ao planejamento da Educação Integral em Tempo Integral deverá ocorrer mediante articulação com as unidades escolares, considerando a intencionalidade pedagógica, os interesses e as necessidades dos estudantes e a organização da jornada escolar.

Essa integração reforça a concepção de que a formação integral exige um olhar ampliado para as múltiplas dimensões da pessoa, incluindo aspectos cognitivos, físicos, emocionais, sociais, culturais, artísticos e comunitários.

Assim, as oficinas e demais atividades culturais disponíveis no território poderão constituir oportunidades complementares ao currículo, favorecendo

experiências educativas diversificadas e fortalecendo o vínculo entre escola, cultura e comunidade.

15.6 ESPORTE, LAZER E FLEXIBILIZAÇÃO DA JORNADA ESCOLAR

A Política Municipal deverá assegurar que a Educação Integral em Tempo Integral considere também as oportunidades esportivas e de lazer disponíveis no município. Para isso, as quadras de esportes existentes em Acajutiba, quando adequadamente articuladas ao planejamento das escolas, poderão constituir espaços educativos destinados à prática esportiva, convivência, recreação, desenvolvimento corporal e promoção da saúde.

Destaca-se também a Escolinha de Futebol, que agrega estudantes de diferentes unidades da rede municipal, constituindo uma oportunidade de participação esportiva, convivência e desenvolvimento de valores relacionados à cooperação, disciplina, respeito, responsabilidade e trabalho coletivo.

A utilização desses espaços e projetos deverá observar planejamento, segurança, acompanhamento e intencionalidade educativa, de modo que o esporte seja integrado à formação integral e não seja compreendido apenas como atividade complementar desvinculada do processo educativo.

A Política Municipal também reconhece como importantes experiências de integração entre educação, cultura e território. Os Projetos, Quadrilha Junina, Banda Marcial e Fanfarra das instituições da Casa da Cultura e da Guapa são compostos por estudantes da rede municipal de educação.

Essas iniciativas ampliam as oportunidades de participação dos estudantes em experiências artísticas, culturais, musicais e coletivas, fortalecendo vínculos, pertencimento, expressão cultural, identidade local e participação comunitária.

15.7 FLEXIBILIZAÇÃO DA JORNADA ESCOLAR

A ampliação da jornada escolar deverá considerar a necessidade de articulação entre os diferentes tempos e espaços educativos disponíveis no território. Nesse sentido, a Política Municipal orientará a flexibilização da jornada escolar para estudantes que participem de compromissos esportivos, artísticos, culturais, de saúde e de assistência social, desde que observados os critérios estabelecidos pela

Secretaria Municipal de Educação, a legislação educacional vigente e as normas da unidade escolar.

A flexibilização deverá ser compreendida como mecanismo de organização da trajetória escolar e não como redução do direito à educação. Seu objetivo será possibilitar que experiências formativas relevantes desenvolvidas no território sejam articuladas à vida escolar, preservando a frequência, a aprendizagem, o acompanhamento pedagógico e os direitos dos estudantes.

Poderão ser consideradas, conforme planejamento e regulamentação municipal, atividades desenvolvidas na Escolinha de Futebol, na Casa da Cultura, na Banda Marcial, na Quadrilha Junina, na Guapa e em projetos esportivos e culturais, bem como compromissos relacionados à saúde e à assistência social que demandem acompanhamento específico.

A escola deverá manter o acompanhamento pedagógico dos estudantes e estabelecer, quando necessário, estratégias para garantir a continuidade das aprendizagens, evitando que a participação em atividades externas resulte em prejuízo à trajetória escolar.

Dessa forma, a flexibilização da jornada deverá contribuir para uma concepção de Educação Integral em Tempo Integral na qual diferentes experiências educativas sejam reconhecidas e articuladas, desde que preservada a intencionalidade pedagógica e o direito de aprendizagem.

15.8 ARTICULAÇÃO ENTRE CURRÍCULO, TERRITÓRIO E EXPERIÊNCIAS DOS ESTUDANTES

A utilização dos espaços e serviços disponíveis no território deverá estar vinculada ao Projeto Político-Pedagógico das unidades escolares e às propostas curriculares, assegurando intencionalidade educativa e integração entre os conhecimentos sistematizados pela escola e os saberes produzidos nas comunidades.

As experiências desenvolvidas em espaços culturais, esportivos, sociais, ambientais e comunitários poderão ser utilizadas como situações de aprendizagem, projetos interdisciplinares, práticas investigativas, atividades culturais, ações de promoção da saúde e experiências de participação cidadã.

Essa perspectiva possibilita que os estudantes reconheçam o território como espaço de aprendizagem e, simultaneamente, percebam a escola como instituição integrante da comunidade.

O currículo da Educação Integral em Tempo Integral deverá, portanto, estabelecer relações entre os conhecimentos escolares e as experiências concretas dos estudantes, fortalecendo o sentimento de pertencimento, a identidade local, a participação cidadã, a valorização da diversidade cultural e a compreensão crítica da realidade.

15.9 PARTICIPAÇÃO DAS FAMÍLIAS, DA COMUNIDADE E DOS SUJEITOS DO TERRITÓRIO

A Política Municipal reconhece estudantes, famílias e comunidades como sujeitos participantes da construção da política educacional. Para tanto, deverão ser fortalecidos mecanismos de escuta, participação e corresponsabilidade, envolvendo conselhos escolares, Conselho Municipal de Educação, famílias, organizações comunitárias, profissionais da educação, estudantes e demais atores sociais.

A participação comunitária deverá contribuir para a identificação das demandas do território, o reconhecimento dos equipamentos e serviços disponíveis, a construção de projetos educativos, a definição de prioridades e o acompanhamento das ações desenvolvidas.

A integração com as famílias deverá considerar suas necessidades, saberes, experiências e potencialidades, evitando uma abordagem exclusivamente centrada nas situações de vulnerabilidade. A intersetorialidade deverá também identificar possibilidades de fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários e de ampliação das oportunidades de participação social.

15.10 EQUIDADE, VULNERABILIDADE E ATENÇÃO INTEGRAL

A articulação intersetorial deverá priorizar estudantes e famílias em situação de maior vulnerabilidade social, contribuindo para a redução das desigualdades educacionais e para a promoção da equidade.

A identificação de situações de vulnerabilidade deverá ser realizada de maneira responsável, respeitando a dignidade, a privacidade e os direitos dos sujeitos

envolvidos. O compartilhamento de informações entre os setores deverá observar as normas legais e os limites das atribuições de cada política pública.

A expansão das matrículas em tempo integral deverá estar associada à garantia de condições adequadas de infraestrutura, alimentação, transporte, profissionais, recursos pedagógicos, acessibilidade e atendimento às diferentes necessidades dos estudantes.

Nesse processo, a articulação entre Educação, Saúde e Ação Social, fortalecida pelas reuniões intersetoriais municipais, deverá constituir um mecanismo de resposta integrada às situações identificadas, permitindo que cada secretaria contribua com sua competência específica, mas que as estratégias sejam construídas de maneira conjunta.

15.11 MONITORAMENTO, ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DA INTERSETORIALIDADE

A articulação intersetorial deverá ser acompanhada por mecanismos de planejamento, monitoramento e avaliação, com definição de responsabilidades, fluxos, registros, indicadores e estratégias de acompanhamento.

Caberá à Secretaria Municipal de Educação, em articulação com a Secretaria de Administração e os demais setores envolvidos, contribuir para a organização e acompanhamento das ações relacionadas à Política de Educação Integral em Tempo Integral, fortalecendo a integração entre as unidades escolares e a rede municipal de serviços.

O monitoramento deverá considerar, entre outros aspectos:

- número e abrangência das ações intersetoriais realizadas;
- participação das secretarias e instituições parceiras;
- acompanhamento dos casos identificados pela rede;
- encaminhamentos realizados e respectivos retornos;
- participação dos estudantes em atividades culturais, esportivas e artísticas;
- utilização dos espaços educativos do território;
- ações desenvolvidas no âmbito do PSE;
- participação das escolas nas ações pactuadas no Ciclo 2025/2026 do PSE;
- identificação de barreiras de acesso, permanência e aprendizagem;
- participação das famílias e comunidades;

- resultados das estratégias de acompanhamento;
- necessidade de revisão e aperfeiçoamento dos fluxos intersetoriais.

A avaliação deverá ter caráter contínuo e formativo, permitindo identificar avanços, dificuldades e necessidades de reorganização das estratégias adotadas.

16 PRINCÍPIOS ORIENTADORES DA ARTICULAÇÃO INTERSETORIAL EM ACAJUTIBA

Considerando as experiências e estruturas existentes no município, a Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral organizará a articulação intersetorial a partir dos seguintes eixos:

I - PSE e integração Educação–Saúde: fortalecimento da atuação conjunta entre as redes de Educação e Saúde, considerando o Termo de Compromisso do PSE – Ciclo 2025/2026, a partir do Decreto nº 6.286 de 5 de dezembro de 2007 e as necessidades identificadas no território;

II - Articulação com o Sistema de Garantia de Direitos: fortalecimento da rede de proteção e garantia de direitos, com atuação integrada dos diferentes serviços e instituições;

III - Gestão intersetorial municipal – Educação, Saúde e Ação Social: consolidação das reuniões intersetoriais e da análise conjunta das situações de vulnerabilidade, com definição compartilhada de estratégias de acompanhamento;

IV - Mapeamento do território e dos equipamentos públicos: identificação, organização e incorporação das oportunidades educativas, culturais, esportivas, sociais, ambientais e de saúde existentes nas comunidades;

V - Cultura, esporte, arte e flexibilização da jornada: articulação de iniciativas como Casa da Cultura, oficinas culturais, quadras esportivas, Escolinha de Futebol, Quadrilha Junina e Banda Marcial às experiências formativas dos estudantes;

VI - Participação das famílias e comunidades: fortalecimento da escuta, corresponsabilidade e participação social na construção e acompanhamento da política;

VII - Monitoramento, acompanhamento e avaliação da intersetorialidade: acompanhamento sistemático das ações, dos encaminhamentos, dos resultados e das necessidades de aperfeiçoamento da rede.

A Política Municipal reafirma, portanto, que a Educação Integral em Tempo Integral deve ser compreendida como uma política pública permanente, intersetorial, territorial, participativa, inclusiva e orientada pela equidade, na qual a ampliação do tempo escolar esteja associada à ampliação qualificada das oportunidades educativas.

Sua implementação articula escola, família, comunidade, políticas públicas, equipamentos sociais, culturais e esportivos e demais instituições do território, reconhecendo que a formação integral se concretiza quando diferentes tempos, espaços, saberes, sujeitos e experiências são organizados com intencionalidade pedagógica e responsabilidade compartilhada.

Em consonância com os referenciais normativos adotados pela Política Municipal, com o Programa Escola em Tempo Integral, com o Programa Saúde na Escola e com os princípios da proteção integral e da garantia de direitos, Acajutiba reafirma o compromisso de consolidar uma educação pública socialmente referenciada, territorialmente contextualizada, intersetorialmente articulada e orientada pela garantia do direito à educação, à proteção, à saúde, à cultura, ao esporte, à participação e ao desenvolvimento integral de seus estudantes e de suas comunidades.

17 GESTÃO DA POLÍTICA MUNICIPAL

A gestão da Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral de Acajutiba/BA será orientada pelos princípios da gestão democrática e participativa, da articulação sistêmica, da intersetorialidade, da equidade educacional, da territorialidade, da transparência, da participação social e da corresponsabilidade entre as diferentes instâncias e sujeitos envolvidos na garantia do direito à educação.

A implementação da Política será compreendida como processo permanente e articulado de planejamento, execução, acompanhamento, monitoramento, avaliação e aperfeiçoamento, envolvendo a Secretaria Municipal de Educação, sua equipe técnica, as unidades escolares, os profissionais da educação, o Comitê Municipal de Governança da Política de Educação Integral em Tempo Integral, o Conselho

Municipal de Educação e os demais órgãos, conselhos, instituições e atores do território relacionados à garantia do desenvolvimento integral dos estudantes.

A gestão da Política deverá assegurar articulação entre as dimensões pedagógica, administrativa, financeira, territorial e intersetorial, evitando a fragmentação das ações e garantindo que a ampliação da jornada escolar esteja vinculada à concepção de Educação Integral em Tempo Integral, à qualidade social da educação, à equidade e ao desenvolvimento integral dos estudantes.

17.1 COORDENAÇÃO E RESPONSABILIDADE INSTITUCIONAL

A Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer constituirá a instância responsável pela coordenação institucional da Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral, cabendo-lhe assegurar as condições políticas, técnicas, pedagógicas, administrativas e institucionais necessárias à sua implementação, em articulação com as demais instâncias do Sistema Municipal de Ensino e com os órgãos e setores da Administração Pública Municipal.

Compete à Secretaria Municipal de Educação, no âmbito da gestão da Política:

I – coordenar institucionalmente a implementação da Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral;

II – assegurar sua articulação com o Plano Municipal de Educação, o Plano Plurianual – PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, a Lei Orçamentária Anual – LOA e demais instrumentos de planejamento e financiamento da educação municipal;

III – promover a articulação entre as diferentes etapas e modalidades da Educação Básica e entre as unidades escolares da Rede Municipal de Ensino;

IV – assegurar as condições administrativas, pedagógicas, financeiras, materiais e institucionais necessárias à implementação da Política, observada a legislação vigente;

V – orientar e apoiar as unidades escolares na implementação das diretrizes da Política e na sua articulação com os Projetos Político-Pedagógicos;

VI – promover e articular ações de formação continuada dos profissionais da educação, considerando as necessidades identificadas no acompanhamento da Política;

VII – promover a articulação intersetorial com as demais políticas públicas municipais relacionadas à educação, saúde, assistência social, cultura, esporte, meio ambiente, alimentação, proteção e garantia dos direitos das crianças e adolescentes e outras áreas pertinentes;

VIII – assegurar o apoio técnico e administrativo necessário ao funcionamento do Comitê Municipal de Governança da Política de Educação Integral em Tempo Integral;

IX – disponibilizar ao Comitê informações, dados e documentos necessários ao acompanhamento, monitoramento e avaliação da Política;

X – adotar as providências necessárias para a implementação das recomendações e encaminhamentos decorrentes dos processos de acompanhamento e avaliação, no âmbito de suas competências;

XI – promover a atualização dos instrumentos administrativos e pedagógicos relacionados à Política, sempre que necessária;

XII – encaminhar ao Conselho Municipal de Educação a Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral para apreciação, nos termos da legislação vigente;

XIII – assegurar a articulação da Política com as diretrizes, parâmetros e demais orientações nacionais relativas à Educação Integral em Tempo Integral.

A SEDUC exercerá, portanto, a coordenação institucional e executiva da Política, sem sobrepor-se às competências próprias do Comitê Municipal de Governança e do Conselho Municipal de Educação.

17.2 EQUIPE TÉCNICA DA EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL

A SEDUC contará com equipe técnica responsável por apoiar a coordenação institucional, a implementação e o acompanhamento técnico-pedagógico da Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral.

A equipe técnica deverá articular as diferentes áreas e etapas da Rede Municipal de Ensino, considerando, entre outras, a Educação Infantil, o Ensino Fundamental Anos Iniciais, o Ensino Fundamental Anos Finais, a Educação Especial e demais áreas necessárias ao desenvolvimento da Política.

No âmbito do Comitê Municipal de Governança, a representação da equipe técnica está organizada por etapa e modalidade, contemplando Educação Infantil,

Ensino Fundamental Anos Iniciais, Ensino Fundamental Anos Finais e Educação Especial, conforme ato de instituição do Comitê.

Compete à equipe técnica:

I – apoiar a Secretaria Municipal de Educação na implementação da Política;

II – realizar levantamentos, estudos e análises sobre as condições de oferta da Educação Integral em Tempo Integral;

III – acompanhar as condições pedagógicas, administrativas, estruturais e organizacionais das unidades escolares;

IV – apoiar as equipes gestoras e as coordenações pedagógicas na materialização das diretrizes da Política;

V – acompanhar e sistematizar informações relacionadas à oferta, ao acesso, à permanência, à participação, à aprendizagem e ao desenvolvimento integral dos estudantes;

VI – identificar necessidades de formação, infraestrutura, materiais, equipamentos, recursos humanos e demais condições necessárias à qualidade da oferta;

VII – apoiar processos de formação continuada dos profissionais da educação;

VIII – contribuir para a articulação entre currículo, organização dos tempos e espaços, práticas pedagógicas e desenvolvimento integral;

IX – apoiar a elaboração e o acompanhamento dos instrumentos de planejamento das unidades escolares relacionados à Educação Integral em Tempo Integral;

X – subsidiar tecnicamente o Comitê Municipal de Governança com dados, informações, análises e documentos necessários ao exercício de suas atribuições;

XI – contribuir para a elaboração de diagnósticos, indicadores e instrumentos de monitoramento da Política;

XII – apoiar a sistematização das informações e evidências produzidas pelas unidades escolares e pela Secretaria Municipal de Educação.

A equipe técnica atuará de maneira articulada com as unidades escolares e com o Comitê, constituindo importante elo entre a gestão da Secretaria e a realidade concreta de implementação da Política nas escolas.

17.3 COMITÊ MUNICIPAL DE GOVERNANÇA DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL

O Comitê Municipal de Governança da Política de Educação Integral em Tempo Integral de Acajutiba/BA, instituído pela Portaria nº 03/2026, de 03 de setembro de 2026, constitui instância permanente, intersetorial, participativa, consultiva, propositiva, articuladora e de acompanhamento da Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral.

O Comitê, inicialmente constituído para coordenar e subsidiar o processo participativo de elaboração da Política, permanecerá em funcionamento após sua aprovação pelo Poder Público e apreciação pelo Conselho Municipal de Educação, assumindo caráter permanente de governança, acompanhamento, monitoramento, avaliação e proposição de aperfeiçoamentos da Política.

Sua atuação observará os princípios da gestão democrática e participativa, equidade educacional, inclusão, diversidade, justiça curricular, desenvolvimento integral dos estudantes, intersetorialidade, territorialidade, participação social, transparência, qualidade social da educação e redução das desigualdades educacionais.

17.4 COMPOSIÇÃO DO COMITÊ

O Comitê será composto pelos representantes definidos na Portaria nº 03/2026, contemplando:

I – Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer;

II – Diretores Escolares;

III – Coordenadores Pedagógicos;

IV – Professores;

V – Conselho Municipal de Educação – CME;

VI – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA;

VII – Conselho de Alimentação Escolar – CAE;

VIII – Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB – CACS-FUNDEB;

IX – Secretaria Municipal de Saúde;

X – Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania.

A composição assegura representação de diferentes segmentos da comunidade educacional, órgãos de controle social e setores relacionados às políticas de proteção integral e desenvolvimento dos estudantes.

A coordenação do Comitê será exercida pela representante da SEDUC e Lazer indicada na Portaria nº 03/2026, cabendo à Secretaria assegurar o apoio técnico e administrativo necessário ao funcionamento da instância.

Poderão participar das reuniões, na condição de convidados e sem direito a voto, representantes de outros órgãos públicos, instituições de ensino, organizações da sociedade civil, entidades comunitárias, especialistas e demais atores cuja contribuição seja considerada relevante para o desenvolvimento das atividades do Comitê.

17.4.1 Atribuições do Comitê

Compete ao Comitê Municipal de Governança:

I – acompanhar permanentemente a implementação da Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral;

II – promover estudos, diagnósticos, levantamentos e análises sobre as condições de oferta da Educação Integral em Tempo Integral no Município;

III – acompanhar a implementação da Política considerando as características sociais, econômicas, culturais, territoriais e educacionais de Acajutiba/BA;

IV – acompanhar os princípios, diretrizes, objetivos, estratégias, mecanismos de governança e indicadores definidos pela Política;

V – acompanhar a articulação da Política com o PPA, a LDO, a LOA e demais instrumentos de planejamento e financiamento da educação municipal;

VI – promover e acompanhar a articulação intersetorial entre educação e as demais políticas públicas relacionadas à proteção integral e ao desenvolvimento dos estudantes;

VII – monitorar indicadores de acesso, permanência, aprendizagem, equidade, infraestrutura, alimentação, transporte, formação dos profissionais da educação e demais indicadores relacionados à qualidade da oferta;

VIII – acompanhar a execução e a atualização do Plano de Expansão da Educação Integral em Tempo Integral, observando sua articulação com a Política Municipal;

IX – propor medidas para a redução das desigualdades educacionais e ampliação do acesso e da permanência dos estudantes em jornada de tempo integral;

X – acompanhar as condições de infraestrutura física e pedagógica, alimentação, transporte, acessibilidade e alocação de profissionais necessárias à oferta qualificada;

XI – promover processos de escuta, participação e consulta às unidades escolares, estudantes, famílias, profissionais da educação, conselhos e demais atores do território;

XII – propor ações de formação continuada para os profissionais envolvidos na implementação da Educação Integral em Tempo Integral;

XIII – acompanhar a articulação da Política com as diretrizes e parâmetros nacionais de qualidade e equidade da Educação Integral em Tempo Integral;

XIV – elaborar e apresentar anualmente ao Conselho Municipal de Educação relatório de acompanhamento da Política;

XV – propor ao Poder Público e ao Conselho Municipal de Educação alterações, atualizações ou aperfeiçoamentos necessários à Política;

XVI – promover a sistematização e divulgação das informações, resultados, avanços, desafios e recomendações relacionados à implementação da Política;

XVII – exercer as demais atribuições relacionadas à governança, implementação, monitoramento, avaliação e aperfeiçoamento da Política, observadas as competências das demais instâncias.

Essas atribuições reproduzem, em sua essência, as competências já estabelecidas na Portaria nº 03/2026, evitando que a Política atribua ao Comitê funções diferentes daquelas para as quais foi oficialmente instituído.

17.5 GESTÃO DA POLÍTICA NAS UNIDADES ESCOLARES

As unidades escolares constituem espaços fundamentais para a implementação da Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral, cabendo às equipes gestoras (diretor, coordenador e supervisor) assegurar a materialização de seus princípios, diretrizes e objetivos no cotidiano escolar.

Compete às equipes gestoras:

I – incorporar a concepção e as diretrizes da Política ao Projeto Político-Pedagógico da unidade escolar;

II – promover a organização integrada dos tempos, espaços, ambientes e práticas educativas;

III – assegurar a articulação entre os profissionais que atuam na unidade;

IV – promover a participação de estudantes, profissionais, famílias e comunidade nos processos de planejamento e avaliação;

V – acompanhar as condições de acesso, permanência, participação, aprendizagem e desenvolvimento integral dos estudantes;

VI – desenvolver e acompanhar as ações previstas no planejamento da unidade escolar;

VII – participar das ações de formação, acompanhamento e avaliação promovidas pela Secretaria Municipal de Educação;

VIII – produzir e encaminhar as informações necessárias ao acompanhamento da Política;

IX – identificar necessidades e apresentar demandas relacionadas à implementação da Educação Integral em Tempo Integral.

A coordenação pedagógica e a supervisão escolar exercerão papel estratégico na articulação entre formação, planejamento, acompanhamento das aprendizagens, desenvolvimento das práticas pedagógicas e avaliação da implementação da Política, em diálogo permanente com a direção escolar e a equipe técnica da Secretaria Municipal de Educação.

17.6 ACOMPANHAMENTO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

O acompanhamento da Política será realizado de forma permanente, articulada e baseada em indicadores e evidências, considerando as condições de oferta e os resultados produzidos pela Rede Municipal de Ensino.

O fluxo de acompanhamento observará, de forma articulada, as seguintes etapas:

I – acompanhamento no âmbito da unidade escolar: as equipes gestoras acompanharão a implementação das ações, registrarão informações e identificarão avanços, desafios e necessidades;

II – sistematização técnica: a equipe técnica da Secretaria Municipal de Educação organizará e analisará as informações provenientes das unidades escolares e demais fontes oficiais disponíveis;

III – acompanhamento técnico-pedagógico: a Secretaria Municipal de Educação apoiará as unidades escolares na análise das informações e na definição de estratégias de aperfeiçoamento, no âmbito de suas competências;

IV – análise pelo Comitê Municipal de Governança: o Comitê analisará periodicamente os dados, indicadores, evidências, informações e demandas relacionadas à implementação da Política;

V – articulação e proposição: o Comitê poderá propor medidas, encaminhamentos, ações intersetoriais, estratégias de formação, adequações e aperfeiçoamentos ao Poder Público e às instâncias competentes;

VI – implementação dos encaminhamentos: a Secretaria Municipal de Educação e os demais órgãos competentes adotarão as providências cabíveis, de acordo com suas respectivas atribuições;

VII – acompanhamento das providências: o Comitê acompanhará a execução dos encaminhamentos e seus efeitos sobre a implementação da Política;

VIII – elaboração do relatório anual: o Comitê sistematizará os resultados do acompanhamento e elaborará anualmente o Relatório de Acompanhamento da Política;

IX – apresentação ao Conselho Municipal de Educação: o relatório anual será submetido à apreciação do Conselho Municipal de Educação;

X – revisão e aperfeiçoamento: os resultados do monitoramento, as recomendações do Comitê, a apreciação do Conselho e as evidências produzidas pela Rede subsidiarão a revisão e o aperfeiçoamento da Política.

Esse fluxo deverá ser compreendido como um ciclo permanente de gestão da política, e não como procedimento exclusivamente burocrático: Implementação → acompanhamento → produção de dados e evidências → análise → proposição → encaminhamento → monitoramento → relatório anual → apreciação pelo CME → aperfeiçoamento.

17.7 FUNCIONAMENTO DO COMITÊ E REGISTRO DAS AÇÕES

O Comitê Municipal de Governança reunir-se-á ordinariamente no mínimo semestralmente e, extraordinariamente, sempre que necessário, mediante convocação de sua Coordenação ou solicitação da maioria simples de seus membros.

Durante processos específicos, como elaboração, revisão ou avaliação da Política, poderá reunir-se com maior frequência, conforme cronograma aprovado.

As reuniões poderão ocorrer presencialmente ou por videoconferência, observadas as condições técnicas disponíveis. As reuniões deverão ser registradas em ata, contendo, no mínimo, pauta, participantes, deliberações, encaminhamentos, responsáveis e respectivos prazos, garantindo memória institucional e transparência dos processos de governança.

17.8 RELATÓRIO ANUAL DE ACOMPANHAMENTO DA POLÍTICA

O Comitê Municipal de Governança elaborará anualmente o Relatório de Acompanhamento da Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral, que deverá ser submetido à apreciação do Conselho Municipal de Educação.

O relatório deverá contemplar, no mínimo:

I – ações realizadas no período;

II – metas e indicadores acompanhados;

III – avanços alcançados;

IV – desafios identificados;

V – análise das condições de oferta;

VI – ações intersetoriais realizadas;

VII – recomendações para o período subsequente.

Esses elementos correspondem aos requisitos já estabelecidos na Portaria nº 03/2026.

O relatório deverá constituir instrumento de acompanhamento, transparência, participação social e aperfeiçoamento da Política, permitindo identificar avanços, dificuldades e necessidades de intervenção.

17.9 ARTICULAÇÃO ENTRE AS INSTÂNCIAS DE GESTÃO

A gestão da Política deverá respeitar as competências específicas de cada instância, estabelecendo uma relação articulada e complementar. Nesse arranjo:

I – a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer exerce a coordenação institucional e executiva da Política;

II – a equipe técnica da Secretaria presta apoio técnico-pedagógico, produz e sistematiza informações e subsidia os processos de acompanhamento;

III – as equipes gestoras implementam e acompanham a Política no âmbito das unidades escolares;

IV – o Comitê Municipal de Governança exerce a função permanente de governança, articulação, acompanhamento, monitoramento, avaliação e proposição;

V – o Conselho Municipal de Educação exerce suas competências próprias no âmbito do Sistema Municipal de Ensino, incluindo a apreciação da Política e do relatório anual de acompanhamento;

VI – os demais conselhos, secretarias, órgãos públicos e atores do território participam conforme suas competências e responsabilidades na garantia do desenvolvimento integral dos estudantes.

Essa organização deverá assegurar comunicação permanente, circulação de informações, participação social e corresponsabilidade, sem sobreposição das competências institucionais.

17.10 PARTICIPAÇÃO, TRANSPARÊNCIA E CONTROLE SOCIAL

A gestão da Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral deverá assegurar participação democrática e transparência em todas as etapas de seu ciclo de implementação.

Deverão ser promovidos processos de escuta, participação e consulta às unidades escolares, estudantes, famílias, profissionais da educação, conselhos e demais atores do território, conforme previsto no ato de instituição do Comitê.

Sempre que pertinente e observadas as normas aplicáveis à proteção de dados pessoais, informações, resultados, avanços, desafios e recomendações relacionados à Política deverão ser socializados com a comunidade educacional e as instâncias de participação e controle social.

A participação social deverá constituir processo permanente, não se restringindo à elaboração inicial da Política.

17.11 REVISÃO E APERFEIÇOAMENTO DA POLÍTICA

A Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral será objeto de acompanhamento permanente e revisão periódica, sempre que os resultados do monitoramento, alterações normativas, mudanças nas condições da Rede Municipal de Ensino ou outras evidências indicarem sua necessidade.

O Comitê Municipal de Governança poderá propor ao Poder Público e ao Conselho Municipal de Educação alterações, atualizações ou aperfeiçoamentos necessários à Política, em consonância com suas atribuições regulamentares.

A revisão deverá considerar os dados e evidências produzidos pelo monitoramento, o Relatório Anual de Acompanhamento, as condições de oferta, os resultados educacionais, as manifestações dos diferentes sujeitos envolvidos e as alterações nos marcos legais e normativos nacionais e municipais.

A gestão da Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral de Acajutiba/BA será, portanto, organizada como um processo permanente de coordenação institucional, cooperação técnica, governança participativa, acompanhamento, monitoramento, avaliação e aperfeiçoamento, assegurando que a Política permaneça articulada às necessidades da Rede Municipal de Ensino, às características do território e aos compromissos de qualidade, equidade, inclusão e desenvolvimento integral dos estudantes.

18 GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

18.1 CONCEPÇÃO DE GESTÃO DEMOCRÁTICA

A gestão democrática, no âmbito desta Política, constitui um princípio orientador da organização e do funcionamento do Sistema Municipal de Ensino e das unidades escolares. Sua efetivação pressupõe a criação de condições para que os diferentes segmentos da comunidade escolar e local participem, de forma representativa e responsável, do planejamento, da tomada de decisões, do acompanhamento e da avaliação das ações educacionais. Essa participação requer acesso às informações, diálogo entre as instâncias de gestão, construção coletiva das prioridades e transparência na execução e na prestação de contas. Nesse sentido, reuniões, consultas e órgãos colegiados devem configurar-se como espaços permanentes de escuta, diálogo e deliberação compartilhada, capazes de assegurar

o controle social e de produzir efeitos concretos na condução da Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral.

A gestão democrática se concretiza quando estudantes, famílias, profissionais da educação, equipes gestoras, órgãos colegiados e comunidade local participam da elaboração, da execução, do acompanhamento e da avaliação das ações educacionais. Essa participação deve ocorrer antes da decisão, apoiar-se em informações compreensíveis, respeitar as competências legais de cada instância, produzir registro e gerar devolutiva. Participar significa poder apresentar necessidades, discutir alternativas, influenciar decisões, acompanhar providências e avaliar seus resultados.

Na Educação Integral em Tempo Integral, a gestão democrática alcança toda a jornada e todas as dimensões que condicionam o direito à educação. Em Acajutiba, isso inclui a integração entre formação geral e atividades diversificadas, a organização dos tempos de alimentação, higiene, descanso e convivência, o trabalho dos professores, coordenadores, supervisores, facilitadores e demais servidores, o transporte dos estudantes do campo, a acessibilidade, o AEE, o uso dos espaços escolares e comunitários e a destinação dos recursos públicos.

Assim, a gestão democrática deverá orientar tanto as decisões estruturantes da Política quanto as escolhas realizadas no cotidiano das unidades escolares. Sua efetividade será demonstrada pela capacidade de transformar a participação dos diferentes segmentos em encaminhamentos, responsabilidades e providências concretas, com repercussões sobre a organização da jornada, a qualidade do atendimento e a redução das desigualdades entre as escolas. Para que esse princípio se materialize na Rede Pública Municipal de Ensino de Acajutiba, deverão ser assegurados mecanismos permanentes de participação, deliberação, acompanhamento e controle social, conforme detalhado a seguir.

18.2 PRINCÍPIOS DA GESTÃO DA POLÍTICA

A gestão da Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral será orientada pelos princípios constitucionais que regem a administração pública, especialmente a legalidade, a impessoalidade, a moralidade, a publicidade e a eficiência, bem como pelo princípio da gestão democrática do ensino público e pela

participação das comunidades escolar e local, conforme estabelecido na legislação educacional vigente.

Esses princípios deverão orientar o planejamento, a tomada de decisões, a execução, o acompanhamento e a avaliação da Política, tanto no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer quanto no cotidiano das unidades escolares.

No âmbito municipal, a gestão da Política será conduzida com base nos seguintes princípios:

- Participação coletiva;
- Transparência;
- Equidade;
- Valorização e formação dos profissionais;
- Responsabilidade pública;
- Continuidade administrativa;
- Articulação intersetorial.

18.3 MECANISMOS DE GESTÃO DEMOCRÁTICA

Os mecanismos de gestão democrática são os instrumentos e espaços institucionais por meio dos quais os princípios da participação, da transparência, da gestão colegiada e do controle social se incorporam ao funcionamento da Rede Pública Municipal de Ensino de Acajutiba. Esses mecanismos possibilitam que as decisões educacionais sejam discutidas, acompanhadas e avaliadas pelos diferentes segmentos envolvidos, respeitadas as atribuições legais de cada instância.

No âmbito das unidades escolares, a gestão democrática será materializada principalmente pelos Conselhos Escolares, pelo Projeto Político-Pedagógico, pelo planejamento coletivo, pelos Conselhos de Classe Participativos, pelas formas de participação estudantil, pelas assembleias e reuniões com as famílias e pelos processos de escolha e avaliação dos dirigentes escolares.

No âmbito do Sistema Municipal de Ensino, o controle social será exercido pelo Conselho Municipal de Educação – CME, pelo Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica – CACS-FUNDEB e pelo Conselho de Alimentação Escolar – CAE. Esses três órgãos

colegiados constituem espaços permanentes de representação da sociedade no acompanhamento da educação municipal e atuam, de acordo com suas competências legais, na fiscalização, na análise técnica, na emissão de pareceres e recomendações e no acompanhamento das políticas, dos programas e dos recursos públicos destinados à educação.

Quadro 5 – Competência dos Conselhos

MECANISMO	COMO SE MATERIALIZA NA REDE	REGISTRO OU PERIODICIDADE
Conselho Escolar	Delibera, consulta, avalia e mobiliza a comunidade sobre PPP, plano de ação, indicadores, recursos e condições da jornada integral.	Reuniões mensais, assembleias semestrais, atas e divulgação das decisões.
PPP e plano de ação	Definem coletivamente a identidade da escola, a integração curricular, as prioridades, os responsáveis e as metas da jornada.	Revisão periódica, plano anual e acompanhamento pelo Conselho Escolar.
Planejamento coletivo	Integra professores, coordenação, supervisão, facilitadores, AEE e demais profissionais em torno dos mesmos objetivos e estudantes.	Agenda mensal, memórias de reunião, planos e registros articulados.
Conselho de Classe Participativo	Analisa aprendizagem, desenvolvimento, participação, frequência, convivência e condições de oferta.	Um ciclo em cada semestre, com ata e plano de providências.
Participação estudantil	Assembleias, representantes, grêmios, rodas de conversa, consultas e escuta das crianças.	Registros por turma, propostas encaminhadas e devolutivas.
Participação das famílias	Conselhos, assembleias, reuniões, avaliações, consultas e acompanhamento do percurso escolar.	Canais presenciais e remotos, listas, sínteses e respostas às demandas.
Gestão escolar democrática	Processos de escolha e avaliação, execução do plano de gestão, articulação dos colegiados e prestação de contas.	Conforme legislação municipal, avaliação periódica e plano de melhoria.
CME, CACS- Fundeb e CAE	Normatização, acompanhamento da Política e controle social do financiamento e da alimentação escolar.	Calendários próprios de reuniões, pareceres, resoluções, relatórios e recomendações.

Fonte: elaboração própria (2026).

18.3.1 Conselhos Escolares

Os Conselhos Escolares constituem o principal mecanismo colegiado de gestão democrática no âmbito das unidades escolares. Instituídos pela Lei Municipal nº 064/2022, de 10 de novembro de 2022, são órgãos de participação da comunidade escolar e local na concepção, execução, controle, acompanhamento e avaliação dos processos pedagógicos, administrativos e financeiros. Sua composição reúne direção

escolar, professores ou coordenadores pedagógicos, estudantes, servidores, pais ou responsáveis e representante da comunidade local. Nas unidades exclusivas de Educação Infantil, a representação das crianças ocorre por meio dos pais ou responsáveis, sem prejuízo de escuta infantil.

A Lei Municipal atribui aos Conselhos Escolares funções deliberativa, consultiva, avaliativa e mobilizadora. Na implementação desta Política, essas funções serão exercidas de modo articulado: o Conselho deliberará sobre prioridades e matérias de sua competência; emitirá parecer sobre planejamento, currículo, recursos e condições de funcionamento; acompanhará indicadores, PPP, plano de gestão, calendário, frequência, Censo Escolar e aplicação financeira; e mobilizará os segmentos para participar das decisões e das ações educativas.

Os Conselhos reunir-se-ão ordinariamente a cada mês letivo, conforme a legislação municipal, e promoverão assembleias gerais semestrais para avaliar o planejamento administrativo, financeiro e pedagógico da escola. Convocações, pautas, atas, decisões, responsáveis e prazos deverão ser registrados e divulgados em local acessível. A reunião não será utilizada apenas para homologar decisões já executadas. As matérias deverão ser apresentadas com antecedência e acompanhadas das informações necessárias à deliberação.

No acompanhamento da Educação Integral em Tempo Integral, integrarão a pauta regular do Conselho Escolar: funcionamento da jornada completa; frequência e saídas antecipadas; execução das atividades diversificadas; articulação entre os profissionais; alimentação e necessidades alimentares específicas; transporte e tempo de deslocamento; infraestrutura; acessibilidade e AEE; clima escolar; participação das famílias e dos estudantes; plano de aplicação dos recursos; e cumprimento das providências pactuadas.

18.3.2 Projeto Político Pedagógico e Plano de Ação

O Projeto Político-Pedagógico é o instrumento central de organização do trabalho escolar e de exercício da autonomia pedagógica. Sua elaboração, acompanhamento e revisão deverão envolver direção, coordenação, professores, profissionais das atividades diversificadas, demais servidores, estudantes, famílias, Conselho Escolar e comunidade local. O PPP não poderá permanecer restrito à

equipe gestora nem ser tratado como documento produzido apenas para cumprimento formal.

Nas escolas da rede pública municipal de Acajutiba, o PPP explicitará como a formação geral e as atividades diversificadas compõem um único currículo; quais objetivos orientam a jornada ampliada; como se organizam alimentação, higiene, descanso, convivência e deslocamentos; como os profissionais planejam e avaliam conjuntamente; como ocorre a participação das crianças e dos estudantes; quais recursos do território são utilizados; e quais medidas asseguram inclusão, acessibilidade, AEE e equidade entre estudantes da sede e do campo.

O plano de ação anual traduzirá o PPP em metas, atividades, responsáveis, cronograma, recursos e indicadores. Sua elaboração considerará a autoavaliação do ano anterior e o diagnóstico atualizado da unidade. O Conselho Escolar acompanhará sua execução ao longo do ano e deliberará sobre ajustes que estejam em sua esfera de competência. Necessidades que dependam da SEDUC serão formalizadas com evidências, prioridade e prazo de resposta.

18.3.3 Planejamento Coletivo e Integração do Trabalho

A gestão democrática também se realiza na organização cotidiana do trabalho. Cada escola reservará tempo institucional para planejamento integrado entre professores da formação geral, coordenação pedagógica, supervisão das atividades diversificadas, facilitadores ou oficineiros, profissionais do AEE e demais trabalhadores envolvidos com a jornada. A separação física ou temporal entre as atividades não poderá gerar dois projetos pedagógicos independentes.

Pelo menos uma vez a cada trimestre, a equipe analisará os registros de frequência e participação, o desenvolvimento dos estudantes, os relatórios das atividades diversificadas, os planos de apoio, as condições de alimentação e transporte e as situações que exigem articulação com a rede de proteção. Os encaminhamentos serão registrados com responsáveis e prazos. O planejamento coletivo deverá subsidiar o Conselho de Classe, o Conselho Escolar e o plano de ação da unidade.

18.3.4 Conselho de Classe Participativo e Seminário Anual

O Conselho de Classe Participativo será assegurado em todas as unidades, no mínimo uma vez em cada semestre, conforme prática estabelecida no Documento Orientador Municipal de 2023. Seu objeto abrangerá aprendizagem, desenvolvimento, frequência, participação nas atividades diversificadas, convivência, bem-estar, acessibilidade, condições de oferta e efetividade das medidas de apoio. Professores e facilitadores participarão da análise, e a presença de estudantes e famílias será organizada de acordo com a etapa, a finalidade da reunião e a proteção das informações pessoais.

O Seminário Anual da Educação Integral em Tempo Integral constituirá espaço municipal de avaliação, socialização de experiências e pactuação de prioridades. A SEDUC apresentará síntese dos indicadores, da execução financeira, dos avanços e dos problemas identificados. As contribuições das unidades e dos segmentos comporão relatório com encaminhamentos para o ano seguinte. O seminário não substituirá as competências deliberativas do CME, dos Conselhos Escolares, do CACS Fundeb ou do CAE.

18.3.5 Participação estudantil

A participação dos estudantes será tratada como direito e como prática formativa. Na Educação Infantil, ocorrerá pela observação, documentação e escuta das diferentes linguagens das crianças, complementadas pelo diálogo com as famílias. No Ensino Fundamental, serão utilizados assembleias de turma, representantes de classe, grêmios estudantis, rodas de conversa, consultas e comissões temáticas. A organização estudantil terá apoio institucional, acesso a espaço de reunião e orientação compatível com sua autonomia.

Os estudantes poderão se manifestar sobre atividades curriculares, organização dos tempos, alimentação, espaços de descanso e convivência, esporte, cultura, regras de uso dos ambientes, segurança, transporte e relações interpessoais. As propostas serão registradas e respondidas. Quando não puderem ser acolhidas, a escola ou a SEDUC apresentará justificativa em linguagem compreensível.

18.3.6 Participação das famílias e da comunidade local

A participação das famílias ocorrerá por meio dos Conselhos Escolares, assembleias gerais, reuniões por turma, avaliação institucional, consultas, atendimentos e atividades comunitárias. A escola organizará horários e canais que reduzam barreiras de participação. Nas comunidades do campo, serão considerados as rotas de transporte, as distâncias, os períodos de trabalho agrícola e as limitações de conectividade. A ausência em uma reunião isolada não será interpretada como desinteresse sem análise dessas condições.

A comunidade local participará do reconhecimento do território educativo, da definição de parcerias e da avaliação das ações realizadas fora da escola. Associações, grupos culturais e esportivos, agricultores familiares e equipamentos públicos poderão contribuir quando houver objetivo pedagógico, segurança, acessibilidade, supervisão e responsabilidades formalizadas. A parceria complementará o projeto escolar e não substituirá as obrigações permanentes do Poder Público.

18.3.7 Escolha e avaliação da gestão escolar

O processo de seleção de diretores e vice-diretores constitui um dos mecanismos de fortalecimento da gestão democrática na Rede Pública Municipal de Ensino de Acajutiba. Por meio dele, busca-se assegurar que o exercício das funções de gestão escolar esteja fundamentado em critérios técnicos de mérito e desempenho, na transparência dos procedimentos e na participação da comunidade escolar, superando práticas de indicação desvinculadas da formação, da experiência e da capacidade profissional necessárias à condução das unidades escolares.

Nesta Política, a realização regular do processo de seleção da gestão escolar será considerada prioridade institucional e deverá ser observada e cumprida de acordo com a Lei Municipal nº 059/2022, que disciplina o processo de qualificação para o exercício das funções de diretor e vice-diretor. Caberá à Administração Municipal assegurar as condições administrativas e os procedimentos necessários à realização do processo, respeitando os critérios, as etapas, a publicidade, a participação e as demais garantias estabelecidas na legislação própria.

No contexto da Educação Integral em Tempo Integral, a seleção da equipe gestora assume especial relevância, pois a ampliação da jornada torna mais complexa a organização pedagógica e administrativa da escola. A direção deverá demonstrar

capacidade para coordenar o currículo integrado, organizar os diferentes tempos e espaços, articular professores, coordenadores, facilitadores e demais servidores, acompanhar os serviços de alimentação e transporte, assegurar a inclusão e a acessibilidade e manter diálogo permanente com os estudantes, as famílias e o Conselho Escolar. Por essa razão, o Plano de Gestão apresentado durante o processo de seleção deverá considerar as condições reais da unidade e estabelecer compromissos relacionados à implementação e à qualificação da Educação Integral em Tempo Integral.

A gestão democrática não se encerra com a conclusão do processo seletivo e a designação dos profissionais habilitados. O exercício das funções de diretor e vice-diretor deverá ser acompanhado e avaliado durante todo o período de atuação, conforme os procedimentos previstos na legislação municipal. Esse acompanhamento deverá considerar a execução do Plano de Gestão e do Projeto Político-Pedagógico, a organização da jornada, o funcionamento dos espaços de participação, a transparência administrativa, o atendimento às necessidades dos estudantes e a capacidade de mobilizar a comunidade escolar em torno dos objetivos da Política.

Os resultados da avaliação deverão subsidiar orientações, ações de formação, medidas de apoio e planos de melhoria. Quando constatado desempenho insatisfatório, deverão ser adotados os procedimentos previstos na Lei Municipal nº 059/2022, com parecer da instância competente, fundamentação das decisões e garantia do direito de defesa. Dessa forma, a seleção e a avaliação da gestão escolar integram um mesmo compromisso: assegurar que as unidades sejam conduzidas por profissionais tecnicamente habilitados, acompanhados em seu desempenho e comprometidos com a participação coletiva e com a efetivação do direito à Educação Integral em Tempo Integral.

18.3.8 Conselhos de controle social

O Conselho Municipal de Educação – CME, instituído pela Lei Municipal nº 032/2011 e integrante do Sistema Municipal de Ensino, conforme a Lei Municipal nº 033/2011, exercerá suas funções normativa, propositiva, deliberativa, consultiva, mobilizadora e fiscalizadora. No âmbito desta Política, caberá ao Conselho apreciar o documento e suas posteriores revisões; expedir normas complementares; acompanhar a conformidade da oferta com a legislação educacional; analisar matérias

relativas ao currículo, ao calendário, à jornada, aos projetos político-pedagógicos e às condições de funcionamento das unidades escolares; e emitir pareceres, resoluções, recomendações e outros atos de sua competência. O CME também acompanhará a execução da Política, apreciará o relatório municipal anual, poderá realizar diligências e visitas às unidades escolares e participará das discussões relacionadas ao planejamento e à execução orçamentária da educação.

O Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb – CACS-FUNDEB exercerá o acompanhamento e o controle social sobre a distribuição, a transferência e a aplicação dos recursos do Fundo destinados à Rede Pública Municipal de Ensino. Em relação à Educação Integral em Tempo Integral, acompanhará a correspondência entre as matrículas declaradas no Censo Escolar, os recursos recebidos e sua aplicação na manutenção e no desenvolvimento da educação básica e na valorização dos profissionais da educação. Também poderá solicitar documentos e esclarecimentos, examinar registros contábeis e demonstrativos financeiros, realizar visitas às unidades escolares, verificar obras, serviços, bens e transporte escolar custeados com recursos sob sua competência, supervisionar o Censo Escolar e a elaboração da proposta orçamentária e emitir parecer sobre as respectivas prestações de contas.

O Conselho de Alimentação Escolar – CAE, instituído pela Lei Municipal nº 23/2010, acompanhará e fiscalizará a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE e a aplicação dos recursos destinados à alimentação dos estudantes. Considerando a permanência dos estudantes durante todo o dia, sua atuação deverá alcançar as condições de oferta da alimentação ao longo da jornada, a qualidade e a variedade dos gêneros alimentícios, a aceitabilidade dos cardápios, o respeito aos hábitos alimentares locais, as condições higiênico-sanitárias, o armazenamento, a conservação e a distribuição dos alimentos nas unidades escolares. Caberá ainda ao CAE receber e analisar o relatório anual de gestão do PNAE, emitir parecer conclusivo sobre a execução do Programa e apresentar recomendações aos setores responsáveis sempre que forem identificadas inadequações.

Para o exercício dessas atribuições, a SEDUC e as unidades escolares deverão disponibilizar aos Conselhos, nos prazos estabelecidos, informações, documentos, registros e condições para a realização de reuniões, diligências e visitas. Os relatórios, pareceres, recomendações e demais manifestações produzidas pelos

colegiados deverão ser considerados no planejamento, na execução, no monitoramento e na revisão da Política, respeitada a competência legal de cada Conselho.

A atuação dos três Conselhos deverá ocorrer com autonomia, regularidade, acesso à informação e articulação institucional, sem sobreposição de atribuições. Dessa forma, o controle social abrangerá não apenas a aplicação dos recursos públicos, mas também as condições pedagógicas, administrativas e alimentares que sustentam a oferta da Educação Integral em Tempo Integral na Rede Pública Municipal de Ensino de Acajutiba.

18.4 GOVERNANÇA DA POLÍTICA

A governança da Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral será exercida pelo Comitê Municipal de Governança, instituído pela Portaria SEDUC nº 03/2026, de 3 de setembro de 2026. O Comitê constitui instância permanente, intersetorial e participativa, de caráter consultivo, propositivo, articulador e de acompanhamento, responsável por promover a integração entre os diferentes órgãos, setores e segmentos envolvidos na implementação da Política.

A composição do Comitê reúne representantes das equipes técnicas da SEDUC, das equipes gestoras, dos coordenadores pedagógicos, dos professores, do Conselho Municipal de Educação, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, do Conselho de Alimentação Escolar, do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb e das Secretarias Municipais de Saúde e de Assistência Social e Cidadania. Essa composição deverá assegurar que as decisões e proposições relacionadas à Educação Integral em Tempo Integral considerem, de forma articulada, as dimensões pedagógica, administrativa, financeira, alimentar, social e de proteção aos direitos dos estudantes.

O exercício da governança pelo Comitê não substitui as competências administrativas da SEDUC, as atribuições das unidades escolares nem as funções normativas, deliberativas, fiscalizadoras e de controle social dos Conselhos instituídos. Caberá ao Comitê articular essas instâncias, sistematizar informações, acompanhar a execução da Política, monitorar seus resultados e propor as medidas necessárias ao seu aperfeiçoamento.

Quadro 6 – Responsabilidades de cada instância

INSTÂNCIA OU SUJEITO	RESPONSABILIDADES NA EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL
Comitê Municipal de Governança	Exercer a governança da Política; articular os setores envolvidos; acompanhar sua implementação; monitorar indicadores e condições de oferta; promover a participação social; elaborar o relatório anual; e propor aperfeiçoamentos.
SEDUC	Coordenar a execução da Política; garantir apoio técnico, administrativo, orçamentário e pedagógico; fornecer informações ao Comitê; orientar as unidades escolares; e adotar as providências de sua competência.
Gestão Escolar, Coordenação e Supervisão Pedagógica	Organizar e acompanhar a jornada, o currículo, o planejamento, os registros e os serviços escolares; integrar os profissionais; identificar necessidades; e executar os encaminhamentos definidos para cada unidade.
Conselho Escolar	Acompanhar o Projeto Político-Pedagógico, o plano de ação, os recursos e as condições de oferta; representar a comunidade escolar; e participar das decisões de interesse coletivo da unidade.
Conselho Municipal de Educação - CME	Apreciar, normatizar e fiscalizar a Política no âmbito do Sistema Municipal de Ensino; analisar relatórios e revisões; e emitir pareceres, resoluções e recomendações.
Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb - CACS-Fundeb	Acompanhar e controlar a distribuição, a transferência e a aplicação dos recursos do Fundeb relacionados à oferta da Educação Integral em Tempo Integral.
Conselho de Alimentação Escolar - CAE	Acompanhar e fiscalizar os recursos, os cardápios, a qualidade dos alimentos e as condições de oferta da alimentação escolar durante a jornada ampliada.
Órgãos e setores intersetoriais	Planejar e executar ações articuladas nas áreas de saúde, assistência social, alimentação, esporte, cultura e proteção dos direitos dos estudantes.
Estudantes famílias e comunidade	Participar das consultas, reuniões, avaliações e colegiados; apresentar necessidades e propostas; e acompanhar as decisões e providências adotadas.

Fonte: elaboração própria (2026).

19 FORMAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS

A formação e a valorização dos profissionais da educação constituem dimensões estruturantes da Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral de Acajutiba/BA, compreendendo que a consolidação de uma política educacional orientada pela formação integral dos estudantes requer profissionais preparados, valorizados, apoiados e reconhecidos como sujeitos fundamentais na construção e implementação das transformações educacionais. A Educação Integral em Tempo Integral, por representar uma mudança na concepção de educação, currículo, organização dos tempos e espaços, práticas pedagógicas, relações

escolares e articulação com o território, exige processos permanentes de formação, reflexão, acompanhamento e desenvolvimento profissional.

A formação continuada, nessa perspectiva, não será compreendida apenas como atualização profissional ou oferta eventual de cursos e palestras, mas como processo permanente de construção coletiva de conhecimentos, reflexão crítica sobre as práticas, diálogo entre teoria e prática, colaboração entre profissionais e fortalecimento da concepção de Educação Integral em Tempo Integral na Rede Municipal de Ensino. A formação continuada deve contribuir para a reflexão crítica sobre a prática, o fortalecimento da práxis educativa, a aprendizagem colaborativa e a ampliação da compreensão dos fundamentos, princípios e diretrizes da Educação Integral.

A Política Municipal reconhece, portanto, que a formação dos profissionais constitui condição para a institucionalização, continuidade e sustentabilidade da Educação Integral em Tempo Integral, devendo alcançar os diferentes sujeitos que participam direta ou indiretamente da ação educativa. A formação deverá considerar as especificidades das etapas e modalidades da Educação Básica, as características dos territórios, os diferentes perfis profissionais, as necessidades identificadas no diagnóstico da rede e os desafios decorrentes da implementação do currículo integrado, da jornada ampliada e da promoção do desenvolvimento integral dos estudantes.

A formação continuada terá como objetivos: fortalecer a compreensão dos fundamentos, princípios, diretrizes e finalidades da Educação Integral em Tempo Integral; promover a apropriação da concepção de currículo integrado e sua materialização nos Projetos Político-Pedagógicos e planejamentos das unidades escolares; qualificar as práticas pedagógicas interdisciplinares e contextualizadas; fortalecer o planejamento coletivo e a articulação entre os diferentes profissionais que atuam na escola; aprimorar os processos de avaliação diagnóstica, formativa e contínua da aprendizagem e do desenvolvimento integral; apoiar estratégias de recomposição, consolidação e aprofundamento das aprendizagens; desenvolver práticas pedagógicas que considerem os diferentes ritmos, necessidades, interesses e formas de aprender dos estudantes; fortalecer a educação inclusiva, a Educação Especial, a Educação das Relações Étnico-Raciais, a educação antirracista, os direitos humanos, a diversidade e a sustentabilidade socioambiental; promover o protagonismo, a autonomia e a participação dos estudantes; fortalecer a gestão

democrática e a participação da comunidade escolar; qualificar a organização dos tempos, espaços e ambientes educativos; e favorecer a articulação entre escola, família, comunidade, território e demais políticas públicas.

A formação deverá contribuir, ainda, para que os profissionais compreendam a ampliação da jornada escolar como estratégia vinculada a uma proposta pedagógica integrada, evitando a fragmentação entre turno e contraturno e superando a perspectiva de simples ampliação quantitativa do tempo de permanência dos estudantes na escola. Nesse sentido, os processos formativos deverão possibilitar a reflexão sobre como os diferentes tempos, espaços, conhecimentos, experiências e práticas educativas podem ser articulados em favor da aprendizagem e do desenvolvimento integral dos estudantes.

A SEDUC será responsável por coordenar e promover a política de formação continuada da Rede Municipal de Ensino, articulando suas ações às necessidades identificadas no diagnóstico educacional, às diretrizes curriculares municipais, aos Projetos Político-Pedagógicos das unidades escolares, às demandas dos profissionais e às prioridades estabelecidas pela Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral. O processo formativo deverá ser planejado de maneira sistemática, contínua e articulada entre a SEDUC e as unidades escolares, não se restringindo a ações isoladas ou esporádicas. A formação deve ser organizada a partir do diagnóstico das necessidades dos profissionais e dos desafios da rede, da definição de prioridades e de um calendário formativo articulado às diferentes modalidades de formação.

A SEDUC deverá elaborar e implementar um Plano Municipal de Formação para a Educação Integral em Tempo Integral, destinado a materializar as diretrizes aqui estabelecidas e organizar as ações formativas da rede. O Plano deverá ser construído a partir de diagnóstico das necessidades formativas, considerando as características das etapas e modalidades de ensino, os desafios identificados pelas unidades escolares, as necessidades dos profissionais e as prioridades pedagógicas da política municipal, contemplando objetivos, públicos, temáticas, metodologias, estratégias, responsáveis, cronograma, recursos necessários, mecanismos de acompanhamento e procedimentos de avaliação.

O Plano Municipal de Formação deverá assegurar unidade de concepção e, simultaneamente, atenção às especificidades dos diferentes profissionais e contextos escolares. Para tanto, poderá organizar-se de forma modular, articulando formação

comum para a rede, formações específicas por etapa, modalidade, função ou área de atuação e processos de acompanhamento formativo.

A formação básica deverá possibilitar a apropriação, pelos diferentes sujeitos da comunidade educacional, dos fundamentos, princípios, objetivos, diretrizes, organização e práticas da Educação Integral em Tempo Integral. As ações poderão envolver profissionais da SEDUC, gestores escolares, coordenadores pedagógicos, professores, oficineiros, profissionais de apoio, funcionários administrativos, profissionais responsáveis pela alimentação, limpeza e demais serviços, bem como outros sujeitos diretamente envolvidos na implementação da política, considerando, quando pertinente, a participação de estudantes, famílias, conselhos escolares, organizações comunitárias e parceiros do território.

As formações específicas deverão aprofundar conhecimentos e práticas relacionados às atribuições e responsabilidades dos diferentes profissionais, considerando, entre outros aspectos, a gestão democrática, a coordenação pedagógica, o currículo integrado, o planejamento interdisciplinar, as metodologias diversificadas, a avaliação formativa, a recomposição das aprendizagens, a Educação Especial e Inclusiva, a Educação das Relações Étnico-Raciais, a educação antirracista, os direitos humanos, as relações e convivência escolar, a organização dos tempos e espaços educativos, a utilização pedagógica do território, a cultura digital, a sustentabilidade e as especificidades das diferentes etapas e modalidades da Educação Básica.

A formação dos professores deverá estar articulada às orientações curriculares da Rede Municipal de Ensino e aos Projetos Político-Pedagógicos das unidades escolares, favorecendo o planejamento coletivo, a interdisciplinaridade, a experimentação, a investigação, a diversificação de metodologias, a personalização das experiências de aprendizagem e a utilização de diferentes linguagens e recursos. Deverá também reconhecer e fortalecer a autoria dos professores na construção das práticas pedagógicas, estimulando a sistematização, socialização e compartilhamento das experiências desenvolvidas nas escolas.

Na Educação Infantil, os processos formativos deverão considerar as especificidades dos campos de experiências, das infâncias, das interações e das brincadeiras, bem como a indissociabilidade entre cuidar e educar. No Ensino Fundamental, deverão contemplar as características dos Anos Iniciais e dos Anos Finais, considerando a progressão das aprendizagens, as diferentes áreas do

conhecimento, a interdisciplinaridade, a recomposição e o aprofundamento das aprendizagens e as especificidades das adolescências. Nas modalidades e demais ofertas da rede, a formação deverá respeitar os sujeitos, suas trajetórias, necessidades e contextos, assegurando a pertinência das estratégias formativas.

A formação dos profissionais deverá contemplar, de maneira transversal, a equidade, a diversidade, a inclusão, a Educação das Relações Étnico-Raciais, a educação antirracista, os direitos humanos e a valorização das diferentes identidades e culturas presentes no território. Deverá contribuir para a construção de ambientes educativos de não discriminação e para o enfrentamento das diferentes formas de preconceito, racismo, violência e exclusão, articulando conhecimentos teóricos às situações concretas vivenciadas no cotidiano escolar.

Os processos formativos deverão priorizar metodologias participativas, colaborativas, dialógicas, investigativas e reflexivas, articulando estudo, análise da realidade, tematização das práticas, experimentação, produção coletiva e acompanhamento dos processos de implementação. A formação deverá partir dos desafios concretos vivenciados pelos profissionais, possibilitando a análise das práticas existentes, a construção coletiva de alternativas e o acompanhamento de sua implementação. Sempre que possível, deverão ser valorizadas experiências produzidas pela própria Rede Municipal de Ensino, promovendo intercâmbios entre unidades escolares, socialização de boas práticas e constituição de comunidades de aprendizagem profissional.

A formação em serviço deverá constituir estratégia permanente da Política, articulando momentos promovidos pela SEDUC aos processos formativos desenvolvidos nas unidades escolares. Diretores, coordenadores pedagógicos e supervisores deverão exercer papel fundamental na mediação e no acompanhamento dos processos de formação interna, articulando estudo, planejamento, acompanhamento pedagógico, análise de resultados e reflexão sobre as práticas. O acompanhamento formativo deverá contribuir para transformar os desafios identificados no cotidiano escolar em objetos de estudo e investigação coletiva.

A SEDUC deverá assegurar condições institucionais para que os profissionais disponham de tempo destinado ao planejamento coletivo, estudo, formação, acompanhamento pedagógico, avaliação e sistematização das práticas, observando a legislação educacional e as normas municipais relativas à jornada de trabalho e à organização do trabalho pedagógico.

A valorização dos profissionais da educação deverá compreender, para além da formação continuada, a garantia de condições adequadas de trabalho, reconhecimento profissional, apoio técnico-pedagógico, participação nos processos decisórios, desenvolvimento profissional e fortalecimento dos vínculos com as unidades escolares e com a Rede Municipal de Ensino. A implementação da Educação Integral em Tempo Integral deverá considerar as condições concretas de trabalho dos profissionais, incluindo organização das jornadas, composição das equipes, disponibilidade de recursos e materiais pedagógicos, infraestrutura, apoio institucional e condições para o desenvolvimento das atividades educativas.

A SEDUC deverá promover o fortalecimento das equipes gestoras, reconhecendo seu papel estratégico na implementação, acompanhamento e consolidação da Educação Integral em Tempo Integral. Deverá assegurar acompanhamento técnico-pedagógico sistemático às unidades escolares, apoiando as equipes na interpretação e materialização das diretrizes da Política, na revisão dos Projetos Político-Pedagógicos, na organização curricular, no planejamento das práticas, no acompanhamento das aprendizagens e na avaliação das ações desenvolvidas.

A Política reconhecerá a contribuição dos profissionais não docentes para a formação integral dos estudantes, incluindo aqueles que atuam nas áreas administrativa, alimentação escolar, limpeza, manutenção, segurança, transporte, apoio e demais serviços. Esses profissionais deverão ser considerados integrantes da comunidade educativa e, sempre que pertinente às suas atribuições, participar de processos formativos que favoreçam a compreensão da concepção de Educação Integral em Tempo Integral, do Projeto Político-Pedagógico, dos direitos dos estudantes, da convivência democrática, da inclusão, da diversidade e das responsabilidades compartilhadas na construção de ambientes educativos acolhedores e formativos.

A Rede Municipal de Ensino deverá buscar articulação e cooperação com universidades, instituições de Educação Superior, centros de formação, órgãos públicos, redes de ensino, organizações sociais e demais instituições com experiência e competência na formação de profissionais da educação, observadas as normas legais aplicáveis. Essas parcerias poderão envolver formação continuada, pesquisa, extensão, intercâmbio de experiências, estágios curriculares, projetos de iniciação à

docência, produção de materiais e outras ações que contribuam para o desenvolvimento profissional e para o fortalecimento da política.

A formação deverá ocorrer por meio de diferentes estratégias e modalidades, conforme as necessidades da rede e as condições institucionais, podendo combinar encontros presenciais, formação em serviço, estudos individuais e coletivos, atividades a distância, oficinas, seminários, grupos de estudo, comunidades de aprendizagem, intercâmbios, visitas técnicas, observação e tematização de práticas, acompanhamento pedagógico e socialização de experiências.

Os processos formativos deverão observar, ao longo de sua implementação, as seguintes características: continuidade e sistematicidade; articulação entre teoria e prática; diálogo com as necessidades reais da rede; participação e colaboração entre profissionais; respeito às especificidades das etapas e modalidades; integração entre formação, currículo e Projeto Político-Pedagógico; valorização dos saberes e experiências dos profissionais; articulação entre formação individual e desenvolvimento institucional; acompanhamento e devolutiva dos processos; produção e sistematização de conhecimentos e práticas; avaliação permanente das ações formativas; e compromisso com a melhoria da aprendizagem, da equidade e do desenvolvimento integral dos estudantes.

A formação deverá ser avaliada de maneira contínua, considerando a participação dos profissionais, a pertinência dos conteúdos e metodologias, as condições de realização, a apropriação dos conhecimentos, as mudanças observadas nas práticas e as contribuições para a implementação da Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral. Os resultados da avaliação deverão subsidiar o aperfeiçoamento das ações formativas, a redefinição de prioridades e a atualização periódica do Plano Municipal de Formação.

A SEDUC deverá organizar mecanismos de acompanhamento do desenvolvimento profissional dos participantes, sem caráter meramente fiscalizatório, priorizando a identificação das necessidades formativas e o apoio à melhoria das práticas. O acompanhamento deverá estar articulado ao monitoramento da Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral e poderá considerar indicadores relacionados à participação nas formações, cobertura dos diferentes segmentos profissionais, desenvolvimento das ações previstas no Plano de Formação, realização de processos formativos nas unidades escolares, acompanhamento técnico-

pedagógico e percepção dos profissionais sobre as contribuições da formação para sua prática.

A valorização profissional deverá estar articulada às políticas municipais de carreira, remuneração, jornada, condições de trabalho e desenvolvimento profissional, observadas as legislações federal e municipal vigentes. A Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral deverá buscar, progressivamente, condições de organização do trabalho que favoreçam a permanência e o vínculo dos profissionais com as unidades escolares, a colaboração entre pares, a continuidade dos processos pedagógicos e a construção coletiva da proposta educativa.

A organização das equipes profissionais que atuam na Educação Integral em Tempo Integral deverá considerar as necessidades específicas da jornada ampliada, a composição adequada das equipes gestoras, docentes e de apoio, as atribuições de cada profissional e as condições necessárias ao desenvolvimento das atividades previstas no Projeto Político-Pedagógico. A SEDUC deverá promover o planejamento da alocação dos profissionais de acordo com as necessidades da rede e das unidades escolares, observando a legislação vigente e a disponibilidade orçamentária.

A Política deverá estimular, progressivamente e de acordo com as possibilidades administrativas, legais e orçamentárias do Município, estratégias que favoreçam maior vínculo dos profissionais com as unidades escolares, a continuidade das equipes e a integração do trabalho pedagógico. Tais estratégias deverão ser articuladas às políticas de carreira e às normas municipais de gestão de pessoas, sem estabelecer nesta Política obrigações funcionais que dependam de regulamentação específica.

A formação e a valorização dos profissionais deverão estar articuladas às demais dimensões da Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral, especialmente ao currículo integrado, às práticas pedagógicas, à avaliação da aprendizagem e do desenvolvimento, à gestão democrática, à articulação intersetorial, à inclusão, à Educação das Relações Étnico-Raciais, à organização dos tempos e espaços e ao monitoramento da política. Dessa forma, a formação não será compreendida como ação paralela, mas como estratégia transversal de implementação e qualificação da política educacional.

A SEDUC deverá assegurar os recursos humanos, materiais, tecnológicos, financeiros e institucionais necessários à execução das ações formativas previstas, incorporando as demandas de formação ao planejamento anual da educação e aos

instrumentos de planejamento e orçamento do Município, quando pertinente. O planejamento deverá considerar, entre outros aspectos, contratação ou parceria com formadores e instituições formadoras, materiais pedagógicos, equipamentos, conectividade, espaços para realização das atividades, alimentação e transporte quando necessários e condições de participação dos profissionais durante a jornada de formação. O material orientador destaca que a elaboração do plano de formação deve considerar, desde o diagnóstico, os recursos necessários à contratação de formadores, parcerias com universidades, materiais, equipamentos, alimentação, transporte e organização das horas destinadas à formação.

A implementação desta dimensão será acompanhada pela SEDUC, pelas equipes gestoras e instâncias de participação e controle social pertinentes, em articulação com o Comitê da Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral. Os resultados do acompanhamento deverão subsidiar a revisão das estratégias de formação e valorização profissional, considerando as mudanças nas necessidades da rede, os resultados educacionais, as condições de trabalho e as atualizações dos marcos legais e educacionais.

A Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral de Acajutiba/BA reafirma, assim, que não haverá consolidação de uma concepção de educação integral sem a participação ativa, a formação permanente e a valorização dos profissionais que a constroem cotidianamente. Investir nos profissionais da educação significa criar condições para que gestores, coordenadores pedagógicos, supervisores, professores, oficineiros, profissionais de apoio e demais educadores compreendam, participem, implementem, avaliem e aperfeiçoem coletivamente a política, transformando seus princípios em práticas educativas efetivas e socialmente referenciadas.

Nesse sentido, a formação continuada e a valorização profissional constituem compromissos permanentes do Município de Acajutiba/BA, devendo acompanhar todo o ciclo de implementação, acompanhamento, avaliação e revisão da Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral. O Plano Municipal de Formação, deverá materializar esses compromissos em ações concretas, articulando diagnóstico, objetivos, públicos, temáticas, metodologias, cronograma, responsabilidades, recursos, acompanhamento e avaliação, de modo a assegurar que a formação dos profissionais seja efetivamente uma estratégia de institucionalização, qualidade e

sustentabilidade da Educação Integral em Tempo Integral na Rede Municipal de Ensino.

20 INFRAESTRUTURA, AMBIENTES EDUCATIVOS E RECURSOS PEDAGÓGICOS

A infraestrutura, os ambientes educativos e os recursos pedagógicos constituem condições estruturantes para a implementação e consolidação da Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral de Acajutiba/BA. Na perspectiva desta Política, ampliar a jornada escolar implica também assegurar condições físicas, materiais, tecnológicas, pedagógicas e ambientais compatíveis com a permanência prolongada dos estudantes na escola e com a diversificação das experiências educativas.

A Educação Integral em Tempo Integral não se realiza exclusivamente pela ampliação do número de horas de permanência dos estudantes na unidade escolar. Para que o tempo ampliado produza oportunidades efetivas de aprendizagem, convivência, participação, criação, expressão, experimentação e desenvolvimento integral, é necessário que os espaços escolares sejam organizados e utilizados de maneira intencional, segura, inclusiva, acessível, acolhedora e pedagogicamente significativa.

Nesse sentido, a Política Municipal compreende a escola como espaço educativo multifuncional, no qual salas de aula, bibliotecas, áreas externas, quadras, refeitórios, laboratórios de informática, salas de recursos e demais dependências devem estar articulados ao currículo, ao Projeto Político-Pedagógico e às experiências educativas desenvolvidas ao longo da jornada.

A organização da infraestrutura deverá considerar as características das diferentes etapas e modalidades de ensino atendidas pela Rede Municipal, as necessidades dos estudantes, as especificidades das unidades localizadas na sede e na zona rural, as condições territoriais e climáticas do Município, as demandas de acessibilidade e inclusão e as possibilidades de utilização pedagógica dos espaços existentes.

20.1 PRINCÍPIOS PARA A ORGANIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA E DOS AMBIENTES EDUCATIVOS

A infraestrutura e os ambientes educativos da Rede Municipal de Ensino serão orientados pelos princípios da:

I – garantia do direito à educação com qualidade social;

II – equidade na distribuição e utilização dos recursos e das condições de oferta;

III – acessibilidade física, comunicacional, pedagógica e tecnológica;

IV – inclusão e atendimento às diferentes necessidades dos estudantes;

V – segurança, salubridade, higiene, conforto e bem-estar;

VI – sustentabilidade socioambiental e uso responsável dos recursos naturais;

VII – integração entre infraestrutura, currículo, práticas pedagógicas e Projeto Político-Pedagógico;

VIII – diversificação dos ambientes e das experiências educativas;

IX – valorização dos espaços escolares e comunitários como territórios educativos;

X – adequação dos espaços às diferentes faixas etárias, etapas e modalidades de ensino;

XI – manutenção preventiva, conservação e melhoria contínua das unidades escolares;

XII – participação da comunidade escolar na identificação de necessidades e na definição de prioridades de melhoria dos ambientes educativos.

A política de infraestrutura deverá considerar que a equidade não significa necessariamente a oferta de estruturas idênticas em todas as unidades escolares, mas a garantia de condições adequadas às necessidades de cada comunidade escolar, observadas as características territoriais, demográficas, pedagógicas e sociais de cada unidade.

20.2 ADEQUAÇÃO, AMPLIAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DOS ESPAÇOS ESCOLARES

A SEDUC, em articulação com os demais setores responsáveis pela infraestrutura pública municipal, deverá realizar diagnóstico periódico das condições físicas e funcionais das unidades escolares, identificando necessidades de

manutenção, adequação, ampliação, reforma, construção, acessibilidade, segurança e aquisição de equipamentos.

O planejamento da infraestrutura deverá estar articulado ao currículo e às necessidades pedagógicas da Rede Municipal, de modo que os investimentos não sejam definidos exclusivamente pela disponibilidade física dos prédios, mas também pelas experiências de aprendizagem e desenvolvimento previstas nos Projetos Político-Pedagógicos e na organização curricular da Educação Integral em Tempo Integral.

Sempre que necessário e tecnicamente viável, deverão ser consideradas ações de:

I – ampliação ou reorganização das salas de aula, considerando diferentes formas de organização do trabalho pedagógico;

II – adequação de espaços para leitura, pesquisa, estudo, experimentação, artes, música, cultura digital, ciência, tecnologia e projetos integradores;

III – qualificação de bibliotecas, salas de leitura e espaços destinados à fruição literária;

IV – implantação ou melhoria de salas multiuso e ambientes destinados a atividades diversificadas;

V – qualificação de quadras, pátios, áreas esportivas e espaços destinados às práticas corporais, jogos, dança, capoeira e outras manifestações culturais e esportivas;

VI – criação ou qualificação de áreas verdes, hortas pedagógicas, jardins e outros espaços destinados à educação ambiental e à aprendizagem ao ar livre;

VII – adequação de espaços destinados ao atendimento educacional especializado e ao desenvolvimento de práticas inclusivas;

VIII – qualificação de ambientes destinados à convivência, descanso, acolhimento e socialização dos estudantes, especialmente em razão da permanência ampliada;

IX – adequação das instalações sanitárias e dos espaços destinados à higiene pessoal, considerando as necessidades das diferentes faixas etárias e dos estudantes com deficiência;

X – melhoria das condições de ventilação, iluminação, conforto térmico, acústico e ambiental dos espaços escolares;

XI – adequação das cozinhas, áreas de armazenamento e espaços de alimentação às necessidades da jornada ampliada, em articulação com as normas sanitárias e com a política de alimentação escolar;

XII – melhoria das condições de segurança e circulação nos espaços internos e externos das unidades escolares.

As intervenções de maior porte deverão ser definidas a partir de diagnóstico técnico, prioridades pedagógicas, condições de atendimento, número de estudantes, características territoriais, acessibilidade, disponibilidade orçamentária e planejamento municipal.

20.3 ACESSIBILIDADE, INCLUSÃO E DESENHO DOS AMBIENTES

A Política Municipal assegurará que a infraestrutura das unidades escolares avance progressivamente na eliminação de barreiras arquitetônicas, físicas, comunicacionais e de acesso aos recursos educacionais, garantindo condições de participação e aprendizagem para todos os estudantes.

As adequações deverão observar a legislação e as normas técnicas de acessibilidade vigentes, contemplando, conforme as necessidades identificadas:

I – circulação acessível e segura;

II – rampas, corrimãos e demais elementos necessários à mobilidade;

III – sanitários acessíveis;

IV – sinalização adequada;

V – condições de acesso e utilização dos diferentes ambientes escolares;

VI – mobiliário adequado às necessidades dos estudantes;

VII – recursos de tecnologia assistiva;

VIII – materiais pedagógicos acessíveis;

IX – recursos de comunicação e informação acessíveis;

X – condições de acesso aos espaços esportivos, culturais, tecnológicos, de convivência e demais ambientes educativos.

A acessibilidade deverá ser compreendida de forma ampla, não se restringindo às adaptações arquitetônicas, devendo estar articulada às práticas pedagógicas inclusivas, ao Atendimento Educacional Especializado, à formação dos profissionais e à disponibilização de recursos de tecnologia assistiva e materiais acessíveis.

20.4 AMBIENTES EDUCATIVOS DIVERSIFICADOS E TERRITÓRIO EDUCATIVO

A Política Municipal reconhece que a aprendizagem e o desenvolvimento integral dos estudantes podem ocorrer em diferentes espaços, não se restringindo à sala de aula.

As unidades escolares deverão, progressivamente, organizar e utilizar seus espaços internos e externos de modo a favorecer diferentes formas de aprender, ensinar, conviver, criar, pesquisar, experimentar e participar.

Nesse sentido, poderão constituir ambientes educativos:

I – salas de aula e espaços de aprendizagem flexíveis;

II – bibliotecas;

III – salas de recursos e ambientes de apoio à inclusão;

IV – salas multiuso;

V – laboratórios e espaços de experimentação científica e tecnológica;

VI – espaços destinados às artes, música, teatro e outras linguagens culturais;

VII – quadras, pátios e demais espaços para práticas corporais, esportivas e recreativas;

VIII – hortas, jardins, áreas verdes e espaços de educação ambiental;

IX – espaços de convivência e acolhimento;

X – espaços comunitários, culturais, esportivos, ambientais e públicos existentes no território.

A utilização dos espaços externos à escola deverá ocorrer de forma planejada, segura e articulada ao Projeto Político-Pedagógico, observando as condições de acessibilidade, transporte, acompanhamento dos estudantes e demais requisitos necessários à garantia de seus direitos.

Considerando as características de Acajutiba, incluindo a existência de unidades escolares na sede e na zona rural, a política deverá estimular o reconhecimento dos diferentes territórios como fontes de conhecimentos, experiências, culturas, memórias, saberes comunitários e possibilidades educativas. Dessa forma, praças, equipamentos esportivos e culturais, espaços comunitários, áreas de interesse ambiental, espaços de produção e outros locais existentes no território poderão ser utilizados como extensões pedagógicas da escola, mediante

planejamento, articulação institucional e garantia das condições de segurança e acompanhamento.

20.5 MOBILIÁRIO, EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PEDAGÓGICOS

A SEDUC deverá assegurar, de forma progressiva e conforme as necessidades identificadas, mobiliário, equipamentos e materiais pedagógicos adequados ao desenvolvimento das experiências educativas previstas na Educação Integral em Tempo Integral.

Os recursos deverão considerar as especificidades das diferentes etapas e modalidades e contemplar, entre outros:

I – mobiliário escolar adequado às diferentes faixas etárias e às necessidades dos estudantes;

II – materiais de apoio à alfabetização, leitura, escrita e matemática;

III – jogos e materiais para desenvolvimento do raciocínio lógico, criatividade, cooperação e resolução de problemas;

IV – livros literários, obras de referência, materiais paradidáticos e demais recursos para leitura e pesquisa;

V – materiais para artes visuais, música, teatro, dança e outras linguagens artísticas;

VI – equipamentos e materiais esportivos e recreativos;

VII – materiais para experiências científicas e atividades de investigação;

VIII – recursos para educação ambiental e práticas de sustentabilidade;

IX – materiais específicos para atividades de cultura digital e tecnologia;

X – materiais acessíveis e recursos de tecnologia assistiva;

XI – equipamentos audiovisuais e outros recursos necessários às práticas pedagógicas;

XII – materiais para oficinas, projetos integradores e demais experiências previstas nos Projetos Político-Pedagógicos.

A seleção dos recursos pedagógicos deverá considerar sua qualidade, pertinência curricular, diversidade cultural, acessibilidade, durabilidade, potencial pedagógico e adequação às características dos estudantes e do território.

Deverá ser assegurada especial atenção à disponibilidade de materiais que representem a diversidade étnico-racial, cultural e social brasileira e local, contribuindo

para a valorização das identidades, para o pertencimento e para a educação antirracista.

20.6 TECNOLOGIA, CONECTIVIDADE E CULTURA DIGITAL

A infraestrutura tecnológica constitui elemento de apoio à implementação da Educação Integral em Tempo Integral e deverá estar articulada às práticas pedagógicas e aos objetivos curriculares da Rede Municipal.

A Política deverá promover a ampliação progressiva das condições de conectividade das unidades escolares, considerando:

I – acesso adequado à internet;

II – equipamentos tecnológicos compatíveis com as necessidades pedagógicas;

III – recursos audiovisuais e multimídia;

IV – equipamentos destinados à produção e utilização de conteúdos digitais;

V – recursos para pesquisa, comunicação e colaboração;

VI – tecnologias assistivas e recursos de acessibilidade digital;

VII – condições de segurança, armazenamento e manutenção dos equipamentos;

VIII – formação dos profissionais para utilização pedagógica das tecnologias.

A utilização das tecnologias deverá estar vinculada à intencionalidade pedagógica, à cultura digital, à pesquisa, à autoria, à produção de conhecimento, à resolução de problemas e à ampliação das oportunidades de aprendizagem, não constituindo finalidade isolada da Política.

20.7 MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO, SEGURANÇA E FUNCIONAMENTO DOS ESPAÇOS

A permanência ampliada dos estudantes exige uma política sistemática de manutenção e conservação das unidades escolares, de modo a garantir ambientes seguros, limpos, funcionais, acolhedores e adequados ao desenvolvimento das atividades durante toda a jornada.

A SEDUC, em articulação com os setores municipais responsáveis, deverá estabelecer mecanismos de manutenção preventiva e atendimento às demandas emergenciais das unidades escolares, contemplando, entre outros aspectos:

I – instalações elétricas e hidráulicas;

II – cobertura, telhados e calhas;

III – ventilação e condições térmicas;

IV – iluminação;

V – instalações sanitárias;

VI – mobiliário e equipamentos;

VII – quadras, pátios e demais áreas externas;

VIII – bibliotecas, salas de leitura, laboratórios e espaços multiuso;

IX – equipamentos tecnológicos;

X – condições de segurança e circulação;

XI – limpeza, higiene e conservação dos ambientes.

As unidades escolares deverão comunicar regularmente à SEDUC as necessidades de manutenção e conservação identificadas, cabendo à gestão municipal estabelecer prioridades de atendimento segundo critérios de segurança, urgência, impacto pedagógico, número de estudantes afetados e disponibilidade de recursos.

Deverão ser priorizadas ações preventivas capazes de reduzir interrupções das atividades escolares e evitar a deterioração dos espaços, equipamentos e materiais.

20.8 INFRAESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA DA JORNADA AMPLIADA

A organização dos espaços deverá estar articulada à organização curricular e à jornada escolar, de modo a evitar a fragmentação entre as atividades realizadas em diferentes períodos do dia.

A infraestrutura disponível deverá ser utilizada de maneira integrada para favorecer a articulação entre a Formação Geral Básica, as atividades diversificadas, os projetos, as práticas de recomposição e consolidação das aprendizagens, as experiências culturais, artísticas, esportivas, ambientais, tecnológicas e demais ações que integram a proposta de Educação Integral em Tempo Integral.

O planejamento das unidades escolares deverá considerar a capacidade e a finalidade pedagógica de cada ambiente, evitando a utilização inadequada ou excessivamente sobreposta dos espaços e assegurando condições para circulação, convivência, descanso, alimentação, higiene e desenvolvimento das atividades.

A organização dos ambientes deverá também considerar as necessidades de repouso e pausas ao longo da jornada, especialmente para crianças da Educação Infantil e para estudantes que necessitem de condições diferenciadas de acolhimento, autorregulação e bem-estar.

20.9 INFRAESTRUTURA, PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO E PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE

Os Projetos Político-Pedagógicos das unidades escolares deverão considerar as condições concretas de infraestrutura, os recursos disponíveis, as necessidades identificadas e as possibilidades de qualificação dos ambientes educativos.

A definição de prioridades de infraestrutura e aquisição de recursos pedagógicos deverá, sempre que possível, contar com a participação da gestão escolar, coordenação pedagógica, supervisores, profissionais da educação, estudantes, famílias e demais segmentos da comunidade escolar.

A participação deverá contribuir para:

I – identificar necessidades e barreiras existentes nos ambientes educativos;

II – definir prioridades de melhoria;

III – avaliar a utilização pedagógica dos espaços;

IV – identificar recursos necessários às práticas educativas;

V – acompanhar as condições de conservação e funcionamento;

VI – avaliar a adequação dos espaços às necessidades dos estudantes;

VII – propor soluções que considerem as características e potencialidades do território.

A infraestrutura, portanto, deverá ser compreendida como dimensão pedagógica da Política e não apenas como componente físico ou administrativo da rede de ensino.

20.10 PLANEJAMENTO DAS NECESSIDADES E PRIORIDADES DE INVESTIMENTO

A SEDUC deverá manter diagnóstico atualizado das condições de infraestrutura, ambientes educativos, equipamentos, conectividade, mobiliário e recursos pedagógicos das unidades escolares, de modo a subsidiar o planejamento e a definição de prioridades.

O diagnóstico deverá considerar, sempre que possível:

I – condições físicas e funcionais dos prédios escolares;

II – quantidade e adequação dos ambientes disponíveis;

III – condições de acessibilidade;

IV – mobiliário e equipamentos;

V – recursos tecnológicos e conectividade;

VI – acervos literários e materiais pedagógicos;

VII – espaços esportivos, culturais, artísticos e de convivência;

VIII – condições de higiene, conforto e segurança;

IX – necessidades específicas dos estudantes;

X – necessidades diferenciadas das unidades localizadas na sede e na zona rural;

XI – demandas identificadas nos Projetos Político-Pedagógicos;

XII – necessidades decorrentes da ampliação ou reorganização da oferta educacional.

As informações produzidas deverão subsidiar o planejamento dos investimentos e a articulação da Política de Educação Integral em Tempo Integral com o Plano Plurianual – PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, a Lei Orçamentária Anual – LOA e os demais instrumentos de planejamento municipal.

A definição das prioridades deverá observar critérios de equidade, urgência, segurança, acessibilidade, impacto pedagógico, número de estudantes atendidos, vulnerabilidade territorial e capacidade de execução do Município.

20.11 COMPROMISSOS PARA A CONSOLIDAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DA EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL

A consolidação da Educação Integral em Tempo Integral em Acajutiba requer um processo permanente de adequação e qualificação da infraestrutura da Rede Municipal. Considerando que o Município já possui ampla oferta de jornada em tempo integral, o desafio consiste não apenas na expansão física, mas principalmente na melhoria progressiva das condições que sustentam a qualidade da oferta.

Nesse sentido, a Política Municipal estabelece como compromissos:

I – qualificar progressivamente os espaços escolares existentes;

II – reduzir desigualdades de infraestrutura entre as unidades escolares, considerando suas necessidades específicas;

III – ampliar as condições de acessibilidade e inclusão;

IV – garantir ambientes seguros, higienizados, confortáveis e acolhedores;

V – ampliar e diversificar os espaços destinados às experiências educativas;

VI – fortalecer bibliotecas, salas de leitura, laboratórios, espaços tecnológicos, artísticos, culturais, esportivos e de convivência;

VII – ampliar progressivamente o acesso a equipamentos tecnológicos e conectividade;

VIII – assegurar materiais pedagógicos diversificados, acessíveis e adequados às diferentes práticas educativas;

IX – fortalecer a manutenção preventiva e a conservação dos prédios e equipamentos;

X – articular infraestrutura e recursos pedagógicos às necessidades curriculares e aos Projetos Político-Pedagógicos;

XI – reconhecer e utilizar o território como espaço educativo;

XII – assegurar a participação da comunidade escolar na identificação de necessidades e no acompanhamento das condições dos ambientes;

XIII – integrar o planejamento da infraestrutura aos instrumentos de planejamento e financiamento da política educacional municipal;

XIV – monitorar periodicamente as condições de infraestrutura, ambientes educativos e recursos pedagógicos, utilizando os resultados para orientar decisões, investimentos e ações de melhoria.

A infraestrutura da Educação Integral em Tempo Integral deverá, portanto, ser compreendida como condição para a efetivação do direito à educação com qualidade social. Em Acajutiba, a qualificação dos espaços escolares deverá acompanhar a concepção de formação integral assumida por esta Política, assegurando que o tempo ampliado seja vivenciado em ambientes que favoreçam a aprendizagem, a convivência, a inclusão, o protagonismo, a criatividade, o cuidado, a participação e o desenvolvimento integral dos estudantes.

21 ALIMENTAÇÃO ESCOLAR E CONDIÇÕES DE PERMANÊNCIA

A alimentação escolar constitui um elemento fundamental para a Política de Educação Integral em Tempo Integral, considerando que a ampliação da jornada escolar exige condições adequadas para que os estudantes permaneçam na escola com saúde, segurança, bem-estar e disposição para participar das atividades pedagógicas, culturais, esportivas e de convivência. Nesse sentido, a Resolução N° 02/2023 - CME, já aprovada pelo município, ao tratar da organização da escola de tempo integral, estabelece em seu Artigo 8º, § 5º:

> Os espaços e períodos destinados à alimentação de todos os envolvidos na unidade escolar devem ser previstos, planejados e organizados pela escola de tempo integral como um momento para a formação de hábitos alimentares saudáveis, de higiene, boas maneiras, valores e, acima de tudo, de socialização e interação entre todos (ACAJUTIBA, 2023, p. 6).

No município de Acajutiba, a oferta da alimentação escolar acontece considerando as necessidades dos estudantes atendidos em jornada ampliada, garantindo refeições adequadas, equilibradas, variadas e em quantidade suficiente ao longo do período de permanência na unidade escolar. A presente Política reconhece essas ações como parte da organização atual da rede e estabelece, também, diretrizes para sua continuidade, qualificação e aprimoramento ao longo da implementação da Educação Integral em Tempo Integral.

Nesse contexto, destacam-se como condições necessárias para a oferta atual e como compromissos para a implementação e o aprimoramento progressivo da Política:

I - Oferta regular de alimentação escolar durante a jornada ampliada: na Educação Infantil em Tempo Integral, são atendidos aproximadamente 798 estudantes, com oferta estimada de 2.394 refeições diariamente, correspondendo, em média, a três momentos de alimentação por estudante. Nos Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental em Tempo Integral, são aproximadamente 1.497 estudantes, com cerca de 4.491 refeições diariamente, também considerando três momentos de alimentação. As refeições contemplam preparações variadas, adequadas às diferentes faixas etárias, incluindo frutas, cereais, arroz, feijão, carnes, frango, ovos, leite e derivados, verduras, legumes e preparações regionais.

Na Educação Infantil, a oferta considera ainda aspectos relacionados ao desenvolvimento, consistência, apresentação, autonomia e aceitação dos alimentos. A alimentação escolar contempla também a EJA/EPJAI, com aproximadamente 1.288

estudantes, sendo ofertada uma refeição diária por aluno, considerando as características dessa modalidade.

Assim, em 2026 a rede municipal atende aproximadamente 3.583 estudantes, com uma oferta estimada de 8.173 refeições diariamente. A oferta da alimentação deverá assegurar o planejamento prévio da quantidade e observando as necessidades específicas de cada etapa e modalidade.

II - Planejamento dos cardápios de acordo com as necessidades nutricionais e as diferentes faixas etárias: os cardápios são elaborados semanalmente pela equipe técnica de nutricionistas do PNAE, sob acompanhamento da Nutricionista Responsável Técnica (RT) e Coordenadora da Alimentação Escolar. O planejamento considera faixa etária, necessidades nutricionais, tempo de permanência, hábitos e cultura alimentar local, sazonalidade, disponibilidade dos gêneros, variedade, aceitação e capacidade de execução das cozinhas. A elaboração semanal está também relacionada à logística de distribuição, uma vez que hortifrutícolas, alimentos secos, gêneros perecíveis e carnes são distribuídos semanalmente às unidades. São priorizados alimentos *in natura* e minimamente processados, valorizando frutas, verduras, legumes, cereais, leguminosas, fontes de proteínas e preparações regionais. Como parte da qualificação progressiva da alimentação escolar, vem sendo realizada a redução gradual da utilização de açúcar, especialmente na Educação Infantil, buscando favorecer a formação do paladar e de hábitos alimentares mais saudáveis desde a primeira infância, de forma progressiva e considerando a adaptação e aceitação das crianças. Como perspectiva futura, deverá ser mantido o aperfeiçoamento dos cardápios, com acompanhamento sistemático da aceitação, das necessidades das diferentes faixas etárias e das condições de execução nas unidades escolares.

III - Organização e acompanhamento técnico da alimentação escolar: o município conta com uma Nutricionista Responsável Técnica (RT), que também exerce a Coordenação da Alimentação Escolar, e três nutricionistas do Quadro Técnico (QT). A equipe organiza-se por modalidades de ensino, com nutricionista responsável pelo acompanhamento da Educação Infantil, outro pelos Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental e outro pela EPJAI/EJA, todos sob acompanhamento direto da RT. Entre as atribuições estão o acompanhamento da execução dos cardápios, ações de educação alimentar e nutricional, visitas técnicas, orientações às equipes e verificação das condições higiênico-sanitárias e das boas práticas nas

cozinhas escolares. No processo de implementação da Política, será buscado o fortalecimento contínuo desse acompanhamento técnico, articulando planejamento, monitoramento, orientação às equipes e identificação de necessidades de melhoria.

IV - Respeito às necessidades alimentares específicas dos estudantes: são consideradas restrições, alergias, intolerâncias e demais condições que demandem alimentação diferenciada, mediante avaliação e adequação conforme as informações e orientações técnicas pertinentes. A rede deverá fortalecer os fluxos de identificação, registro, comunicação e acompanhamento dessas necessidades, de modo a assegurar atendimento adequado aos estudantes durante toda a jornada ampliada.

V - Utilização prioritária de alimentos *in natura* ou minimamente processados, valorizando hábitos alimentares saudáveis, a diversidade e a qualidade nutricional das preparações. Como perspectiva de continuidade, essa diretriz deverá ser progressivamente consolidada nos cardápios e nas ações de Educação Alimentar e Nutricional, respeitando as características das diferentes etapas e modalidades de ensino.

VI - Valorização da agricultura familiar e dos alimentos produzidos localmente, sempre que possível, fortalecendo a economia local e a cultura alimentar regional. Ao longo da implementação da Política, pretende-se fortalecer essa articulação, ampliando, dentro das possibilidades de aquisição e planejamento da alimentação escolar, a valorização dos produtos locais e das preparações que dialoguem com a cultura alimentar do município e da região.

VII - Garantia de condições adequadas para armazenamento, preparo, distribuição e consumo dos alimentos, com acompanhamento técnico das condições higiênico-sanitárias e orientação das equipes responsáveis pela alimentação escolar. Como compromisso futuro, deverão ser identificadas e priorizadas necessidades de adequação das condições físicas, dos equipamentos, dos procedimentos e das rotinas de trabalho, de acordo com as necessidades observadas pela equipe técnica e pelas unidades escolares.

VIII - Ambientes apropriados e acolhedores para as refeições, compreendendo o momento da alimentação como espaço de convivência, socialização, autonomia, higiene, boas maneiras e formação de hábitos alimentares saudáveis. Na Educação Integral em Tempo Integral, deverá ser fortalecida a compreensão da refeição como parte da experiência educativa, com organização dos espaços e dos tempos de alimentação de maneira compatível com a faixa etária e com a jornada ampliada.

IX - Ações de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) articuladas às práticas pedagógicas: as nutricionistas desenvolvem ações adequadas às diferentes faixas etárias, utilizando metodologias lúdicas, participativas e experiências práticas, como degustação e experimentação de alimentos, atividades sensoriais, incentivo ao consumo de frutas, verduras e legumes, valorização dos alimentos regionais e exploração de cores, sabores, aromas e texturas. Destacam-se projetos de EAN desenvolvidos na Educação Infantil, com atividades lúdicas e sensoriais voltadas à aproximação das crianças com os alimentos e ao estímulo à aceitação de frutas, legumes e verduras. Também são realizadas orientações a professores, cuidadores, gestores e equipes escolares sobre alimentação saudável, seletividade alimentar, necessidades alimentares específicas, boas práticas de manipulação, higiene, segurança dos alimentos, organização das cozinhas, execução dos cardápios e estratégias de incentivo ao consumo de alimentos saudáveis. Dessa forma, a refeição constitui também uma oportunidade de aprendizagem, cuidado, autonomia, convivência e desenvolvimento integral. Como perspectiva futura, as ações de EAN deverão ser ampliadas e articuladas de forma progressiva ao planejamento pedagógico das unidades, fortalecendo a participação dos estudantes e das equipes escolares e favorecendo a continuidade das aprendizagens relacionadas à alimentação saudável.

X - Acompanhamento da frequência e das condições de permanência dos estudantes, identificando situações que possam comprometer sua participação na jornada ampliada. Esse acompanhamento deverá contribuir para a identificação de barreiras à permanência e para o encaminhamento das situações que demandem atenção, considerando a alimentação como uma das condições necessárias para a participação plena dos estudantes na jornada escolar.

XI - Articulação entre educação, saúde e assistência social, quando necessário, para assegurar a proteção integral, a segurança alimentar e nutricional e o direito à educação. Essa articulação deverá ser fortalecida sempre que as necessidades identificadas ultrapassarem a atuação isolada da unidade escolar, respeitando os fluxos institucionais e as responsabilidades de cada área.

Dessa forma, a alimentação escolar é compreendida não apenas como fornecimento de refeições, mas como condição estruturante da Educação Integral em Tempo Integral, contribuindo para a permanência, a saúde, a aprendizagem, a convivência e a formação de hábitos alimentares saudáveis. Sua efetivação deve

estar articulada ao planejamento da jornada ampliada, à infraestrutura das unidades escolares, aos recursos humanos, à formação das equipes e às ações pedagógicas, assegurando qualidade, cuidado, segurança alimentar, equidade e condições favoráveis ao desenvolvimento integral dos estudantes.

A alimentação escolar deverá ser acompanhada de forma contínua pelas áreas responsáveis, considerando os registros e informações disponíveis na rede, a execução dos cardápios, as condições das unidades escolares, as necessidades alimentares específicas e as ações de EAN. O acompanhamento deverá subsidiar os processos de planejamento e revisão das ações, permitindo que as prioridades sejam atualizadas conforme as necessidades identificadas no decorrer da implementação da Política.

A Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral reconhece, portanto, as ações já desenvolvidas no município e estabelece uma perspectiva de continuidade, aprimoramento e expansão dessas práticas. Sua ampliação deverá ocorrer de forma progressiva, considerando as condições da rede, as necessidades dos estudantes e a capacidade de planejamento e execução do município.

Dessa maneira, a alimentação escolar será tratada como uma dimensão permanente da Educação Integral em Tempo Integral, com ações voltadas não apenas às condições presentes, mas também à construção de uma oferta cada vez mais qualificada, equitativa e adequada às necessidades da rede municipal.

Quadro 7 – Exemplo de cardápio semanal

PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE CARDÁPIO: **Berçário** FAIXA ETÁRIA: **06 meses – 01 ano** TEMPO INTEGRAL					
Turno	**2ª feira**	**3ª feira**	**4ª feira**	**5ª feira**	**6ª feira**
Lanche da manhã 9h	Mingau (fórmula) sem açúcar	Melancia	Banana da terra cozida e cortada	Maçã raspada	Batata doce amassada com sardinha
Almoço 12h	Feijão, frango e legumes	Macarronada com frango, feijão e salada	Feijão, arroz, carne cozida com legumes	Feijão, arroz e frango com legumes	Feijão, arroz, frango desfiado com salada

160

Lanche da tarde 15h	Banana com aveia	Laranja	Sopa (papinha amassada)	Torta de legumes	Banana com aveia
CARDÁPIO - **Creche** FAIXA ETÁRIA **– 01 a 03 anos** TEMPO INTEGRAL					
Turno	**2ª feira**	**3ª feira**	**4ª feira**	**5ª feira**	**6ª feira**
Lanche da manhã 9h	Mingau de multigrãos sem açúcar	Cuscuz com leite	Mingau de Maisena com cacau	Suco com biscoito	Cuscuz com sardinha
Almoço 12h	Ovo cozido temperado, arroz e legumes	Macarronada com frango, feijão e salada	Feijão, arroz, carne cozida com legumes	Feijão, arroz e frango com legumes	Feijão, arroz, frango assado e salada
Lanche da tarde 15h	Suco com biscoito	Fruta	Sopa com legumes	Torta de legumes	Vitamina de banana, aveia e cacau
CARDÁPIO - **CMEI** FAIXA ETÁRIA **– 04 a 05 anos** TEMPO INTEGRAL					
Turno	**2ª feira**	**3ª feira**	**4ª feira**	**5ª feira**	**6ª feira**
Lanche da manhã 9h	Mingau de Maisena com cacau	Cuscuz com calabresa	Arroz doce	Suco com biscoito	Cuscuz com sardinha
Almoço 12h	Ovo cozido temperado, arroz e legumes	Macarronada com frango, feijão e salada	Feijão tropeiro, arroz com cenoura e salada crua	Feijão, arroz e frango com legumes	Feijão, arroz, frango assado e salada
Lanche da tarde 15h	Suco com biscoito	Fruta	Sopa com legumes	Torta salgada	Vitamina de banana, aveia e cacau
CARDÁPIO **– Fundamental Anos Iniciais e Finais** FAIXA ETÁRIA **– 06 a 14 anos** TEMPO INTEGRAL					
Turno	**2ª feira**	**3ª feira**	**4ª feira**	**5ª feira**	**6ª feira**
Lanche da manhã 9h	Vitamina de banana, com aveia	Arroz doce	Achocolatado com biscoito	Cuscuz com manteiga	Mungunzá
Almoço 12h	Arroz, feijão, ovos e salada	Macarrão, feijão e frango cozido	Arroz, feijão e estrogonofe de frango	Arroz, feijão tropeiro e salada	Arroz com cenoura ralada, feijão e

				tipo vinagrete	frango cozido
Lanche da tarde 15h	Suco de fruta com pipoca	Sopa de legumes com frango	Fruta	Mingau de chocolate	Suco de fruta com biscoito

Fonte: Elaboração própria (2026).

Cardápio sujeito à alteração de acordo com disponibilidade de produtos em estoque e estação.

22 FINANCIAMENTO DA POLÍTICA

O financiamento constitui condição estruturante para a implementação, consolidação e sustentabilidade da Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral de Acajutiba-BA. A garantia da ampliação qualificada da jornada escolar e da formação integral dos estudantes requer planejamento, previsão orçamentária, articulação entre diferentes fontes de recursos e aplicação responsável, transparente e equitativa dos recursos públicos, considerando as necessidades da rede municipal, as especificidades dos territórios e as condições de oferta das unidades escolares.

22.1 DIRETRIZ GERAL DE FINANCIAMENTO

O financiamento da Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral será realizado de forma integrada ao planejamento orçamentário do Município de Acajutiba, observando o Plano Plurianual – PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, a Lei Orçamentária Anual – LOA e as normas que disciplinam a manutenção e o desenvolvimento do ensino e a aplicação dos recursos vinculados à educação.

No planejamento municipal, a Educação Integral em Tempo Integral está inserida no Programa 005 – “Educar e Transformar em Tempo Integral”, previsto no PPA 2026–2029, contemplado na LOA do exercício de 2026 e mantido entre as prioridades estabelecidas pela LDO para o exercício de 2027. Essa inserção reconhece a Educação Integral em Tempo Integral como eixo estruturante da política educacional do Município e assegura base programática para a previsão de despesas de manutenção, desenvolvimento, infraestrutura e qualificação da oferta educacional.

Desde 2023, a Rede Pública Municipal de Ensino de Acajutiba mantém em tempo integral a totalidade das matrículas regulares da Educação Infantil e do Ensino

Fundamental. Em razão dessa realidade, o financiamento da Política não se destina apenas à abertura de novas matrículas ou ao aumento formal da jornada. Sua finalidade principal é assegurar a continuidade e a qualidade da oferta existente, com condições adequadas de pessoal, alimentação escolar, transporte, infraestrutura, materiais pedagógicos, acessibilidade, Atendimento Educacional Especializado – AEE, formação dos profissionais, acompanhamento pedagógico e funcionamento das unidades durante todo o dia.

A manutenção de uma rede integral exige planejamento financeiro contínuo, pois a ampliação da permanência dos estudantes produz despesas permanentes e interdependentes. Não é suficiente assegurar recursos para uma atividade isolada ou para determinado período da jornada. O orçamento deve considerar o funcionamento da escola em sua totalidade, desde a recepção dos estudantes até o encerramento das atividades diárias, incluindo os tempos destinados às aprendizagens, à alimentação, à higiene, ao descanso, à convivência, às práticas corporais, à cultura, à ciência, à tecnologia e às demais experiências previstas no currículo.

A ampliação ou o aperfeiçoamento da oferta deverá ser planejado sem comprometer as despesas necessárias à sua manutenção. Conforme estabelecido na LDO municipal, as atividades de manutenção dos serviços existentes terão precedência sobre a criação de novas despesas, e os investimentos deverão considerar a continuidade dos projetos em andamento, as necessidades de conservação do patrimônio público, a viabilidade técnica e financeira e os custos futuros decorrentes de sua execução.

22.2 FONTES DE FINANCIAMENTO

A Política será financiada por recursos vinculados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, transferências constitucionais e legais, recursos do Fundeb, programas suplementares da União e do Estado, recursos próprios do Município e outras fontes admitidas pela legislação.

Quadro 8 – Função das fontes de financiamento

FONTE	FUNÇÃO NO FINANCIAMENTO DA POLÍTICA

Recursos próprios vinculados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino	Financiar despesas admitidas pelo art. 70 da LDB e assegurar contrapartida estável para pessoal, manutenção, materiais e serviços permanentes.
Fundeb e complementações VAAF, VAAT e VAAR	Remunerar profissionais e financiar demais ações de manutenção e desenvolvimento do ensino, observando vinculações, subvinculações, ponderações, registros e controle social.
Programa Escola em Tempo Integral	Apoiar criação e expansão de matrículas pactuadas, em conta específica e nas despesas admitidas pela Lei nº 14.640 de 2023 e normas do FNDE.
PNAE	Custear alimentação escolar conforme número de estudantes, jornada, cardápios, necessidades alimentares específicas e regras próprias do Programa.
PNATE e recursos próprios de transporte	Apoiar transporte dos estudantes residentes em áreas rurais e complementar os custos de rotas, veículos, segurança, acessibilidade e operação.
PDDE e ações agregadas	Apoiar pequenas despesas, melhoria do ambiente escolar e projetos elegíveis, respeitando plano de aplicação, conselho escolar e prestação de contas.
PAR transferências voluntárias e emendas	Financiar objetos definidos como obras, equipamentos, veículos, mobiliário, tecnologia e formação, sem criar obrigação permanente sem fonte futura.
Convênios e parcerias legalmente admitidas	Complementar ações específicas com objeto, metas, responsabilidades e controle, sem cobrança às famílias e sem substituir o financiamento público essencial.

Fonte: elaboração própria (2026).

22.3 APLICAÇÃO DO FUNDEB NA EDUCAÇÃO INTEGRAL EM TEMPO INTEGRAL

Os recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb constituem uma das principais fontes de sustentação da Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral. Sua aplicação será integrada ao planejamento orçamentário municipal, em consonância com o PPA, a LDO, a LOA, o número de matrículas, as necessidades da Rede Pública Municipal de Ensino e as normas relativas à manutenção e ao desenvolvimento da Educação Básica.

A programação desses recursos deverá contribuir para a continuidade e a qualificação da jornada integral, contemplando a remuneração e a valorização dos profissionais da educação, a manutenção das unidades escolares, a aquisição de materiais e equipamentos, a formação continuada, a acessibilidade, o Atendimento Educacional Especializado, a conservação e a adequação dos espaços e as demais

despesas legalmente admitidas. A aplicação considerará que o funcionamento da escola em tempo integral exige condições permanentes durante todo o dia letivo, não se limitando ao financiamento de atividades complementares ou de apenas uma parte da jornada.

No planejamento de cada exercício, serão identificadas as despesas financiadas pela contribuição regular ao Fundeb e pelas complementações da União, inclusive VAAF, VAAT e VAAR, quando recebidas pelo Município. A utilização de cada complementação observará sua finalidade e suas vinculações específicas, mantendo-se a necessária correspondência entre a origem dos recursos, as despesas realizadas e as ações educacionais financiadas.

Serão igualmente observadas as vinculações referentes à remuneração dos profissionais da educação, às despesas de capital, à Educação Infantil e às demais aplicações obrigatórias definidas na legislação. O acompanhamento da execução deverá permitir a verificação dos percentuais legais ao longo do exercício, possibilitando a adoção de ajustes sempre que forem identificados riscos de insuficiência, baixa execução ou utilização incompatível com a finalidade dos recursos.

Nos termos da Resolução nº 23, de 17 de março de 2026, o Município observará, a partir do exercício de 2026, a aplicação anual mínima de quatro por cento dos recursos recebidos do Fundeb, incluídas as complementações VAAF, VAAT e VAAR, na criação de matrículas em tempo integral, enquanto essa obrigação for juridicamente exigível e até o atingimento das metas do Plano Nacional de Educação.

A criação de novas matrículas deverá estar associada à existência de condições pedagógicas, administrativas, financeiras e estruturais que assegurem atendimento adequado e sustentável e sua incidência sobre a Rede Municipal considerará as matrículas declaradas no Censo Escolar, as metas educacionais, os critérios estabelecidos pelo Ministério da Educação e pelo FNDE e a situação do Município em relação à oferta da Educação Integral em Tempo Integral.

As despesas relacionadas à Educação Integral em Tempo Integral serão registradas nos sistemas oficiais de acompanhamento orçamentário e financeiro, especialmente no Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação – SIOPE. Os registros deverão favorecer a identificação da fonte de recurso, da ação orçamentária, da natureza da despesa e da finalidade educacional correspondente.

O acompanhamento da aplicação do Fundeb considerará a evolução das receitas, as despesas empenhadas, liquidadas e pagas, os percentuais legais, os saldos por fonte e as necessidades de manutenção da Rede. A identificação de alterações relevantes na arrecadação ou na execução poderá resultar na reprogramação das despesas, resguardados o cumprimento das vinculações legais, a remuneração dos profissionais e a continuidade dos serviços essenciais da jornada integral.

As informações referentes à participação do Fundeb no financiamento da Política integrarão os instrumentos regulares de acompanhamento, transparência e prestação de contas da educação municipal. Sua apresentação observará as competências dos órgãos responsáveis e dos conselhos de acompanhamento e controle social, possibilitando a análise das receitas, das despesas, dos percentuais de aplicação, dos investimentos realizados, dos saldos existentes e das condições de oferta asseguradas à Rede Pública Municipal de Ensino.

22.4 ESTRUTURA DE CUSTOS DA JORNADA INTEGRAL

A estrutura de custos da jornada escolar em tempo integral compreende um conjunto de despesas necessárias à garantia das condições de funcionamento, permanência, aprendizagem e desenvolvimento integral dos estudantes. Nesse sentido, os grupos de custeio apresentados no Quadro 5 organizam as principais categorias de despesas relacionadas à implementação e à manutenção da oferta em tempo integral, considerando as necessidades pedagógicas, administrativas, de infraestrutura, alimentação, materiais, equipamentos e demais condições indispensáveis ao desenvolvimento da política. A definição e a priorização dessas despesas deverão observar o planejamento da rede, o diagnóstico das unidades escolares, as necessidades dos estudantes e as disponibilidades orçamentárias e financeiras do Município, em consonância com a legislação vigente.

Quadro 9 – Despesas dos grupos de custeio

GRUPO DE CUSTO	PRINCIPAIS DESPESAS
Pessoal	Remuneração, encargos e demais despesas legalmente admitidas com professores, gestores, coordenadores, supervisores, facilitadores e demais profissionais necessários à jornada.
Alimentação escolar	Gêneros alimentícios, armazenamento, equipamentos, utensílios, gás, condições das cozinhas, higiene e apoio à preparação e distribuição das refeições.
Transporte escolar	Combustível, manutenção, contratação de serviços, rotas, monitoramento, segurança e adequação do atendimento aos estudantes do campo.
Manutenção e funcionamento	Água, energia, conectividade, materiais de consumo, limpeza, conservação, pequenos reparos, segurança e serviços necessários ao funcionamento diário.
Recursos pedagógicos	Livros, jogos, materiais esportivos, artísticos, científicos, tecnológicos e demais recursos utilizados na formação geral e nas atividades diversificadas.
Inclusão e acessibilidade	Recursos para o AEE, tecnologia assistiva, materiais acessíveis, adaptações físicas e apoios necessários à participação dos estudantes.
Formação dos profissionais	Formação continuada, acompanhamento pedagógico, estudos, planejamento coletivo e desenvolvimento institucional.
Infraestrutura e equipamentos	Construção, reforma, ampliação, climatização, mobiliário, cozinhas, refeitórios, banheiros, áreas de descanso, bibliotecas, quadras, parques e equipamentos permanentes.
Gestão, acompanhamento e controle social	Sistemas de informação, produção de dados, funcionamento dos conselhos, divulgação de informações e elaboração das prestações de contas.

Fonte: elaboração própria (2026).

22.5 TRANSPARÊNCIA E PRESTAÇÃO DE CONTAS

O financiamento da Educação Integral em Tempo Integral integra o orçamento geral da educação municipal e, por essa razão, submete-se aos mesmos mecanismos de transparência, acompanhamento e prestação de contas aplicáveis às demais políticas educacionais. Não se trata de instituir um sistema separado de controle, mas de assegurar que as despesas relacionadas à jornada integral possam ser reconhecidas nos instrumentos oficiais de planejamento e execução orçamentária.

A transparência será compreendida como a possibilidade de acompanhar o percurso dos recursos desde sua previsão no orçamento até sua efetiva utilização. Essa compreensão pressupõe distinguir a dotação autorizada, a receita arrecadada e

as diferentes etapas da despesa pública, de modo que os valores previstos não sejam apresentados como recursos necessariamente recebidos ou executados.

A prestação de contas da Política ocorrerá no conjunto das prestações de contas do Município e nos instrumentos específicos exigidos para cada fonte de financiamento. Os recursos do Fundeb, da alimentação escolar, do transporte escolar e de outros programas permanecerão submetidos às regras próprias de aplicação, registro e comprovação, sem duplicação de procedimentos ou criação de obrigações além das previstas na legislação.

O acompanhamento pelos conselhos municipais ocorrerá dentro das atribuições conferidas a cada colegiado. O CACS-Fundeb atuará em relação aos recursos do Fundo; o Conselho de Alimentação Escolar, quanto à alimentação escolar; e o Conselho Municipal de Educação, no acompanhamento das condições de oferta e do cumprimento das normas educacionais. Essa organização preserva as competências de cada instância e fortalece o controle social sem produzir sobreposição de funções.

Mais do que demonstrar o atendimento aos percentuais legais, a transparência deverá permitir a compreensão de como o financiamento contribui para a continuidade da Educação Integral em Tempo Integral. A leitura dos dados financeiros deverá considerar sua relação com as condições necessárias ao funcionamento da Rede, respeitando os limites das informações disponíveis e as condições orçamentárias, financeiras e administrativas do Município.

23 MONITORAMENTO, AVALIAÇÃO E INDICADORES

O monitoramento e a avaliação constituem dimensões permanentes da gestão da Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral, fundamentais para acompanhar sua implementação, verificar o alcance dos objetivos e identificar avanços, desafios, necessidades e oportunidades de aperfeiçoamento. Nesse sentido, o acompanhamento da Política será realizado de forma sistemática, participativa e orientada por evidências, considerando as diferentes etapas e modalidades de ensino, as especificidades dos territórios e das unidades escolares e as condições necessárias à garantia do acesso, da permanência, da participação, da aprendizagem e do desenvolvimento integral dos estudantes. A avaliação deverá contribuir para a tomada de decisões, o planejamento das ações, a definição de

prioridades e o aprimoramento contínuo da política pública, sem se limitar à análise de resultados educacionais, contemplando também as condições de oferta, a equidade e a qualidade social da educação.

23.1 FINALIDADE E ABORDAGEM AVALIATIVA

Monitorar e avaliar uma política pública significa acompanhar seu desenvolvimento, compreender como suas ações acontecem na prática e identificar em que medida os objetivos estabelecidos estão sendo alcançados. Na Educação Integral em Tempo Integral, esse processo é especialmente importante porque a qualidade da oferta não depende apenas da ampliação da jornada, mas da forma como os tempos, os espaços, os profissionais, o currículo e os serviços educacionais se articulam ao longo do dia.

O monitoramento corresponde ao acompanhamento contínuo da execução da Política. Por meio dele, torna-se possível observar o funcionamento das ações, as condições de atendimento, os recursos mobilizados e as dificuldades encontradas pelas unidades escolares. A avaliação, por sua vez, realiza uma análise mais ampla dessas informações, buscando compreender os avanços, os limites e os resultados da Política em determinados períodos. Embora possuam finalidades próprias, monitoramento e avaliação são processos complementares e devem contribuir para o planejamento e o aperfeiçoamento da oferta educacional.

Em Acajutiba, onde as matrículas regulares da Educação Infantil e do Ensino Fundamental são ofertadas em tempo integral desde 2023, o acompanhamento da Política assume uma característica particular. A questão central não se restringe à quantidade de matrículas registradas como integrais, mas alcança as condições concretas em que a jornada é desenvolvida nas diferentes unidades da Rede. Isso envolve compreender se os estudantes permanecem e participam das atividades ao longo do dia e se a ampliação do tempo escolar está acompanhada de experiências educativas diversificadas, integradas e adequadas às necessidades de cada etapa.

A análise da Política abrangerá, entre outros aspectos, a articulação entre a formação geral e as atividades diversificadas, o trabalho dos diferentes profissionais, a alimentação e o transporte escolar, os tempos de higiene, descanso e convivência, a acessibilidade, o Atendimento Educacional Especializado, a utilização dos espaços e dos recursos pedagógicos e o desenvolvimento dos estudantes. Dessa forma, a

matrícula em tempo integral constitui um indicador importante de acesso, mas não representa, isoladamente, a qualidade da oferta.

O acompanhamento combinará dados quantitativos e informações qualitativas, considerando registros escolares, indicadores educacionais, documentos institucionais, observações e a escuta dos sujeitos envolvidos. Os resultados do Saeb, do Ideb e das avaliações realizadas pela Rede serão analisados em conjunto com informações sobre participação, permanência, desenvolvimento, equidade, clima escolar e condições de funcionamento das unidades.

A avaliação terá caráter institucional e formativo, voltado à compreensão da Política e ao aperfeiçoamento das práticas de gestão e de atendimento. Não se confundirá com a avaliação individual da aprendizagem nem será utilizada como instrumento de responsabilização isolada de escolas ou profissionais. A interpretação dos resultados considerará as características das etapas atendidas, o território, o porte das unidades, o perfil dos estudantes, a infraestrutura e os recursos disponíveis, evitando comparações descontextualizadas e a produção de rankings entre as escolas.

O monitoramento e a avaliação integrarão a rotina de gestão da Política e produzirão evidências para decisão pedagógica, administrativa, financeira e normativa. O monitoramento verificará continuamente se ações e serviços estão sendo executados, para quem, em que condições e com quais recursos. A avaliação examinará, em momentos definidos, a pertinência, a qualidade, a equidade, a eficiência, a sustentabilidade e os resultados da Política. Ambos combinarão dados quantitativos, análise documental, observação e escuta dos sujeitos.

23.2 FONTES E QUALIDADE DOS DADOS

O monitoramento da Política utilizará, prioritariamente, informações já produzidas no funcionamento regular da Rede Pública Municipal de Ensino. A finalidade é reunir e analisar dados que permitam compreender as condições de oferta da Educação Integral em Tempo Integral, sem criar registros paralelos ou ampliar desnecessariamente as demandas administrativas das unidades escolares.

As fontes serão selecionadas de acordo com o aspecto analisado e com a disponibilidade das informações em cada período:

Quadro 10 – Fontes utilizadas para acompanhamento

Aspecto acompanhado	Principais fontes de informação
Matrícula e caracterização dos estudantes	Sistema de gestão escolar, fichas de matrícula, Censo Escolar e documentos da escrituração escolar.
Frequência, permanência e participação	Diários de classe, registros de frequência, registros das atividades diversificadas, Sistema Presença, quando aplicável, e informações da Busca Ativa Escolar.
Organização da jornada e do currículo	Matrizes curriculares, horários escolares, diários de classe, planos de ensino, registros das atividades diversificadas, Projeto Político-Pedagógico e plano de ação da unidade.
Aprendizagem e desenvolvimento	Avaliações realizadas pela Rede, registros e relatórios pedagógicos, resultados do Saeb, Ideb e outros indicadores educacionais oficiais. Na Educação Infantil, serão considerados os registros de acompanhamento do desenvolvimento, sem finalidade de promoção ou classificação.
Profissionais da educação	Cadastro funcional, folha de pagamento, lotação, registros de frequência e informações relativas à formação e à atuação profissional.
Alimentação escolar	Cardápios, quantitativos de refeições, registros de recebimento e distribuição dos gêneros alimentícios e demais documentos utilizados no acompanhamento do PNAE.
Transporte escolar	Rotas, relação de estudantes atendidos, registros dos veículos, quilometragem, ocorrências e documentos de acompanhamento do serviço.
Infraestrutura, acessibilidade e equipamentos	Levantamentos das unidades, inventários, registros de manutenção, relatórios de visita e informações sobre as condições dos espaços e equipamentos.
Financiamento	Instrumentos municipais de execução orçamentária e financeira, SIOPE, SIMEC e sistemas do FNDE, conforme a fonte e a finalidade dos recursos.
Gestão e participação social	Registros dos Conselhos Escolares, do Conselho Municipal de Educação, do CACS-Fundeb e do Conselho de Alimentação Escolar, além de reuniões, consultas, ouvidoria e outros espaços de participação.

Fonte: elaboração própria (2026).

A utilização dessas fontes não significa que todas serão consultadas para cada análise. Os dados serão escolhidos conforme o indicador, a finalidade do acompanhamento e a responsabilidade do setor que os produz. Sempre que possível, serão aproveitadas informações já consolidadas nos sistemas municipais e oficiais, evitando solicitações repetidas às escolas.

A qualidade dos dados será observada durante os processos regulares de registro, conferência e consolidação. Antes do envio ou da utilização das informações oficiais, poderão ser verificadas divergências entre matrícula, frequência, participação

nas atividades e documentos escolares, bem como ausências, duplicidades ou incompatibilidades de datas. As correções seguirão os procedimentos administrativos próprios de cada sistema e deverão preservar a identificação da informação ajustada e de sua origem.

Quando houver diferença entre sistemas ou documentos, será considerada a fonte oficial correspondente à informação analisada, após a conferência dos registros que lhe deram origem. Alterações em conceitos, fórmulas ou formas de coleta serão identificadas na apresentação dos resultados, principalmente quando interferirem na comparação entre períodos.

O tratamento das informações observará a legislação relativa à proteção de dados pessoais. Dados nominais serão utilizados apenas quando necessários ao acompanhamento educacional, à correção de registros ou à proteção do estudante, com acesso restrito aos profissionais e setores responsáveis. Informações destinadas à divulgação pública serão apresentadas, preferencialmente, de forma agregada, evitando a identificação de estudantes, famílias ou profissionais.

23.3 CICLO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Quadro 11 – Ciclo de monitoramento da avaliação e responsabilidades

Periodicidade	Atividade	Responsabilidade principal
Diário e semanal	Registro de presença, participação, refeições, transporte, ocorrências, ausência de profissional e interrupção de atividade.	Professor, facilitador, equipe gestora e demais serviços responsáveis.
Mensal	Conferência da jornada completa; análise de infrequência e saída antecipada; quadro de pessoal; alimentação; rotas; contratos e despesas críticas.	Unidade escolar e setores técnicos da SEDUC.
Trimestral	Painel municipal; validação de dados; análise de riscos; acompanhamento do plano de ação; relatórios de professores e facilitadores.	Coordenação da Política na SEDUC e setores responsáveis.
Semestral	Autoavaliação institucional; Conselho de Classe Participativo; pesquisa de clima e participação; revisão das medidas corretivas.	Escola, Conselho Escolar, estudantes e famílias.
Anual	Diagnóstico de qualidade e equidade; avaliação de metas; execução financeira; Seminário Anual; relatório ao CME e proposta de orçamento.	SEDUC, colegiados e comunidades escolares.
Bienal ou conforme o PME	Avaliação de tendência, revisão de metas e compatibilização da Política com o monitoramento do Plano Municipal de Educação.	Equipe Técnica de Monitoramento e Avaliação do PME, SEDUC e CME.

Fonte: elaboração própria (2026).

23.4 INDICADORES DE ACESSO PERMANÊNCIA E EQUIDADE

Quadro 12 – Matriz de indicadores de acesso, permanência e equidade

Indicador	Definição ou fórmula	Fonte	Período	Responsável
Manutenção da universalização das matrículas	Matrículas integrais nas etapas abrangidas dividido pelo total de matrículas dessas etapas vezes 100. O resultado deverá permanecer em 100 por cento, ressalvadas organizações legalmente diferenciadas.	Censo e Sistema de Gestão Escolar	Anual	SEDUC dados
Manutenção da universalização das unidades	Escolas com oferta integral dividido pelo total de escolas abrangidas vezes 100, distinguindo sede, campo, etapa e eventual oferta diferenciada.	Censo e cadastro	Anual	SEDUC dados
Índice de Paridade Demográfica	Participação de um grupo nas matrículas integrais dividida pela participação do mesmo grupo no conjunto de referência. Valor 1 indica paridade.	Censo e base municipal	Anual	SEDUC dados
Continuidade da matrícula integral	Estudantes elegíveis que permanecem na oferta integral no ano seguinte dividido pelo total de elegíveis vezes 100.	Sistema de Gestão Escolar e Censo	Anual	Escola e SEDUC
Frequência na jornada completa	Horas ou períodos frequentados dividido pelas horas ou períodos previstos, por estudante e turma.	Diários e registros	Mensal	Escola
Saída antecipada recorrente	Estudantes com saídas antecipadas acima do parâmetro municipal dividido pelo total de estudantes integrais vezes 100.	Portaria e Sistema de Gestão Escolar	Mensal	Escola
Participação no período ampliado	Presenças nas atividades complementares ou diversificadas dividido pelas presenças previstas vezes 100.	Diários das atividades	Mensal	Escola
Infrequência e busca ativa	Estudantes abaixo do parâmetro de frequência, com registro do motivo, contato, encaminhamento e situação do retorno.	Sistema de Gestão Escolar e busca ativa	Mensal	Escola e SEDUC
Fluxo escolar	Taxas de aprovação, reprovação, abandono e evasão, com série histórica e desagregações.	Censo e Sistema de Gestão Escolar	Anual	SEDUC pedagógica

Fonte: elaboração própria (2026).

23.5 INDICADORES DE CURRÍCULO, APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO

Quadro 13 – Matriz de indicadores de currículo, aprendizagem e desenvolvimento

Indicador	Definição ou método	Fonte	Período	Responsável
Planejamento integrado	Escolas com agenda mensal e registros de planejamento entre formação geral, atividades diversificadas, Educação Infantil e AEE dividido pelo total vezes 100.	Agendas e atas	Trimestral	SEDUC pedagógica
Regularidade das atividades	Atividades realizadas conforme matriz e calendário dividido pelas previstas vezes 100, com motivo das interrupções.	Diários e relatórios	Mensal	Escola
Aprendizagem no Ensino Fundamental	Progressão nas avaliações diagnósticas e formativas, analisada com contexto e sem uso isolado do resultado externo.	Avaliações e Saeb	Bimestral e anual	SEDUC pedagógica
Participação e autoria estudantil	Proporção de turmas com assembleias, projetos autorais, representação ou consulta e análise qualitativa das propostas encaminhadas.	Atas e projetos	Semestral	Escola
Clima pertencimento e bem-estar	Índice composto de pesquisa acessível sobre segurança, acolhimento, discriminação, convivência, cansaço e vínculo, complementado por ocorrências.	Pesquisa e registros	Semestral	Escola e SEDUC
Conselho de Classe Participativo	Escolas que realizam ao menos dois ciclos anuais com presença dos segmentos e plano de providências dividido pelo total vezes 100.	Atas e planos	Semestral	Escola

Fonte: elaboração própria (2026).

23.6 INDICADORES DE CONDIÇÕES DE OFERTA

Quadro 14 – Matriz de indicadores de condições de oferta

Indicador	Definição ou fórmula	Fonte	Período	Responsável
Rotatividade profissional	Desligamentos ou substituições no período dividido pelo número médio de profissionais vezes 100, por função e escola.	RH	Semestral	SEDUC RH
Formação específica	Profissionais que concluíram formação em Educação Integral em Tempo Integral e na função exercida dividido pelo total previsto vezes 100.	Registros de formação	Semestral	SEDUC pedagógica

Regularidade da alimentação	Dias com todas as refeições planejadas e adequadas servidas dividido pelos dias letivos vezes 100; registrar substituições e restrições.	Escola nutrição e CAE	Mensal	Alimentação escolar
Regularidade do transporte	Viagens realizadas conforme rota e horário dividido pelas viagens previstas vezes 100, com atrasos, falhas e lotação.	Controle de rotas	Mensal	Transporte escolar
Infraestrutura adequada	Percentual de itens essenciais classificados como adequados segundo inventário alinhado à Resolução CNE/CEB nº 4 de 2026.	Inventário e visita	Semestral	Infraestrutura
Continuidade de serviços essenciais	Dias sem interrupção de água, energia, alimentação, transporte, pessoal essencial ou atividade curricular dividido pelos dias letivos vezes 100.	Registros escolares	Mensal	SEDUC administrativa

Fonte: elaboração própria (2026).

23.7 INDICADORES DE GESTÃO, PARTICIPAÇÃO E FINANCIAMENTO

Quadro 15 – Matriz de indicadores de gestão, participação e financiamento

Indicador	Definição ou fórmula	Fonte	Período	Responsável
Funcionamento do Conselho Escolar	Escolas com composição regular, reuniões mensais, assembleias semestrais, quórum, atas, divulgação e acompanhamento das decisões dividido pelo total vezes 100.	Atas e cadastro	Semestral	Escola e SEDUC
Participação no PPP e no plano de ação	Escolas que comprovam participação dos segmentos na elaboração, revisão e acompanhamento do PPP e do plano de ação dividido pelo total vezes 100.	Atas PPP e planos	Anual	Escola e Conselho Escolar
Execução orçamentária	Despesa liquidada da Política dividida pela dotação atualizada vezes 100, por fonte, ação e escola.	Contabilidade e Siope	Bimestral	Financeiro
Execução financeira	Despesa paga dividida pela dotação atualizada vezes 100, com análise de restos a pagar e saldos.	Contabilidade	Bimestral	Financeiro
Aplicação vinculada do Fundeb	Valor elegível aplicado na criação de matrículas dividido pelo Fundeb recebido vezes 100, enquanto exigível o mínimo de quatro por cento.	Siope e Contabilidade	Bimestral e anual	Financeiro e CACS
Transparência no prazo	Relatórios e demonstrativos publicados no prazo dividido pelo total previsto vezes 100.	Portal e protocolo	Anual	SEDUC

Fonte: elaboração própria (2026).

23.8 SISTEMATIZAÇÃO DOS RESULTADOS E REVISÃO DA POLÍTICA

A sistematização dos resultados utilizará informações produzidas pelas escolas e pelos diferentes setores da educação durante suas atividades regulares. Registros de frequência, avaliações, relatórios pedagógicos, atas, planos de ação, informações administrativas e dados dos sistemas oficiais constituirão a base para a elaboração de uma visão geral sobre o desenvolvimento da Política.

As unidades escolares participarão desse processo por meio da avaliação de seus planos de ação, do Projeto Político-Pedagógico e das condições de realização da jornada integral. Não será necessária a produção de um novo relatório quando as informações já estiverem contempladas nos documentos utilizados pela escola. Quando necessário, poderão ser solicitadas complementações ou esclarecimentos sobre situações específicas.

A partir dessas informações, será elaborada uma síntese municipal do acompanhamento da Política, considerando, entre outros aspectos:

- manutenção da oferta em tempo integral;
- matrícula, frequência, permanência e participação dos estudantes;
- organização e integração da jornada;
- aprendizagem e desenvolvimento;
- atividades diversificadas;
- alimentação e transporte escolar;
- profissionais e formação continuada;
- infraestrutura, equipamentos e acessibilidade;
- Atendimento Educacional Especializado;
- participação da comunidade e funcionamento dos colegiados;
- financiamento e condições de execução; e
- principais avanços, dificuldades e necessidades identificadas.

A síntese apresentará os resultados de forma contextualizada, indicando as fontes utilizadas e eventuais limitações dos dados. Sua finalidade será apoiar o planejamento da Rede, a definição de prioridades e a adequação das ações, sem substituir os relatórios contábeis, financeiros, pedagógicos ou administrativos exigidos pela legislação.

Os resultados poderão ser discutidos nas reuniões de planejamento e gestão da Rede e apresentados aos órgãos colegiados nas matérias relacionadas às suas

competências. A divulgação pública ocorrerá por meio dos instrumentos e canais oficiais do Município, com informações agregadas e linguagem que favoreça sua compreensão, preservados os dados pessoais dos estudantes, das famílias e dos profissionais.

A revisão da Política não ocorrerá automaticamente a cada resultado ou dificuldade identificada. Ajustes operacionais poderão ser realizados no planejamento e nos planos de ação, sem alteração do texto da Política. A revisão do documento será considerada quando houver mudança relevante na legislação, na organização da Rede, nas etapas atendidas, no financiamento ou nas diretrizes curriculares, bem como quando o conjunto das avaliações indicar a necessidade de modificar seus objetivos, princípios ou mecanismos de implementação.

Sempre que possível, a revisão será articulada ao ciclo de acompanhamento do Plano Municipal de Educação e aos demais instrumentos de planejamento educacional do Município. As alterações considerarão os dados produzidos pela Rede, as condições administrativas e financeiras, as manifestações das comunidades escolares e as deliberações dos órgãos competentes.

24 DISPOSIÇÕES FINAIS

A Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral de Acajutiba-BA constitui instrumento permanente de orientação, organização, consolidação e aperfeiçoamento da oferta educacional em jornada de tempo integral no âmbito da Rede Pública Municipal de Ensino, devendo suas disposições orientar o planejamento, a gestão, as práticas pedagógicas, o financiamento, o acompanhamento e a avaliação das ações desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer e pelas unidades escolares.

Considerando que a Rede Pública Municipal de Ensino de Acajutiba já assegura a oferta em tempo integral à totalidade das matrículas regulares da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, a implementação desta Política terá como compromisso prioritário a manutenção da universalização alcançada e a qualificação permanente da oferta, assegurando que a jornada ampliada esteja efetivamente vinculada à concepção de Educação Integral e ao desenvolvimento dos estudantes em suas múltiplas dimensões.

A manutenção da universalização da Educação Integral em Tempo Integral deverá observar o direito de todos os estudantes ao acesso, à permanência, à participação, à aprendizagem e ao desenvolvimento integral, com equidade, inclusão e respeito às diversidades, considerando as especificidades das diferentes etapas, modalidades, unidades escolares, sujeitos e territórios que integram a Rede Municipal de Ensino.

A universalização da jornada em tempo integral não será compreendida como finalidade suficiente em si mesma, devendo estar acompanhada da garantia e do aperfeiçoamento contínuo das condições necessárias à qualidade social da educação, especialmente no que se refere ao currículo integrado, às práticas pedagógicas, à infraestrutura, à acessibilidade, à alimentação escolar, ao transporte, aos materiais e recursos pedagógicos, às tecnologias, à formação e valorização dos profissionais da educação, à gestão democrática, à articulação intersetorial e à participação da comunidade escolar.

As unidades escolares deverão adequar e manter atualizados seus Projetos Político-Pedagógicos, regimentos, planos de ação e demais instrumentos de planejamento e organização do trabalho pedagógico em consonância com os princípios, as finalidades, os objetivos e as diretrizes estabelecidos nesta Política, respeitadas suas especificidades e as características dos territórios e das comunidades atendidas.

A SEDUC deverá assegurar a articulação desta Política com o Plano Municipal de Educação, o Plano Plurianual – PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, a Lei Orçamentária Anual – LOA, o Referencial Curricular Municipal de Acajutiba – RCMA e os demais instrumentos de planejamento, financiamento, gestão e normatização da educação municipal, de modo a favorecer sua continuidade e sustentabilidade institucional, pedagógica e financeira.

A continuidade da oferta em tempo integral deverá constituir compromisso permanente da política educacional municipal, observadas as condições legais, administrativas, pedagógicas, orçamentárias e financeiras necessárias ao seu funcionamento, de modo a evitar descontinuidades que comprometam o direito dos estudantes e as conquistas educacionais consolidadas pela Rede Municipal de Ensino.

A implementação desta Política não deverá resultar na fragmentação da jornada escolar entre turno e contraturno, nem na simples justaposição de

componentes, oficinas, projetos ou atividades. Toda a jornada deverá constituir um percurso educativo integrado, articulado ao currículo, aos Projetos Político-Pedagógicos e às finalidades da Educação Integral em Tempo Integral, considerando os diferentes tempos, espaços, saberes, sujeitos e experiências educativas.

O acompanhamento e a avaliação da Política terão caráter permanente e deverão subsidiar o planejamento, a definição de prioridades e seu contínuo aperfeiçoamento, considerando não apenas a manutenção das matrículas em tempo integral, mas, sobretudo, as condições concretas de oferta, a equidade, a participação, as aprendizagens, o desenvolvimento integral dos estudantes e a qualidade social da educação. Essa formulação é coerente com o capítulo de monitoramento, que expressamente determina que, diante da universalização já alcançada, a análise não deve se restringir à quantidade de matrículas integrais, mas às condições concretas em que a jornada ocorre.

A Política poderá ser atualizada ou revisada sempre que alterações na legislação educacional, nos marcos normativos, nas condições da Rede Municipal de Ensino, nos instrumentos de planejamento municipal ou os resultados de seu monitoramento e avaliação indicarem essa necessidade, mediante processo institucional que assegure participação, fundamentação técnica e observância das competências dos órgãos do Sistema Municipal de Ensino. O documento já estabelece que a revisão deverá considerar evidências, resultados educacionais, condições de oferta, manifestações dos sujeitos envolvidos e alterações normativas.

As situações não previstas nesta Política serão analisadas pela SEDUC, no âmbito de suas competências, em articulação, quando necessário, com o Conselho Municipal de Educação e demais instâncias competentes do Sistema Municipal de Ensino, observada a legislação educacional vigente.

A SEDUC poderá expedir orientações, instruções e demais atos complementares necessários à implementação desta Política, respeitadas as competências do Conselho Municipal de Educação e dos demais órgãos do Sistema Municipal de Ensino.

Esta Política deverá ser amplamente divulgada entre as unidades escolares, profissionais da educação, estudantes, famílias, conselhos, órgãos públicos e demais segmentos da comunidade, favorecendo sua apropriação como referência para o planejamento, a participação social, o acompanhamento e a qualificação permanente da Educação Integral em Tempo Integral no Município.

A Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral de Acajutiba/BA entrará em vigor na forma estabelecida pelo ato normativo que a aprovar, devendo sua implementação, acompanhamento e aperfeiçoamento observar as disposições nela estabelecidas e a legislação educacional vigente.

REFERÊNCIAS

ACAJUTIBA. **Lei nº 01, de 2018.** Institui a educação em tempo integral no Município de Acajutiba. Acajutiba, BA, 2018.

ACAJUTIBA. **Lei Municipal nº 032, de 6 de janeiro de 2011**. Cria o Conselho Municipal de Educação do Município de Acajutiba e dá outras providências. Acajutiba, BA, 2011.

ACAJUTIBA. **Lei nº 033, de 6 de janeiro de 2011.** Disciplina a organização do Sistema Municipal de Ensino do Município de Acajutiba e dá outras providências. Acajutiba, BA, 2011.

ACAJUTIBA. **Lei Municipal nº 039/2015**. Aprova o Plano Municipal de Educação de Acajutiba. Acajutiba, BA, 2015.

ACAJUTIBA. **Lei Municipal nº 059, de 13 de setembro de 2022**. Dispõe sobre o processo de qualificação para o exercício das funções gratificadas de diretor e vice-diretor escolar das instituições de ensino mantidas pelo Sistema Municipal de Ensino e dá outras providências. Acajutiba, BA, 2022.

ACAJUTIBA. **Lei Municipal nº 064, de 10 de novembro de 2022**. Dispõe sobre a criação dos Conselhos Escolares no âmbito das escolas da Rede Pública Municipal de Ensino de Acajutiba. Acajutiba, BA, 2022.

ACAJUTIBA. **Lei Municipal nº 110/2025**. Prorroga a vigência do Plano Municipal de Educação de Acajutiba. Acajutiba, BA, 2025.

ACAJUTIBA. **Lei Municipal nº 112, de 12 de dezembro de 2025**. Estima a receita e fixa a despesa do orçamento anual do Município de Acajutiba para o exercício financeiro de 2026 e determina outras providências. Acajutiba, BA, 2025.

ACAJUTIBA. **Lei Municipal nº 118, de 18 de junho de 2026**. Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2027, na forma que indica, e dá outras providências. Acajutiba, BA, 2026.

ACAJUTIBA. Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer. **Portaria nº 03, de 3 de setembro de 2026**. Institui o Comitê Municipal de Governança da Política de Educação Integral em Tempo Integral de Acajutiba e dispõe sobre sua composição, competências e funcionamento. Acajutiba, BA, 2026.

ACAJUTIBA. **Lei Municipal nº 23, de 30 de março de 2010**. Cria o Conselho de Alimentação Escolar e dá outras providências. Acajutiba, BA, 2010.

ACAJUTIBA. **Plano Plurianual do Município de Acajutiba para o quadriênio 2026-2029**. Acajutiba, BA: Prefeitura Municipal, 2025.

ACAJUTIBA. Conselho Municipal de Educação. **Resolução CME nº 01, de 2025**. Acajutiba, BA, 2025.

ACAJUTIBA. Conselho Municipal de Educação. **Resolução CME nº 02, de 2023**. Acajutiba, BA, 2023.

ACAJUTIBA. Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer. **Referencial Curricular Municipal de Acajutiba – RCMA**. Acajutiba, BA: Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, 2020.

ACAJUTIBA. **Plano Municipal de Educação: chave democrática para uma educação de qualidade**. Acajutiba, BA: Prefeitura Municipal de Acajutiba; Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer, 2015.

ACAJUTIBA (BA). Conselho Municipal de Educação. **Resolução CME nº 01/2025, de 21 de março de 2025**. Estabelece alteração com inclusão normativa no Referencial Curricular Municipal de Acajutiba das matrizes curriculares em alinhamento com as diretrizes municipais de ensino em tempo integral. Acajutiba, 2025.

ACAJUTIBA. Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer. **Referencial Curricular Municipal de Acajutiba para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental**. Acajutiba, 2020.

AÇÃO EDUCATIVA; BRASIL. Ministério da Educação; ITAÚ SOCIAL; UNICEF. **Indicadores de Qualidade da Educação Infantil**. Versão 2026. Brasília, DF: UNICEF, 2026.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF, 1990.

BRASIL. **Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018**. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais. Brasília, DF, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 2.036, de 23 de novembro de 2023**. Define as diretrizes para a ampliação da jornada escolar em tempo integral na perspectiva da educação integral. Brasília, DF, 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Guia para a alocação e distribuição de matrículas em tempo integral com eficiência e equidade**. Brasília, DF: MEC, 2023.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CEB nº 7, de 1º de agosto de 2025**. Institui as Diretrizes Operacionais Nacionais para a Educação Integral em Tempo Integral na Educação Básica. Brasília, DF, 2025.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 16 jul. 1990.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. **Decreto nº 10.656, de 22 de março de 2021**. Regulamenta a Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020, que dispõe sobre o Fundeb. Brasília, DF, 2021.

BRASIL. **Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011**. Dispõe sobre a educação especial, o Atendimento Educacional Especializado e dá outras providências. Brasília, DF, 2011.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Resolução CD/FNDE nº 6, de 8 de maio de 2020**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da Educação Básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Brasília, DF: FNDE, 2020.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Resolução CD/FNDE nº 15, de 16 de setembro de 2021**. Dispõe sobre as orientações para o apoio técnico e financeiro, a fiscalização e o monitoramento da execução do Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE. Brasília, DF: FNDE, 2021.

BRASIL. **Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000**. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Brasília, DF, 2000.

BRASIL. **Lei nº 10.880, de 9 de junho de 2004**. Institui o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar e o Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos e dá outras providências. Brasília, DF, 2004.

BRASIL. **Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e o Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da Educação Básica e dá outras providências. Brasília, DF, 2009.

BRASIL. **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011**. Regula o acesso a informações previsto na Constituição Federal e dá outras providências. Brasília, DF, 2011.

BRASIL. **Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014**. Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil. Brasília, DF, 2014.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Brasília, DF, 2015.

BRASIL. **Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020**. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb. Brasília, DF, 2020.

BRASIL. **Lei nº 14.640, de 31 de julho de 2023**. Institui o Programa Escola em Tempo Integral e altera as leis que especifica. Brasília, DF, 2023.

BRASIL**. Lei nº 15.388, de 14 de abril de 2026**. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE. Brasília, DF, 2026.

BRASIL. **Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964**. Estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Brasília, DF, 1964.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF, 1990.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB nº 7, de 1º de agosto de 2025**. Institui as Diretrizes Operacionais Nacionais para a Educação Integral em Tempo Integral na Educação Básica. Brasília, DF: CNE, 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB nº 2, de 19 de junho de 2026**. Altera a Resolução CNE/CEB nº 7, de 1º de agosto de 2025, que instituiu as Diretrizes Operacionais Nacionais para a Educação Integral em Tempo Integral na Educação Básica. Brasília, DF: CNE, 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB nº 4, de 14 de julho de 2026**. Institui os Parâmetros Nacionais de Qualidade e Equidade da Educação Integral em Tempo Integral. Brasília, DF: CNE, 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **Guia para a elaboração da Política de Educação Integral em Tempo Integral**. Brasília, DF: MEC, 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria MEC nº 1.495, de 2 de agosto de 2023**. Dispõe sobre a adesão e a pactuação de metas para a ampliação de matrículas em tempo integral no âmbito do Programa Escola em Tempo Integral e dá outras providências. Brasília, DF: MEC, 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria MEC nº 2.036, de 23 de novembro de 2023**. Define as diretrizes para a ampliação da jornada escolar em tempo integral na perspectiva da educação integral e estabelece ações estratégicas no âmbito do Programa Escola em Tempo Integral. Brasília, DF: MEC, 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria MEC nº 2.896, de 16 de setembro de 2004**. Cria o Programa Nacional de Fortalecimento de Conselhos Escolares. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 17 set. 2004. Seção 2, p. 7.

BRASIL. Secretaria de Educação Básica. **Conselho escolar**: uma estratégia de gestão democrática da educação pública. Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares. Brasília: MEC/SEB, 2004. Disponível em: . Acesso em: 2 mar. 2014a.

BRASIL. Secretaria de Educação Básica. **Conselhos Escolares**: democratização da escola e construção da cidadania. Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares. Brasília: MEC/SEB, 2004. 57 p. Disponível em: . Acesso em: 2 mar. 2014b.

BRASIL. Secretaria de Educação Básica. **Conselho escolar e a aprendizagem na escola**. Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares. Brasília: MEC/SEB, 2004. 69 p. Disponível em: Acesso em: 2 mar. 2014c.

BRASIL. Secretaria de Educação Básica. **Conselho escolar e sua organização em fórum**. Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares. Brasília: MEC/SEB, 2009. 95 p. Disponível em: Acesso em: 2 mar. 2014d.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria MEC nº 777, de 9 de agosto de 2024**. Altera a Portaria MEC nº 1.495, de 2 de agosto de 2023, que dispõe sobre a adesão e a pactuação de metas para a ampliação de matrículas em tempo integral no âmbito do Programa Escola em Tempo Integral. Brasília, DF: MEC, 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Resolução nº 23, de 17 de março de 2026**. Regulamenta as diretrizes para a destinação de recursos do Fundeb à criação de matrículas em tempo integral na Educação Básica. Brasília, DF: MEC, 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Revisão ou elaboração da Política de Educação Integral em Tempo Integral local**: guia sintético de apoio para adequação à Resolução CNE/CEB nº 7/2025. Brasília, DF: COGEITI/DPDI/SEB/MEC, 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2018.

BRASIL. **Lei nº 14.640, de 31 de julho de 2023**. Institui o Programa Escola em Tempo Integral; e altera a Lei nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, a Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, e a Lei nº 14.172, de 10 de junho de 2021. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 1º ago. 2023.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 10 jan. 2003.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria MEC nº 1.495, de 2 de agosto de 2023**. Dispõe sobre a adesão e a pactuação de metas para a ampliação de matrículas em tempo integral no âmbito do Programa Escola em Tempo Integral. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria MEC nº 2.036, de 23 de novembro de 2023**. Define as diretrizes para a ampliação da jornada escolar em tempo integral na perspectiva da educação integral e estabelece ações estratégicas no âmbito do

Programa Escola em Tempo Integral. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 24 nov. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Protocolos de identificação e resposta ao racismo**. Brasília, DF: MEC, 2026.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Parecer CNE/CP nº 3, de 10 de março de 2004**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília, DF: MEC, 2004.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004**. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília, DF: MEC, 2004.

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 11 mar. 2008.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Parecer CNE/CEB nº 14, de 11 de novembro de 2015**. Diretrizes Operacionais para a implementação da história e das culturas dos povos indígenas na Educação Básica, em decorrência da Lei nº 11.645/2008. Brasília, DF: MEC, 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília, DF: MEC, [2013].

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria MEC nº 470, de 14 de maio de 2024**. Institui a Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola – PNEERQ. Brasília, DF: MEC, 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria MEC nº 1.082, de 29 de outubro de 2024**. Altera a Portaria MEC nº 470, de 14 de maio de 2024, que institui a Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola – PNEERQ. Brasília, DF: MEC, 2024.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB nº 7, de 1º de agosto de 2025**. Institui as Diretrizes Operacionais Nacionais para a Educação Integral em Tempo Integral na Educação Básica. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 4 ago. 2025.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB nº 2, de 19 de junho de 2026**. Altera a Resolução CNE/CEB nº 7, de 1º de agosto de 2025, que instituiu as Diretrizes Operacionais Nacionais para a Educação Integral em Tempo Integral na Educação Básica. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 23 jun. 2026.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CEB nº 4, de 14 de julho de 2026**. Institui os Parâmetros Nacionais de Qualidade e Equidade da Educação Integral em Tempo Integral na Educação Básica. Brasília, DF: Conselho Nacional de Educação, 2026.

BRASIL. **Lei nº 15.388, de 14 de abril de 2026**. Aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2026–2036 e dá outras providências. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 15 abr. 2026.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Resolução nº 23, de 17 de março de 2026**. Dispõe sobre diretrizes para a destinação de recursos do Fundeb à criação de matrículas em tempo integral na educação básica. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 20 mar. 2026.

BRASIL. **Decreto nº 6.286, de 5 de dezembro de 2007**. Institui o Programa Saúde na Escola – PSE e dá outras providências. Planalto – Decreto nº 6.286/2007.

DUBET, François. O que é uma escola justa? **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 34, n. 123, p. 539-555, set./dez. 2004.

ERNICA, Mauricio; RODRIGUES, Erica Castilho; SOARES, José Francisco. Desigualdades educacionais no Brasil contemporâneo: definição, medida e resultados. Dados – **Revista de Ciências Sociais**, v. 68, n. 1, 2025.

QEDU. **Censo Escolar: Acajutiba - BA**. QEdu, 2026. Disponível em: https://qedu.org.br/municipio/2900306-acajutiba/censo-escolar. Acesso em: 30 set. 2026.

PANICO, Roberta; PEREZ, Tereza (org.). **Gestão**: o trabalho das redes de ensino na dimensão pedagógica. São Paulo: Fundação Santillana, 2026.

PAULA, Lucília Augusta Lino de; OLIVEIRA, Lia Maria Teixeira de (org.). **Conselho escolar**: formação e participação. Rio de Janeiro: Outras Letras, 2014. 168 p.

UNESCO. **Educação 2030**: Declaração de Incheon e Marco de Ação para a implementação do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 4. Brasília, DF: UNESCO, 2016.

UNESCO. **Manual para garantir inclusão e equidade na educação**. Brasília, DF: UNESCO, 2019. 47 p.

UNICEF; UNDIME. **Busca Ativa Escolar**: a implementação no município. Brasília, DF: UNICEF; Undime, 2022.

UNICEF; UNDIME. MEC; SNPPI. **Busca Ativa Escolar na Educação Infantil**: guia para efetivar direitos de bebês e crianças. Brasília, DF, 2026.

UNICEF; UNDIME. UNIÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO. **Busca Ativa Escolar e o trabalho em rede**. Brasília, DF: UNICEF, 2022.

UNICEF; UNDIME. BRASIL. Ministério da Educação; SUBSECRETARIA DA POLÍTICA NACIONAL INTEGRADA DA PRIMEIRA INFÂNCIA. **Busca Ativa Escolar na Educação Infantil**: guia para efetivar direitos de bebês e crianças. Brasília, DF: UNICEF, 2026.

UNICEF; UNDIME. **Avaliação da Busca Ativa Escolar**: estratégia de apoio ao poder público para uma ação intersetorial no enfrentamento à exclusão e ao risco de abandono escolar. Brasília, DF: UNICEF, 2025.

UNICEF; UNDIME. Ministério da Educação; INEP. **Indicadores da Qualidade no Ensino Fundamental**. Brasília, DF: UNICEF, 2013.

UNICEF; UNDIME. **Trajetórias de Sucesso Escolar**: recomendações para as Secretarias de Educação. [S. l.]: UNICEF, 2024.



PARECER CME Nº 02/2026	
INTERESSADO:	Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer
ASSUNTO:	Apreciação e análise da Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral de Acajutiba/BA.
CÂMARA DE LEGISLAÇÃO E NORMAS:	Deivson Nascimento da Silva Santos
	Lucas Bispo de Souza
	Michele Santos Barbosa
	Moisés dos Santos Correia
RELATORIA:	Conselheiro Moisés dos Santos Correia
Aprovado pela plenária em: 21 de outubro de 2026	

I - INTRODUÇÃO

A Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer de Acajutiba encaminhou a este Conselho Municipal de Educação, por meio do Ofício nº 343/2026, de 09 de outubro de 2026, dirigido à Presidente Maria Valdice Oliveira de Carvalho Menezes, a Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral, para análise e aprovação.

O encaminhamento atende à exigência de apreciação pelo respectivo conselho de educação estabelecida no art. 28, § 1º, da Resolução CNE/CEB nº 7, de 1º de agosto de 2025, com redação atualizada pela Resolução CNE/CEB nº 2, de 19 de junho de 2026.

A análise deste Conselho concentra-se na consistência da proposta, em sua capacidade de orientar o funcionamento da rede e na correspondência entre os compromissos assumidos e os mecanismos previstos para sua concretização. Examina, especialmente, a organização da jornada, a integração curricular, as condições de permanência, a governança e os procedimentos de acompanhamento, distinguindo a aprovação das diretrizes da política da verificação de sua execução em cada unidade escolar.

II - BASE NORMATIVA

A apreciação da Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral fundamenta-se no direito à educação e ao pleno desenvolvimento da pessoa, bem como nos princípios de igualdade de condições de acesso e permanência, gestão democrática e garantia de qualidade, previstos na Constituição Federal de 1988 e na Lei nº 9.394/1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Integra essa fundamentação

Certificação Digital: NLWBXKCM-VSRBIOFX-XJYHB3VT-4QRHHHHV
Versão eletrônica disponível em: http://acajutiba.ba.gov.br
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

a Lei nº 14.640/2023, que institui o Programa Escola em Tempo Integral e vincula a ampliação das matrículas ao desenvolvimento de propostas pedagógicas concebidas na perspectiva da educação integral.

A Resolução CNE/CEB nº 7/2025, ao instituir as Diretrizes Operacionais Nacionais para a Educação Integral em Tempo Integral na Educação Básica, estabelece a indissociabilidade entre a ampliação da jornada escolar e uma proposta curricular comprometida com o desenvolvimento integral dos estudantes. Sua aplicação envolve tanto a organização dos tempos e das experiências educativas quanto a garantia de condições de infraestrutura, acessibilidade, alimentação, transporte, formação e atuação dos profissionais, considerando a equidade e as especificidades das etapas e modalidades atendidas.

A Resolução CNE/CEB nº 2/2026 conferiu nova redação ao art. 28 da Resolução CNE/CEB nº 7/2025, estabelecendo a elaboração ou revisão de ato normativo específico que institua a política de Educação Integral em Tempo Integral, com apreciação do respectivo conselho de educação e observância das orientações do Ministério da Educação para seu registro. Fixou, ainda, o prazo de 31 de outubro de 2026 para essas providências e para a revisão e atualização dos instrumentos que regulamentam a oferta, incluindo diretrizes curriculares, regimentos escolares, projetos político-pedagógicos e demais atos pertinentes.

Como referência procedimental complementar, o material orientador da União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação - UNCME apresenta um percurso institucional que compreende a elaboração da proposta pela Secretaria Municipal de Educação, o encaminhamento ao CME, a análise e tramitação no colegiado, a devolução normativa à Secretaria e a posterior institucionalização pelas instâncias competentes do Poder Executivo e, conforme a natureza do ato, do Poder Legislativo. Essa orientação situa a manifestação do Conselho no processo de formalização da política, preservando as atribuições de cada instância.

Nesse contexto, o encaminhamento realizado pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer de Acajutiba, dá início à apreciação da proposta por este Conselho. A análise e a deliberação colegiada integram, portanto, um processo de adequação normativa que abrange a formalização da política e a compatibilização dos instrumentos da rede, especialmente das matrizes curriculares vinculadas à Resolução CME nº 01/2025, dos regimentos escolares, dos projetos político-pedagógicos e das orientações que organizam a jornada e o trabalho educativo nas unidades escolares.

Rua Severino Vieira, S/N – Centro, Acajutiba – BA. CEP: 48360-000
E-mail: cme.acajutiba2021@gmail.com

III - ANÁLISE TÉCNICA

A análise da Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral de Acajutiba, encaminhada a este Conselho, evidencia uma proposta de consolidação da oferta existente na Rede Pública Municipal de Ensino. Considerando que o documento informa a universalização do atendimento em tempo integral na Educação Infantil e no Ensino Fundamental, sua principal contribuição está na definição de uma orientação comum para a qualidade dessa oferta, articulando a ampliação da jornada às condições de aprendizagem, cuidado, participação e desenvolvimento dos estudantes.

A concepção apresentada guarda coerência com as Diretrizes Operacionais Nacionais estabelecidas pela Resolução CNE/CEB nº 7/2025, ao compreender a educação integral como um processo que envolve diferentes dimensões da formação humana. O documento reconhece que a permanência ampliada na escola precisa estar associada à diversificação das experiências educativas e à qualificação das relações entre estudantes, profissionais e comunidade. Essa compreensão oferece uma base consistente para a política, embora sua efetividade dependa da correspondência entre os princípios anunciados e a organização cotidiana das unidades escolares.

Nesse aspecto, a universalização informada constitui um avanço na cobertura do atendimento, mas não permite concluir que todas as escolas disponham de condições equivalentes para desenvolver a proposta. Diferenças de infraestrutura, disponibilidade de profissionais, acessibilidade, recursos pedagógicos e acesso aos equipamentos públicos do território podem produzir experiências distintas de educação em tempo integral. Por isso, a análise da qualidade da oferta ganha maior consistência quando considera essas diferenças e identifica as necessidades específicas de cada unidade, em vez de se apoiar exclusivamente no quantitativo de matrículas ou na duração formal da jornada.

A organização curricular merece atenção particular. As matrizes apresentadas têm como referência a Resolução CME nº 01/2025, que promoveu alterações no Referencial Curricular Municipal. Entretanto, a matriz da Educação Infantil reproduzida no documento apresenta vinte horas semanais e oitocentas horas anuais, quantitativos que não expressam a totalidade da jornada integral anunciada pela política. Identifica-se, portanto, a necessidade de adequação da matriz aprovada por essa Resolução para contemplar explicitamente a organização da Educação Infantil em tempo integral,

Certificação Digital: NLWBXKCM-VSRBIOFX-XJYHB3VT-4QRHHHHV
Versão eletrônica disponível em: http://acajutiba.ba.gov.br
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

tornando clara a distribuição das experiências educativas ao longo de toda a permanência da criança na instituição.

Essa adequação envolve mais do que a ampliação dos quantitativos registrados. Na Educação Infantil, a organização do tempo precisa representar a relação entre interações, brincadeiras, alimentação, higiene, descanso e demais experiências, respeitando os ritmos e as necessidades das crianças. Uma matriz que evidencie a jornada completa, acompanhada de orientações sobre sua organização, contribuirá para reduzir a distância entre o registro curricular e a rotina efetivamente desenvolvida, sem transformar os campos de experiência em disciplinas ou estabelecer uma divisão rígida entre os momentos do dia.

No Ensino Fundamental, a previsão de quarenta horas semanais e mil e seiscentas horas anuais demonstra a incorporação da jornada ampliada à estrutura curricular. O reconhecimento da alimentação, da higiene, do acolhimento e do descanso como parte da experiência educativa constitui um ponto consistente da proposta. Esses momentos assumem relevância particular em uma escola na qual os estudantes permanecem durante grande parte do dia. Seu valor formativo está relacionado à qualidade do acompanhamento, às condições dos ambientes e às oportunidades de desenvolvimento da autonomia e da convivência. A previsão desses tempos no documento ganha sentido concreto quando associada à organização do trabalho dos profissionais e à disponibilidade de espaços e recursos adequados.

Quanto à integração curricular, a política apresenta uma orientação pertinente ao aproximar os componentes da base comum das oficinas, dos projetos e das eletivas. O principal desafio está em transformar essa aproximação em trabalho pedagógico compartilhado. A diversidade de atividades pode ampliar as oportunidades de aprendizagem, mas também pode resultar em uma sequência de experiências pouco articuladas quando não há objetivos comuns, diálogo entre os profissionais e acompanhamento pedagógico. A consistência da proposta depende, assim, das condições de planejamento coletivo e da capacidade de relacionar as diferentes atividades ao percurso formativo dos estudantes.

A articulação com os espaços culturais, esportivos e comunitários amplia as possibilidades educativas e aproxima o currículo das experiências do território. Entretanto, a abordagem da flexibilização da jornada reúne situações de natureza distinta, como a participação em projetos culturais e esportivos e o comparecimento a atendimentos de saúde e assistência social. Essa aproximação deixa pouco definidos os

Certificação Digital: NLWBXKCM-VSRBIOFX-XJYHB3VT-4QRHHHHV
Versão eletrônica disponível em: http://acajutiba.ba.gov.br
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

limites entre uma experiência externa integrada ao trabalho escolar e uma ausência decorrente de necessidade individual. O esclarecimento dessa diferença contribuirá para uma interpretação mais precisa da proposta e para o acompanhamento das trajetórias escolares, especialmente quanto à participação, à frequência e à continuidade das aprendizagens.

A inclusão e a equidade aparecem como fundamentos transversais do documento, o que representa uma escolha coerente com a diversidade da rede. A análise dessas dimensões, contudo, não se encerra na garantia da matrícula. A permanência prolongada pode tornar mais visíveis necessidades relacionadas à comunicação, à mobilidade, à alimentação, à higiene, ao descanso e ao acesso ao currículo. A qualidade da oferta depende da capacidade de identificar essas necessidades e organizar os apoios correspondentes, evitando que a jornada ampliada intensifique barreiras já presentes na experiência escolar.

Nesse contexto, a Busca Ativa Escolar e a articulação intersetorial constituem mecanismos relevantes, sobretudo quando permitem compreender as causas da infrequência e acompanhar os estudantes após o ingresso ou o retorno à escola. O resultado dessas ações não se resume à realização de encaminhamentos ou à regularização da matrícula. Sua contribuição se expressa na continuidade do vínculo, na participação nas atividades e na resolução ou redução dos obstáculos que comprometem a permanência. A conexão entre os registros escolares e o acompanhamento dos casos oferece, portanto, uma base importante para avaliar a efetividade da política.

A estrutura de governança apresentada reúne instâncias com potencial para sustentar a continuidade das ações. A Secretaria, a equipe técnica, o Comitê Municipal de Governança e os colegiados escolares e de controle social aparecem como participantes desse processo. O aspecto mais relevante para a análise é a capacidade de transformar essa organização em acompanhamento efetivo, com circulação de informações, identificação de dificuldades e encaminhamento de soluções. A existência das instâncias, embora importante, não assegura por si a articulação entre elas; essa articulação se torna perceptível nas decisões produzidas e nos seus efeitos sobre o funcionamento das escolas.

A formação e a valorização dos profissionais também ocupam posição central na viabilidade da proposta. A jornada integral amplia as demandas de planejamento, acompanhamento e cuidado, envolvendo docentes, equipes gestoras e profissionais de apoio. A formação continuada tende a produzir melhores resultados quando parte dos

Certificação Digital: NLWBXKCM-VSRBIOFX-XJYHB3VT-4QRHHHHV
Versão eletrônica disponível em: http://acajutiba.ba.gov.br
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

problemas identificados nas unidades e se articula às condições concretas de trabalho. Nesse sentido, sua análise precisa considerar, conjuntamente, a composição das equipes, a distribuição das atribuições, os tempos de planejamento e a continuidade do acompanhamento pedagógico.

No financiamento, a vinculação aos instrumentos de planejamento orçamentário demonstra preocupação com a sustentabilidade da política. Entretanto, a indicação de fontes de recursos apresenta apenas parte dessa questão. A manutenção da oferta envolve despesas contínuas e interdependentes, especialmente com pessoal, alimentação, transporte, conservação dos espaços e apoios à inclusão. A identificação dos custos e das prioridades permite avaliar com maior segurança a correspondência entre as ações previstas e a capacidade de execução, distinguindo as necessidades de funcionamento das melhorias que podem ser desenvolvidas progressivamente.

Por fim, a proposta apresenta mecanismos de monitoramento capazes de apoiar sua avaliação, mas a utilidade dos indicadores dependerá da relação entre os dados produzidos, os objetivos pretendidos e as decisões de gestão. O acompanhamento ganha força analítica quando permite comparar situações ao longo do tempo, reconhecer desigualdades entre escolas e verificar os resultados das intervenções. O relatório anual ao Conselho poderá contribuir para esse processo se demonstrar, além das atividades realizadas, as dificuldades persistentes, as respostas adotadas e as mudanças observadas nas condições de oferta.

O conjunto analisado apresenta consistência conceitual e aborda dimensões relevantes para a consolidação da educação integral em tempo integral no município. Os pontos que demandam aperfeiçoamento concentram-se na tradução dessas diretrizes para a organização efetiva da rede, especialmente na adequação das matrizes vinculadas à Resolução CME nº 01/2025, na clareza da composição da jornada e na articulação entre planejamento, condições de funcionamento e avaliação. Esses ajustes contribuirão para que a política ofereça uma referência mais precisa ao trabalho das escolas e ao acompanhamento de sua qualidade pelo Conselho Municipal de Educação.

IV - CONCLUSÃO

Diante da análise apresentada, a Câmara de Legislação e Normas manifesta-se **FAVORÁVEL** à aprovação da Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral de Acajutiba/BA, observadas as necessidades de adequação apontadas neste Parecer, e o submete à apreciação e deliberação da Plenária.

Certificação Digital: NLWBXKCM-VSRBIOFX-XJYHB3VT-4QRHHHHV
Versão eletrônica disponível em: http://acajutiba.ba.gov.br
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

V - DELIBERAÇÃO DA PLENÁRIA

A plenária do Conselho Municipal de Educação de Acajutiba **APROVA** o presente Parecer, em 21 de outubro de 2026.

CÂMARA DE LEGISLAÇÃO E NORMAS

Moises dos Santos Correia
Conselheiro Relator

Deivson Nascimento da Silva Santos
Conselheiro

Lucas Bispo de Souza
Conselheiro

Michele Santos Barbosa
Conselheira

Acajutiba, 21 de outubro de 2026.

Maria Valaice Oliveira de Carvalho Menezes
Conselheira Presidente
Decreto nº 109/2024

Certificação Digital: NLWBXKCM-VSRBIOFX-XJYHB3VT-4QRHHHHV
Versão eletrônica disponível em: http://acajutiba.ba.gov.br
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

CME Conselho Municipal de Educação de Acajutiba - BA

RESOLUÇÃO CME Nº 02/2026

Aprova a Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral de Acajutiba/BA e estabelece disposições para sua implementação.

O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ACAJUTIBA, ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, com fundamento na Lei nº 9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e na Lei nº 14.640/2023 que institui o Programa Escola em Tempo Integral;

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 033/2011 de 06 de janeiro de 2011, que organiza o Sistema Municipal de Ensino e dispõe sobre as competências do Conselho Municipal de Educação;

CONSIDERANDO a Resolução CNE/CEB nº 7/2025 que institui as Diretrizes Operacionais Nacionais para a Educação Integral em Tempo Integral na Educação Básica;

CONSIDERANDO a Resolução CNE/CEB nº 2/2026 que altera a Resolução CNE/CEB nº 7, de 1º de agosto de 2025, que instituiu as Diretrizes Operacionais Nacionais para a Educação Integral em Tempo Integral na Educação Básica;

CONSIDERANDO a solicitação encaminhada pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, por meio do Ofício nº 343/2026, referente à análise e aprovação da Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral;

CONSIDERANDO o Parecer CME nº 02/2026, aprovado pela Plenária do Conselho Municipal de Educação em 21 de outubro de 2026, que se manifestou favoravelmente à aprovação da Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica aprovada a Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral de Acajutiba/BA, nos termos do Parecer CME nº 02/2026.

Rua Severino Vieira, S/N – Centro, Acajutiba – BA. CEP: 48360-000
E-mail: cme.acajutiba2021@gmail.com

CME Conselho Municipal de Educação de Acajutiba - BA

Parágrafo único. A Política aprovada constitui referência para o planejamento, a organização, a implementação e a avaliação da oferta de educação integral em tempo integral na Rede Pública Municipal de Ensino, no âmbito das etapas e dos públicos por ela abrangidos.

Art. 2º. O Conselho Municipal de Educação acompanhará a implementação da Política no exercício de suas competências legais, podendo solicitar informações e documentos necessários à verificação do cumprimento desta Resolução e do Parecer que a fundamenta.

Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Acajutiba, 21 de outubro de 2026.

Maria Valdice Oliveira de Carvalho Menezes

Maria Valdice Oliveira de Carvalho Menezes
Conselheira Presidente
Decreto nº 109/2024

Rua Severino Vieira, S/N – Centro, Acajutiba – BA. CEP: 48360-000
E-mail: cme.acajutiba2021@gmail.com

Estado da Bahia
Prefeitura Municipal de Acajutiba
Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

HOMOLOGAÇÃO

Homologa o Parecer e Resolução nº 02/2026, de 21 de outubro de 2026, do Conselho Municipal de Educação - CME, referentes à aprovação da Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral.

A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER DE ACAJUTIBA, ESTADO DA BAHIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e pelo Decreto nº 09/2025, que lhe delega poderes,

CONSIDERANDO o disposto na Constituição Federal em seu art. 205 que estabelece que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, devendo ser promovida com a colaboração da sociedade;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 9.394/1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que prevê, em seu art. 34, a ampliação progressiva da jornada escolar e a oferta do ensino fundamental em tempo integral;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 14.640/2023, que institui o Programa Escola em Tempo Integral para fomentar matrículas em tempo integral na educação básica, na perspectiva da educação integral;

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 033/2011, que institui o Sistema Municipal de Ensino e garante autonomia ao município, por meio do Conselho Municipal de Educação, para definir normas complementares, em regime de colaboração, para a reorganização da oferta da educação;

CONSIDERANDO a Lei Municipal Nº 032/2011, que cria o Conselho Municipal de Educação – CME e define suas competências;

RESOLVE:

Art. 1º. Homologar o Parecer e Resolução nº 02/2026, de 21 de outubro de 2026 do Conselho Municipal da Educação – CME, que aprova a Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral.

Art. 2º. Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Acajutiba, 22 de outubro de 2026.

Rose Maria Ramos de Souza Moreira
Secretária de Educação, Cultura, Esporte e Lazer
Decreto nº 09/2025

Praça Aquinoel Borges, S/N – Centro - Acajutiba – BA | CEP: 48360-000
E-mail: seduc.acajutiba@outlook.com